UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

DANYLLO RODRIGUES DE AMORIM

INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES - CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL

VITÓRIA – ES
2024

DANYLLO RODRIGUES DE AMORIM

INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES - CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração, linha de pesquisa Organizações e Trabalho.

Orientador: Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza

VITÓRIA - ES

2024

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

---

Amorim, Danyllo Rodrigues de, 1987-

A524i Inclusão sociodigital para atividades pedagógicas não presenciais em meio a pandemia de COVID 19 : A experiência no Ifes - Campus Ibatiba com a utilização do programa auxílio emergencial de inclusão digital / Danyllo Rodrigues de Amorim. - 2024.

149 f. : il.

Orientador: Eloisio Moulin de Souza.

Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Inclusão digital. 2. Políticas Públicas de Educação. 3. Ensino à distância. 4. COVID-19 (Doença). 5. Estudantes - Programas de assistência. 6. Tecnologia da informação. I. Souza, Eloisio Moulin de. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 65

DANYLLO RODRIGUES DE AMORIM

INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES -CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração (Mestrado) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Administração.

Aprovada em 23 de setembro de 2024.

[assinatura digital]
Prof. Dr. Eloísio Moulin de Sousa
PPGAdm/UFES - Orientador

[assinatura digital]
Prof. Dr. Susane Petinelli Souza
PPGAdm/UFES – membro interno

[assinatura digital]
Prof. Dr. José Bohland Filho
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo – membro externo

Documento assinado digitalmente conforme descrito no(s) Protocolo(s) de Assinatura constante(s) neste arquivo, de onde é possível verificar a autenticidade do mesmo.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
ELOISIO MOULIN DE SOUZA - MATRÍCULA 1712712
Membro - Colegiado do Programa de Pós-graduação em Administração
Em 23/09/2024 às 15:19

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/996059?tipoArquivo=O

Documento assinado digitalmente
gov.br
JOSE BOHLAND FILHO
Data: 23/09/2024 15:32:34-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO

PROTOCOLO DE ASSINATURA

O documento acima foi assinado digitalmente com senha eletrônica através do Protocolo Web, conforme Portaria UFES nº 1.269 de 30/08/2018, por
SUSANE PETINELLI SOUZA - SIAPE 3436683
Departamento de Administração - DAd/CCJE
Em 23/09/2024 às 16:49

Para verificar as assinaturas e visualizar o documento original acesse o link:
https://api.lepisma.ufes.br/arquivos-assinados/996240?tipoArquivo=O

DEDICATÓRIA

Este trabalho é dedicado a todos trabalhadores atuantes na educação pública, que durante o ensino remoto emergencial imposto pela pandemia de COVID-19, não mediram esforços ao enfrentar os mais diversos desafios para incluir e levar o ensino de qualidade a todos estudantes.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha profunda gratidão a todos que, de alguma forma, contribuíram para a realização desta dissertação (não vou citar nomes para não correr o risco de esquecer alguém).

À minha família, pelo apoio incondicional e constante, que me deram forças para seguir em frente nos momentos mais desafiadores.

Aos meus amigos e pessoas próximas das quais admiro e tenho enorme consideração, pelo incentivo, pelas conversas reconfortantes e por acreditarem e torcerem por mim quando eu duvidei.

Aos professores do mestrado, aos membros da banca, pela paciência e pelo conhecimento compartilhado, que foram fundamentais para o meu crescimento acadêmico e profissional, em especial ao Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza que me escolheu como orientando, acolheu minha ideia de pesquisa e me acompanhou durante todo este processo de formação.

Aos colegas de turma, de trabalho, servidores e colaboradores do Instituto Federal do Espírito Santo, pelo suporte e pelas valiosas contribuições ao longo desta jornada.

A todos que aceitaram se voluntariar como sujeitos da pesquisa, alunos, ex-alunos, professores, servidores técnicos administrativos e gestores, que mesmo se tratando de um assunto que remonta a um momento emocionalmente desafiador e delicado, que foi a pandemia de COVID-19, puderam ajudar a proporcionar uma compreensão das experiências marcantes e de lições aprendidas.

E, especialmente, a mim mesmo, pelo esforço incansável, pelas renúncias e abdicações necessárias, pelas lutas, superações e pelo propósito que me guiou até aqui. Este trabalho é fruto de muita dedicação e perseverança.

A todos meu muito obrigado!

EPÍGRAFE

“A descoberta consiste em ver o que todos viram e em pensar no que ninguém pensou.” (A. Szent-Györgyi, 1957).[1]

[1] No livro "Bioenergetics", o pensamento acima estava entre aspas, um forte indício de que Szent-Györgyi não criou a expressão. Acredita-se que seja uma adaptação do pensamento de Schopenhauer.

RESUMO

Conforme as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) têm sido disseminadas de forma desigual pelo mundo, surgiram debates sobre inclusão e exclusão digital, relacionando estes termos com a inclusão social. Nesse contexto, surge o conceito da inclusão sociodigital, que trata das ações voltadas não apenas para a infraestrutura e o acesso, mas também para a ascensão social dos indivíduos. Em 2020, os impactos causados pela pandemia de COVID-19 afetaram o mundo em vários aspectos, especialmente na educação, onde as atividades presenciais foram substituídas emergencialmente por atividades não presenciais e à distância. No entanto, nem todos os alunos dispõem das mesmas condições de acesso e utilização dos recursos tecnológicos, evidenciado no Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) – Campus Ibatiba, onde as dificuldades de condições e limitações de acesso, principalmente em áreas rurais e as periféricas, dificultaram a adaptação durante o período pandêmico. Esta pesquisa de abordagem qualitativa e caráter exploratório, analisa e explica de que forma o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, um programa da política de assistência estudantil do Ifes, promoveu a inclusão dos alunos beneficiados para a realização das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) durante a pandemia. Foram identificados os recursos utilizados, a avaliação dos resultados obtidos e o impacto social gerado. Para produção de dados com os sujeitos de pesquisa foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e questionário. A análise de conteúdo foi aplicada aos dados transcritos. Além das entrevistas e questionários, foi realizada pesquisa documental, envolvendo documentos e publicações disponíveis no Ifes e em normativas do Governo Federal. Como principais conclusões, a pesquisa revelou que, apesar dos desafios, o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital foi crucial para garantir que muitos alunos pudessem acessar e participar das APNPs, reduzindo as desigualdades de acesso digital em um momento crítico. No entanto, o estudo também evidenciou limitações estruturais e a necessidade de políticas mais abrangentes e eficazes para enfrentar as desigualdades educacionais e digitais, especialmente em áreas rurais.

Palavras-chave: Inclusão Sociodigital. Pandemia COVID-19. Ensino Remoto Emergencial. Auxílio Emergencial de Inclusão Digital. Assistência Estudantil.

ABSTRACT

As Information and Communication Technologies (ICTs) have been unevenly disseminated worldwide, debates have emerged regarding digital inclusion and exclusion, relating these terms to social inclusion. In this context, the concept of socio-digital inclusion has emerged, addressing actions aimed not only at infrastructure and access but also at the social advancement of individuals. In 2020, the impacts of COVID-19 pandemic affected the world in various ways, particularly in education, where face-to-face activities were urgently replaced by non-presential and distance activities. However, not all students had the same access conditions and the ability to use technological resources, as evidenced at the Federal Institute of Espírito Santo (Ifes) – Ibatiba Campus, where difficulties and access limitations, especially in rural and peripheral areas, hampered adaptation during the pandemic period. This qualitative and exploratory research analyzed and explain how the Emergency Digital Inclusion Aid, a program of the student assistance policy of Ifes, promoted the inclusion of the benefited students in the implementation of Non-Presential Pedagogical Activities (APNPs) during the pandemic. The resources used were identified, and the results obtained and the social impact generated were evaluated. Semi-structured interviews were conducted with the research subjects, and content analysis was applied to the transcribed data. Additionally, documentary research was carried out, involving documents and publications available from Ifes and Federal Government regulations. The main conclusions of the study revealed that, despite the challenges, the Emergency Digital Inclusion Aid was crucial in ensuring that many students could access and participate in the APNPs, reducing digital access inequalities during a critical time. However, the study also highlighted structural limitations and the need for more comprehensive and effective public policies to address educational and digital inequalities, especially in rural areas.

Keywords: Socio-digital Inclusion. COVID-19 Pandemic. Remote Learning. Emergency Digital Inclusion Aid. Student Assistance.

LISTA DE FIGURAS (GRÁFICOS)

Figura 1 - Mapa de unidades do Ifes 55
Figura 2 - Notícia divulgada pelo Ifes sobre o novo Coronavírus 59
Figura 3 - Notícia divulgada pelo Ifes sobre APNPs 60
Figura 4 - APNPs no site do Ifes 61
Figura 5 - Notícia do início das APNPs no Ifes – Campus Ibatiba 62
Figura 6 - Planilha de controle de acesso Campus Ibatiba 66
Figura 7 - Notícia sobre o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital 68
Figura 8 - Divulgação no Instagram do Ifes 68
Figura 9 - Opção de curso dos participantes potenciais 70
Figura 10 - Município de residência dos participantes potenciais 70
Figura 11 - Local de residência dos participantes por área 71
Figura 12 - Situação de matrícula dos alunos 72
Figura 13 - Distribuição dos alunos por sexo e cor 73
Figura 14 - Alunos por faixa de renda no Ifes – Campus Ibatiba 73
Figura 15 - Alunos por faixa de renda nos *campi* do Ifes 74
Figura 16 - Indicadores de Gestão Ifes - Número de Matrículas 98

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Processos analisados de Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e Prestação de Contas 57
Quadro 2 - Perfil dos estudantes entrevistados 74
Quadro 3 - Perfil dos membros da comissão entrevistados 76
Quadro 4 - Perfil dos professores respondentes 77
Quadro 5 - Avaliação das tentativas de inclusão sociodigital 85
Quadro 6 - Metodologias ativas utilizadas pelos docentes nas APNPs 88
Quadro 7 - Tecnologias e ferramentas utilizadas pelos professores 109

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Pesquisa TIC Domicílios – 2019 22
Tabela 2 - Orçamento anual e beneficiados com assistência estudantil no Ifes - Campus Ibatiba 97

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APNPs	Atividades Pedagógicas Não Presenciais
AVA	Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEFOR	Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância
CEP/Ifes	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CS	Conselho Superior do Ifes
EaD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ESPII	Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional
ESPIN	Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional
GDG	Gabinete da Diretoria Geral
HRW	Human Rights Watch
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IFES / Ifes	Instituto Federal do Espírito Santo
IN	Instrução Normativa
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
OMS	Organização Mundial de Saúde
P&D	Pesquisa e Desenvolvimento
PDF	Portable Document Format (formato de documento portátil)
PNAE	Programa Nacional de Assistência Estudantil
PNED	Política Nacional de Educação Digital
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino do Ifes
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
TAE	Técnico Administrativo em Educação
TALE	Termo de Assentimento Livre e Esclarecido
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TDICs	Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação
TI	Tecnologia da Informação
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
Wi-fi	Wireless Fidelity (comunicação sem fios de alta fidelidade)

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 17
1.1 PROBLEMA DE PESQUISA 19
1.2 OBJETIVOS 19
1.2.1 Objetivo geral 19
1.2.2 Objetivos específicos 20
1.3 JUSTIFICATIVA 20
2 INCLUSÃO SOCIODIGITAL 24
2.1 EXCLUSÃO DIGITAL 24
2.2 INCLUSÃO DIGITAL 26
2.3 UTILIZAÇÃO DO TERMO INCLUSÃO SOCIODIGITAL 28
2.3.1 Inclusão para além do acesso 29
2.3.2 Inclusão sociodigital *versus* o modelo capitalista 32
2.4 INCLUSÃO SOCIODIGITAL NA EDUCAÇÃO 33
3 A PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA INCLUSÃO SOCIODIGITAL 37
3.1 IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO 39
3.2 O ENSINO DURANTE A PANDEMIA 41
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS 44
4.1 PRODUÇÃO DE DADOS 46
4.2 TRATAMENTO DE DADOS 47
4.3 ANÁLISE DOS DADOS 48
5 RESULTADOS E DISCUSSÕES 52
5.1 CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS APNPS NO IFES – CAMPUS IBATIBA 54
5.2 PESQUISA DOCUMENTAL, NORMATIVOS INSTITUCIONAIS E DOCUMENTOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS APNPS 56
5.2.1 Auxílio emergencial de inclusão digital 66
5.3 ENTREVISTAS E DADOS LEVANTADOS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA 69
5.3.1 Recursos de tecnologia de informação e comunicação utilizados e colocados à disposição 78

5.3.2 Capacidade e condições de acesso dos discentes com o auxílio emergencial de inclusão digital 89
5.3.3 Análise dos recursos materiais, humanos e financeiros colocados à disposição para as APNPs 95
5.3.4 Avaliando as metas, os resultados alcançados e o impacto social gerado 97
5.3.4.1 Intenções, Expectativas e Percepções no Uso da Tecnologia para o Aprendizado e Ascensão Social nas APNPs 100
5.3.5 Saúde física e mental durante e pós-pandemia 111
5.3.6 Contribuições do auxílio emergencial de inclusão digital e outras ações do Ifes – Campus Ibatiba na promoção da inclusão dos discentes 115
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS 118
REFERÊNCIAS 121
APÊNDICE A – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 128
APÊNDICE B – TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO 130
APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ONLINE 133
APÊNDICE D – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ALUNOS 135
APÊNDICE E – ROTEIRO DE ENTREVISTA COM SERVIDORES 138
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO GOOGLE FORMULÁRIOS 140
APÊNDICE G – PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP 146
ANEXO A – DECLARAÇÃO PARA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL 150

1 INTRODUÇÃO

A inclusão digital nos dias atuais é um tema que tem se tornado cada vez mais presente, como uma nova necessidade em todas nossas atividades (Ferreira *et al.*, 2020). O desenvolvimento de políticas públicas voltadas ao tema, programas sociais de inclusão são cada vez mais discutidos e debatidos (Andrade *et al.*, 2022), do mesmo modo em que a educação enfrenta desafios para colocar em prática a universalização ao seu acesso e permitir a utilização e participação de um número cada vez maior de cidadãos, considerando toda comunidade em que está inserida (Alves, 2017). Sendo assim é visível e notável a desigualdade escancarada pela situação de pandemia em que vivemos (Da Silva; De Souza Teixeira, 2020).

Segundo Cazeloto (2008) a inclusão sociodigital é definida como o acesso que se estende a toda nossa sociedade, de recursos tecnológicos, de informática e à internet, meio pelo qual é possível atingir a ascensão social e a participação sociopolítica efetiva, ou seja, de forma simplificada é estender o acesso e a disponibilidade desses recursos à maior parte da população, da mesma forma que uma elite já a possui integralmente. Autores apontam para uma necessidade contemporânea de voltar os esforços pela inclusão digital articulada pelos atores sociais (e.g. Marcon *et al.*, 2021; Rios; Nascimento, 2021; Nunes *et al.*, 2021), empenhados em extinguir um “novo fantasma” que ameaça grande parte da sociedade: a exclusão digital.

Portanto, ao trazer o debate para o campo da educação e dos programas governamentais, a associação entre inclusão digital e inclusão social não é acidental. A inclusão sociodigital pode ser entendida como um processo que visa garantir o acesso igualitário às tecnologias a todos os indivíduos, independentemente de classe social, gênero, idade, habilidades ou localização geográfica (Andrade *et al.*, 2022). A busca pela inclusão dos excluídos ou marginalizados vai além de fornecer o acesso, mas de capacitar e preparar pessoas para utilizar as tecnologias digitais, de forma crítica e independente, portanto, o treinamento e a conscientização são importantes para usufruir dos seus benefícios essenciais para alcançar uma melhora na qualidade de vida (Alves, 2017).

Com a suspensão das atividades presenciais em decorrência da pandemia de COVID-19, as instituições de ensino tiveram de se ajustar e se reinventar em todos os seus processos educacionais, visando oferecer o acesso remoto e ao mesmo tempo tendo que lidar com a inclusão contrapondo a exclusão que poderia gerar em vários contextos (Neves Júnior *et al.*, 2021). De acordo com informações colhidas do Censo Escolar 2020 divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) (2021) sobre os impactos da pandemia na educação, levantou-se que mais de 98% (noventa e oito porcento) das escolas do país adotaram estratégias não presenciais de ensino.

Com a suspensão das atividades presenciais nas instituições de ensino e com a implantação do ensino remoto em caráter emergencial, desde a rede básica de ensino, até as instituições de ensino superior, todas as atividades tiveram de ser revistas, os calendários escolares adaptados para uma nova forma de oferta de ensino posta à disposição, a educação sai de cena da infraestrutura do ambiente escolar para o ambiente doméstico, e o uso das tecnologias digitais passa a ser obrigatório para continuidade das práticas de ensino e aprendizagem (Nunes *et al.*, 2021). Entretanto, no contexto trazido pela pandemia de COVID-19, a instrumentalização do ensino remoto passa a ser obrigação, porém os reflexos das desigualdades sociais ficam claramente demonstrados (Andrade *et al.*, 2022). É evidente que uma grande parte da população não conta com a mesma capacidade de acesso em comparação com uma elite que já a possui plenamente (Cazeloto, 2008; Nobre; Mouraz, 2020; Viana *et al.*, 2022).

Ainda neste sentido, segundo o Ministério da Educação (MEC):

> Impende considerar ainda as fragilidades e desigualdades estruturais da sociedade brasileira, que agravam com esse cenário. Também devem ser levadas em consideração as precárias condições de acesso às tecnologias digitais por parte de estudantes e de suas famílias e as consequências socioeconômicas resultantes dos impactos da COVID 19 na economia (MEC, 2021, p. 4).

Durante todo este processo testemunhado durante a pandemia, em que o impacto foi presenciado principalmente nas metodologias de ensino e aprendizagem para milhões de alunos. Torna-se importante, portanto, a pesquisa e análise destes procedimentos para avaliar, por exemplo, se os processos de inclusão digital são eficientes, se

refletem por permitir a permanência, ou se são causa de evasão e abandono escolar, um acompanhamento dos estudantes afetados pela pandemia torna-se necessário (Rios; Nascimento, 2021).

Diante desta conjuntura, com os desafios para implementação de ações de inclusão sociodigital, da instituição do ensino remoto emergencial para realização de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) devido as medidas de enfrentamento à pandemia de COVID-19, os olhares deste pesquisador é voltado ao Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes), especialmente ao Campus Ibatiba, organização e local ao qual atua, que oferta os cursos técnicos de Meio Ambiente e Florestas concomitante ao Ensino Médio, cursos de graduação em Engenharia Ambiental, Licenciatura em Pedagogia, e Pós-Graduação em Educação Ambiental e Sustentabilidade. Com o intuito de aprofundar em uma medida de enfrentamento no contexto da pandemia de COVID-19 entre os anos de 2020 e 2021: A política de assistência estudantil através do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital. O que nos leva a proposição do problema e objetivos de pesquisa a seguir:

1.1 PROBLEMA DE PESQUISA

O desafio de gestores, coordenadores e professores de incluir os alunos com novas práticas educacionais, advém da possibilidade de acesso a recursos tecnológicos por parte dos discentes principalmente fora do ambiente escolar, uma realidade recentemente vivenciada em nosso país. Partindo desta temática, este trabalho levanta a seguinte questão: **Como o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e demais ações do Ifes – Campus Ibatiba ajudaram a promover a inclusão dos discentes na realização de atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) durante a pandemia de COVID-19?**

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral deste trabalho é **analisar de que forma o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e demais ações do Ifes – Campus Ibatiba ajudaram a promover a inclusão dos discentes na realização de atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) durante a pandemia de COVID-19**.

1.2.2 Objetivos específicos

a) Identificar os recursos de tecnologia da informação e comunicação utilizados e colocados à disposição pelo Ifes;

b) Levantar a capacidade e condições de acesso dos discentes beneficiários da política de assistência estudantil através do auxílio emergencial de inclusão digital;

c) Analisar os recursos materiais, humanos e financeiros colocados à disposição para as APNPs.

d) Avaliar as metas, os resultados alcançados e o impacto social gerado.

1.3 JUSTIFICATIVA

Muito tem se produzido na literatura sobre as inovações e transformações desde a invenção do computador e do acesso à rede através da internet e dispositivos conectados a ela, também há grande variedade na literatura sobre exclusão digital decorrente deste processo (Alves; Da Silva, 2017). Porém durante a pandemia de COVID-19, várias mudanças e estratégias para o desenvolvimento do ensino tiveram de ser adotadas, neste sentido, e por se tratar de um fenômeno recente, torna-se relevante investigar como as ações desenvolvidas neste período impactaram no “produto final”, ou seja, a formação do estudante, o seu processo de inclusão digital para o desenvolvimento e sua ascensão social.

Dada a característica do Campus Ibatiba do Instituto Federal do Espirito Santo estar localizado no interior do estado, em uma região com as mais baixas posições do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) do estado (PNUD, 2010), com a

característica de muitos dos alunos residirem em municípios vizinhos e em grande parte também na zona rural, onde o acesso as tecnologias de comunicação, a infraestrutura de internet e sinal de telefonia celular, às vezes nem é possível. A pandemia obrigou a adotar medidas restritivas e de isolamento social, onde as atividades pedagógicas tiveram de ser realizadas de formas não presenciais, porém a desigualdade social e as condições de acesso demonstram a exclusão digital, o que merece ser melhor investigado para possibilitar que o processo educacional desenvolvido pelo Ifes possa chegar de forma igualitária a todos os seus alunos.

A educação é um direito estabelecido por lei e deve ser garantido a todos, a pandemia de COVID-19 demonstrou as desigualdades sociais no Brasil, e por negligência do Estado acentua esses níveis de vulnerabilidade, com destaque para as populações residentes em territórios rurais de acesso remoto, com baixos indicadores socioeconômicos de desenvolvimento humano e de saúde (Andrade *et al.*, 2022). Rios e Nascimento (2021), apontam no sentido de que não são realizadas medições para avaliar a permanência e mensurar a evasão e abandono escolar diante do contexto do ensino remoto emergencial durante a pandemia de COVID-19, portanto enxerga-se a necessidade de promover investigações neste sentido para explorar situações que ainda não foram tratadas ou abordadas em estudos anteriores.

É importante mencionar a pesquisa TIC Domicílios - 2019 (Portal de Dados do Cetic.br [DataCetic], 2019), que demonstrou, que no Brasil apenas 39% dos domicílios possuem computador, e quando se considera apenas os domicílios situados na área rural este percentual ainda é menor, reduzido para apenas 18%, conforme é demonstrado na Tabela 1 adiante. É possível, apenas com os dados apresentados, elaborar outras correlações entre as desigualdades e análises voltadas para o direcionamento das políticas públicas, considerando além da área (urbana e rural), também região, renda familiar e classe social. Na mesma pesquisa, considerando agora os domicílios com acesso à internet encontramos que 71% destes utilizaram e acessaram a internet, ou seja, é quase o mesmo que dizer que 1 (um) a cada 4 (quatro) domicílios não possui acesso e que 99% dos que utilizaram a internet em algum momento, o fez também através de telefonia móvel celular, portanto as pessoas com vulnerabilidade econômica tem o acesso restrito ao uso da internet, nos traz a reflexão se os processos de ensino-aprendizagem são voltados para o contexto do acesso via telefone celular ou *smartphone*.

Tabela 1 - Pesquisa TIC Domicílios – 2019

DOMICÍLIOS COM COMPUTADOR Total de domicílios			
Percentual (%)		**Sim**	**Não**
TOTAL		39	61
ÁREA	**Urbana**	43	57
	Rural	18	82
REGIÃO	**Sudeste**	46	54
	Nordeste	30	70
	Sul	44	56
	Norte	29	71
	Centro-Oeste	36	64
RENDA FAMILIAR	**Até 1 SM**	19	81
	Mais de 1 SM até 2 SM	33	67
	Mais de 2 SM até 3 SM	47	53
	Mais de 3 SM até 5 SM	65	35
	Mais de 5 SM até 10 SM	77	23
	Mais de 10 SM	88	12
	Não tem renda	25	75
	Não sabe	35	65
	Não respondeu	45	55
CLASSE SOCIAL	**A**	95	5
	B	85	15
	C	44	56
	DE	14	86

Fonte: DataCetic (2019).
Nota: Adaptado pelo autor.

Esta pesquisa se justifica pela sua relevância científica e social, abordando lacunas teóricas e sociais pouco exploradas. Estudos sobre inclusão sociodigital no contexto da pandemia de COVID-19 são escassos (e.g. Rios; Nascimento, 2021; Carreira *et al.*, 2023). A pesquisa foca nos beneficiários das políticas públicas de inclusão, especialmente alunos que residem em regiões do interior, onde as condições de acesso são limitadas e agravadas pelo baixo desenvolvimento social. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais que enfrentem os desafios para alcançar uma inclusão social efetiva. Dado que a inclusão sociodigital é um fenômeno recente, esta pesquisa destaca a importância de abordar um tema atual

e relevante para o contexto social, além de abrir caminho para estudos futuros baseados nos resultados obtidos.

Como forma de organizar os pontos de discussão através deste estudo, além desta introdução que apresenta inicialmente uma reflexão e contextualização a respeito do tema, na seção a seguir, apresenta a fundamentação teórica que apoia este trabalho, abordando a inclusão sociodigital, suas conceituações e outros termos utilizados, abordando a inclusão além do acesso, o seu surgimento no contexto capitalista e seu desenvolvimento principalmente no Brasil, apresentando os impactos no contexto educacional. Dando sequência, é discutida a situação de pandemia e os impactos para o desenvolvimento da inclusão, o ambiente educacional e as condições de ensino. Depois apresenta os procedimentos metodológicos aplicados no estudo para obtenção das análises, dos resultados e das possibilidades a partir deste trabalho.

2 INCLUSÃO SOCIODIGITAL

O mundo atravessa um processo contínuo de transformação há décadas com o advento das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que começaram a tomar forma nos anos de 1960 sendo difundidas por todo o globo de forma desigual. Castells (2005) já atentava que não é a tecnologia que determina a sociedade, mas o contrário, é a sociedade que dá forma e a transforma de acordo com as necessidades, valores e interesses de seus utilizadores. Portanto a tecnologia torna-se condição necessária, porém não suficiente, para uma nova forma de organização social baseada em redes.

Com o surgimento desta nova era da informação, todo avanço tecnológico vem permitindo inúmeras possibilidades nas atividades humanas para o desenvolvimento dos processos e das pessoas, nos mais diferentes aspectos e com maior agilidade, porém, junto com o desenvolvimento vem as questões entre os atores sociais envolvidos, já que grande parte da sociedade não tem as mesmas condições de acesso e ao uso das tecnologias (Bonilla; Pretto, 2011).

Estudos recentes também se referem a tecnologia como um conjunto de conhecimentos, que se aplicam em determinadas atividades, ou seja, no próprio princípio que a define como ciência, as TICs vêm se desenvolvendo e sendo incorporadas ao cotidiano de forma acelerada, com a possibilidade de aplicação nos mais variados processos de ensino-aprendizagem demonstrando um grande potencial, porém também exigem atender aos desafios e demandas individuais e coletivas da sociedade (Viana *et al.*, 2022).

2.1 EXCLUSÃO DIGITAL

Nesse contexto social e político, surge um novo argumento para poder nortear as discussões sobre o tema da inclusão sociodigital: A **exclusão digital**, um tipo de exclusão que está relacionada às desigualdades, tanto para acesso quanto para limitações quanto ao uso das TICs, conceito que parte do pressuposto de um estado no qual o indivíduo é privado do acesso e da utilização destas tecnologias (Almeida

et al., 2005), neste sentido a exclusão digital não é delimitada apenas pelo acesso físico a computadores ou outros dispositivos conectados, mas ao manuseio, o que as pessoas podem fazer com as informações e os conteúdos acessados (Alves, 2017). O termo tem origem no fim da década de 1980, no ambiente de trabalho com a implementação da informática, ganhando maior força na década seguinte com a disseminação da internet, causando uma profunda reestruturação nas organizações e instituições (Bonilla; Pretto, 2011).

Conforme as TICs vem sendo disseminadas pelo mundo causando a chamada divisão digital, que vem a ser o resultado das desigualdades entre incluídos e excluídos digitais, visando amenizar ou, pelo menos, diminuir esta disparidade quanto ao uso e conhecimento das tecnologias, tanto no âmbito social, político, institucionais e culturais, foram criadas políticas públicas voltadas para a inclusão digital (Bolzan; Löbler, 2016).

Neves, Freire e Suaiden (2018) reforçam que existe um esforço dos países em desenvolvimento que enfrentam os entraves do subdesenvolvimento econômico e das enormes desigualdades sociais para promover ações de promoção de inclusão, que seriam aprofundadas por esta mais nova questão social tratada, denominada de exclusão digital. Nesta linha, de acordo com Coelho e Conceição (2021), a exclusão digital sempre esteve presente, mas pouco se falava dela no sentido de desenvolver e oferecer condições sociais ou de acesso a direitos, e que a pandemia causada pela COVID-19 aumentou estes níveis de desproteção. Esta desigualdade na forma do acesso às tecnologias é percebida no Brasil, embora o uso de computadores e da internet no país venha aumentado percentualmente com o passar dos anos. Diante deste contexto de desigualdade e concentração de poder e renda, fica demonstrada a importância de se analisar o termo inclusão digital abarcando a inclusão social e a integração, o que aponta para limitações em suas correlações neste contexto (Neves; Freire; Suaiden, 2018).

De acordo com Castells (2005) existem 3 formas de exclusão digital: a) não possuir acesso à rede de computadores; b) ter o acesso e não possuir a capacidade técnica de utilização; c) ter acesso e não ter a habilidade de acessar, procurar ou relacionar determinado assunto a outro, ou seja, utilizar o equipamento em seu benefício. Essa terceira é mais grave pois a exclusão é mais profunda e não é só digital, é também

educacional, cultural e social. Estes questionamentos permanecem latentes ao considerar uma sociedade em rede, e não pertencer a esta sociedade reforça as formas de exclusão o que é firmado por Alves (2017). Portanto é necessário que os programas de inclusão sociodigital proporcionem e criem condições de formação para de fato atingir uma inclusão social (Neves Júnior *et al.*, 2021).

2.2 INCLUSÃO DIGITAL

Alguns autores enxergam de forma problemática e inconsistente a noção de exclusão digital (e.g. Bonilla; Pretto, 2011; Castells, 2005; Neves; Freire; Suaiden, 2018) pois se existe exclusão, logo trata-se a problemática com a lógica dualista e ambígua de inclusão, nesse contexto nominada **inclusão digital**, para representar uma democratização e universalização do acesso as tecnologias, ou seja, estes termos tem relações diretas e antagônicas (Bonilla; Pretto, 2011).

É importante ressaltar que inclusão e exclusão não sinônimos de estar dentro ou fora de um sistema, pois todos os indivíduos pertencem e participam de alguma forma na sociedade. Mesmo aqueles considerados excluídos ainda fazem parte e estão, de algum modo, incluídos nesse sistema. (Neves; Freire; Suaiden, 2018).

Ao tratar de inclusão digital, Cazeloto (2008) refletindo a partir desse fenômeno e aos discursos decorrentes, apresenta uma colaboração para construção de alternativas através de uma visão crítica:

> O termo “inclusão digital” já denota em si uma forma de hierarquização. Ele remete a um conjunto de discursos e práticas cujo objetivo é levar a informatização a grupos sociais que, sem esses procedimentos, muito provavelmente não teriam condições de acesso às ferramentas informáticas. Desse modo, não é possível falar, por exemplo, em “inclusão digital” para adolescentes urbanizados das classes altas ou médias simplesmente porque o uso de computadores já está de tal forma incorporado ao cotidiano desses indivíduos, que a manipulação de interfaces e equipamentos informáticos não se separa de outras dimensões do vivido: ela está na educação, no lazer, nas práticas culturais. A inclusão digital é, portanto, um *artifício de engenharia social* criado para estender ao maior número possível de cidadãos os eventuais benefícios que uma elite já desfruta integralmente, como parte “natural” de sua inserção na sociedade. Ela despende esforços e recursos públicos e privados para generalizar o conhecimento de técnicas que já estão “naturalmente” disponíveis a uma minoria, advindo daí a percepção de sua

> estreita ligação com a idéia [sic] de “democracia”: a inclusão digital repousaria sobre o pressuposto ético de igualdade (Cazeloto, 2008, p.125).

Portanto, é necessário analisar criticamente a apropriação desses discursos para compreender verdadeiramente seu significado. A utilização simplificada e indiscriminada das terminologias de inclusão e exclusão digital, de forma generalizada, pode limitar sua aplicação a um contexto político e econômico específico, onde apenas garantir o acesso seria visto como suficiente para promover uma transformação social. Focar exclusivamente em resultados estatísticos e dados quantitativos de acesso, como se não houvesse outras condições a serem consideradas para se alcançar uma verdadeira inclusão ou ascensão social, acaba por justificar apenas ações políticas e econômicas (Alves, 2017).

A fim de não utilizar esse binômio inclusão/exclusão dividindo os indivíduos em apenas duas categorias: os que têm acesso e os que não têm acesso aos meios digitais, alguns autores contemporâneos sugerem a utilização de outros termos como mais apropriados, como: *digital divide, gap* digital, *apartheid* digital, infoexclusão, ou exclusão digital (Bonilla; Pretto, 2011), cisão digital, fractura digital[2], brecha digital, marginalização e outros termos (Alves, 2017).

Bonilla e Pretto (2011) apresentam o exemplo de diversas ações desenvolvidas como programas de inclusão digital, e discursos políticos que afirmam sem sombra de dúvidas que estes programas são capazes de minimizar as mazelas sociais das comunidades onde são promovidos, no entanto, essas ações são propostas de formas isoladas, desarticuladas de outras políticas públicas, não levam em consideração a complexidade de realidades e processos vividos por estas comunidades.

Contudo é observado por Cerquinho *et al.* (2015) que várias ações de inclusão digital desenvolvidas no Brasil tem seus resultados pouco avaliados, especialmente quanto aos aspectos qualitativos, sociais e políticos, o que leva a reflexão sobre os rumos das políticas e ações que são intituladas de inclusão sociodigital, isto demonstra uma lacuna nos conceitos quando não são abordadas as questões culturais e educacionais que na maioria das vezes é tratada de forma insuficiente.

---

[2] Fractura digital no idioma português de Portugal, é o termo frequentemente usado nos documentos da União Européia para tratar da exclusão digital.

2.3 UTILIZAÇÃO DO TERMO INCLUSÃO SOCIODIGITAL

Apesar da crítica ao uso dos termos inclusão e exclusão digital, que muitas vezes não consideram de forma satisfatória a complexidade dos aspectos sociais e das desigualdades relacionadas ao uso das TICs, é essencial reconhecer a importância de "[...] oportunizar condições para que os sujeitos sejam capazes de participar, questionar, produzir, decidir, transformar, tornando-se parte integrante da dinâmica social, em todas as suas instâncias." (Bonilla; Pretto, 2011, p. 35). Esta é uma discussão que vai muito além da simples definição de nomenclatura, para uma leitura bem mais ampla da sociedade e da atuação dos agentes políticos no sentido de oportunizar e dar condições de equidade aos indivíduos, as terminologias são insuficientes, o que tem motivado grandes debates na comunidade acadêmica, porém na falta de outros termos que melhor expressem ou definam as potencialidades do uso das TICs passaremos a utilizar daqui em diante inclusão sociodigital.

Na literatura, principalmente no campo da educação e de programas governamentais, associar o termo inclusão digital com a inclusão social não ocorre por acaso, ao mencionar que existem pessoas excluídas ou fora de um mundo informacional em que são afetadas socialmente por se apresentarem nesta condição, passou-se a utilizar o termo **inclusão sociodigital** com o intuito de melhor compreender os diferentes níveis em que o indivíduo pode estar posicionado, considerando a promoção, a sua inclusão e ascensão social (Alves, 2017).

A inclusão sociodigital é um processo que busca garantir um acesso mais igualitário das TICs a todas as pessoas, independentemente de sua classe social, gênero, idade, habilidades ou localização geográfica (Almeida *et al.*, 2005). Na sociedade atual, a utilização das TICs é essencial para uma participação mais ativa em diversas atividades, daí a importância da promoção da inclusão, pois no ambiente do trabalho, nos processos de educação, no desenvolvimento de atividades culturais e de lazer, são realizadas e conduzidas no universo online, e a falta ou despreparo para utilização das tecnologias limita essa participação, o que de certa forma acaba por impactar negativamente na qualidade de vida (Alves, 2017).

A busca para se atingir um status de inclusão sociodigital, passa por fornecer acesso às TICs, e também, não menos importante, passa diretamente pela capacitação para adquirir habilidades para sua utilização, portanto a capacitação e o treinamento são essenciais tanto quanto a infraestrutura de tecnologia, pois desta forma a utilização consciente se torna essencial para passar a trazer benefícios ao utilizador (Alves, 2017).

Nas áreas econômicas e de mercado a crescente digitalização a partir do uso das TICs, vem trazendo o surgimento de novos modelos e valores emergindo o conceito de **capital digital**, que se refere ao valor econômico criado pela utilização destas tecnologias, sendo associado à experiência do cliente, ao aumento da produtividade dos funcionários e na tomada de decisões, o que tem tornado cada vez mais importante para as empresas a busca de geração de receita e o aumento de eficiência em seus processos com a busca de inovação e adaptação a essas novas tendências tecnológicas (Ragnedda; 2018).

Na tentativa de melhor entender as desigualdades trazidas pela difusão da tecnologia, Ragnedda e Addeo (2020) trazendo este conceito para área das ciências sociais, definem **capital digital** como a acumulação de competências a nível do indivíduo através das tecnologias digitais, compreendendo informação, comunicação, segurança, criação de conteúdo e resolução de problemas. Como resultado de pesquisas realizadas no Reino Unido, confirmam que o nível de capital digital é influenciado por fatores como renda, idade, nível educacional, também encontra maiores índices para pessoas que vivem em áreas urbanas em detrimento dos que residem em áreas rurais.

Outros estudos realizados na China (Yang *et al.*, 2022), e na Austrália (Baldassar; Wilding, 2020), encontraram que o nível de inclusão digital contribui significativamente na qualidade de vida dos indivíduos de forma que os fatores que influenciam o nível de inclusão sociodigital podem ser mensurados e analisados.

2.3.1 Inclusão para além do acesso

Na literatura diversos autores destacam que apenas fornecer o acesso as TICs, não caracteriza uma inclusão digital (e.g. Bolzan; Löbler, 2016; Reche *et al.*, 2022; Bonilla; Pretto, 2011; Carbonera *et al.*, 2020), visto que para se efetivar de fato a inclusão, até em níveis sociais, a inclusão sociodigital deve priorizar questões que vão além da acessibilidade, como por exemplo a interpretação e utilização dos benefícios proporcionados pela tecnologia, em outras palavras, fazer o uso intelectual na geração e disseminação de conhecimento crítico como habilidades adquiridas pelo uso das TICs. Discorrem também que um processo de inclusão digital precisa ir além de apenas disponibilizar equipamentos e internet, deve-se desenvolver habilidades, condições de formação e senso crítico suficientes para utilizar as ferramentas e interpretar os conteúdos disponíveis e utilizá-los para o seu desenvolvimento pessoal e social, tudo isto deve estar contido em um processo de inclusão sociodigital.

Ainda neste sentido, para Cerquinho *et al.* (2015) e Bonilla e Pretto (2011) a inclusão digital para muitos é entendida, na maioria das vezes, apenas como oferecer condições de acesso às tecnologias, por outro lado não consideram abordar os processos cognitivos questionadores, que são necessários para o desenvolvimento social. Enquanto Marcon (2020, p. 81), complementa que é preciso fazer “uma apropriação social das tecnologias de rede” para desenvolver habilidades como “a participação, o compartilhamento, a autonomia, a autoria, a interação, a coletividade e a cooperação”.

Para Bonilla e Pretto (2011, p.16): “[...] a inclusão digital não é alcançada apenas quando se dá computadores ou acesso à internet, mas quando o indivíduo é colocado em um processo mais amplo de exercício pleno de sua cidadania”. O que demonstra toda a preocupação com as complexidades envolvidas com o que é de fato uma ação inclusiva.

A forma de mensuração da inclusão sociodigital vai muito além de medir o acesso ou não acesso à internet e de acordo com Alves e da Silva (2017), existem diversas outras variáveis que determinam se o acesso é de qualidade e se o usuário consegue de fato tirar proveito da tecnologia utilizada, nesse viés é importante levar em consideração a base de conhecimento e de competências necessárias para o uso das TICs, na qual denomina-se **literacia digital**, condição necessária para de fato conseguir atingir a inclusão social.

À título de exemplificação, Cazeloto (2008) comenta brevemente sobre dois comerciais televisivos produzidos pela organização não-governamental Alfabetização Solidária, para ilustrar uma ideia de “inclusão subalterna”. No primeiro, mostra uma empregada doméstica na cozinha lendo um livro de receitas, demonstrando que pelo fato de ter aprendido a ler, agora pode preparar novos pratos para sua patroa. Em um segundo comercial, aparece o porteiro de um prédio, comemorando que graças à alfabetização, pode incrementar sua atividade como “garoto de recados” pois tem a capacidade de ler e escrever bilhetes para os moradores. Ambos os exemplos demonstram que sem dúvida foram “incluídos” com a alfabetização, mas significou apenas que ampliaram sua capacidade de servir, não tiveram ascensão em sua hierarquia de trabalho ou em sua condição social.

Se aplicarmos o mesmo modelo a um programa de inclusão digital, os desafios se tornam ainda mais complexos. Em vez de apenas pesquisar as receitas preferidas da patroa na internet, o trabalho da empregada doméstica poderia ser automatizado por assistentes virtuais, dispositivos de casas inteligentes que respondem a comandos de voz, eliminando até a necessidade de leitura. Já a profissão de porteiro, que está em declínio, poderia ser substituída por sistemas de segurança digital que controlam o acesso ao prédio de forma automatizada, enquanto os moradores se comunicam diretamente entre si via aplicativos de mensagens. Esses avanços tecnológicos, embora possam parecer inclusivos, muitas vezes criam novas formas de subordinação, onde a tecnologia não promove ascensão social, mas apenas amplia a capacidade de servir. Como apontado por Ramonet (2018), a revolução digital muitas vezes reforça as desigualdades sociais ao invés de mitigá-las, já que as tecnologias que permitem a inclusão, podem manter as pessoas em posições subordinadas sem oferecer oportunidades reais de avanço social.

Esse modelo de reprodução que é questionado, não é esse exemplo que devemos permitir que o modo de produção imponha, por isso é importante relacionar sempre a inclusão com a ascensão social, a educação deve ter autonomia para desenvolver uma inclusão sociodigital com visão emancipatória e crítica, não apenas para atender aos interesses de inserção no mercado de trabalho, mas desenvolver ferramentas e habilidades para uma inserção social mais livre e independente (Cazeloto, 2008).

Devemos refletir, portanto, se há de fato, a possibilidade de alcançar uma justiça social baseada na informatização do mundo, de modo a promover um resgate, uma emancipação das populações marginalizadas, se a ideia de inclusão desenvolvida nas últimas décadas tem a capacidade de transformação da sociedade. A inclusão sociodigital requer um repertório teórico e epistemológico ajustado aos objetivos que buscamos compreender, dados as limitações históricas e geopolíticas, este fenômeno de dimensões globais não afeta o mundo de maneira justa e equitativa, cada grupo, sociedade, ou região, encontram-se em estágios diferentes de mudança e transformação, o que parece insuficiente mensurar e avaliar quantitativamente (Cazeloto, 2008).

2.3.2 Inclusão sociodigital *versus* o modelo capitalista

O capitalismo transformou o mundo e se transformou durante esse processo, as mudanças no modo de produção moldaram o ambiente, a globalização e a busca pelo desenvolvimento é o poder que regula as relações trabalhistas, os marcos simbólicos, as manifestações culturais e tradições, que medem e estabelecem critérios de performance e hierarquiza os privilégios e o próprio poder (Cazeloto, 2008).

Max Weber (2004, p. 48) já advertia sobre o capitalismo hodierno que domina de “[...] longa data a vida econômica, educa e cria para si mesmo, por via da *seleção* econômica, os sujeitos econômicos – empresários e operários – de que necessita”. Reproduzindo um sistema que é criado e recriado constantemente seguindo sua própria lógica e valores, a “seleção” que explica os fenômenos históricos peculiares do capitalismo, emergiram não apenas de alguns indivíduos isolados, mas em um modo de ver de grupos de pessoas. A “superestrutura” que é composta por instituições e ideias que surgem da base econômica da sociedade, que ao mesmo tempo poderia moldar a economia ou serem moldadas por ela. Seguindo este raciocínio, Cazeloto (2008), concorda que não existe exclusão, já que as injustiças e violências sociais legitimadas na sociedade são fruto da distribuição desigual das riquezas e privilégios.

É possível ainda relacionar a teoria marxista com a inclusão sociodigital, ao analisar a distribuição e utilização da tecnologia na sociedade. Segundo Marx (2018), teórico

fundamental no estudo da economia política e das desigualdades sociais, podemos fazer uma analogia ao relacionar exclusão digital como resultado dessa desigualdade social e econômica, onde os detentores dos meios de produção possuem os recursos e o amplo acesso a utilização da tecnologia a seu benefício, deixando exclusos os mais pobres e marginalizados.

Neste sentido, há uma busca para entender as contradições e os limites dos discursos de que algumas iniciativas de inclusão digital, visam uma reprodução econômica do capitalismo e suas relações, com o discurso de uma ampliação da cidadania e do livre acesso à informação, a inclusão digital permanece como condição para a inclusão social, porém esta última ganha maior dimensão quando as políticas públicas associam a inclusão sociodigital em uma posição competitiva com o cenário internacional (Cazeloto, 2008). No Brasil, a nível federal, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços continua a ser o articulador dessas políticas de "desenvolvimento econômico e social". Além disso, o Ministério das Comunicações e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação também desempenham papéis cruciais na promoção de políticas de inclusão sociodigital, alinhando estratégias de conectividade e inovação tecnológica com objetivos de competitividade global e inclusão social nos dias atuais.

2.4 INCLUSÃO SOCIODIGITAL NA EDUCAÇÃO

A educação tem sido fortemente impactada pela tecnologia, com as transformações das formas de interação, comunicação, estudo e investigação, sendo o eixo central das oportunidades de inovação e desenvolvimento educacional. A substituição dos métodos tradicionais para a incorporação da tecnologia é um processo que tem contribuído para a construção e consolidação de uma aprendizagem significativa e autônoma para melhorar a qualidade da educação. Com a metodologia didática adequada pode-se romper as barreiras de espaço e tempo, permitindo uma aprendizagem descontextualizada e onipresente, fomentando o trabalho colaborativo, a aprendizagem independente, a integração social e a autonomia, fundamentais nos processos de inclusão (Reche *et al.*, 2022).

A escola reproduz e perpetua o mesmo modelo de sociedade na qual está inserida, e se vivemos em uma sociedade que produz exclusão, a escola também colocará à margem de seus processos os que não se enquadrarem em seus requisitos. Como consequência dessa afirmação temos como exemplo a repetência, a evasão, o abandono, a suspensão e a expulsão escolar. Este é um modelo neoliberal de educação considerando a mesma dualidade de sociedade de classes, em que de um lado está a elite, as melhores escolas, melhores professores, melhores recursos, excelência no ensino; e de outro lado, uma realidade diferente voltada para os filhos da classe trabalhadora, uma educação em massa, turmas lotadas, professores desvalorizados e desmotivados e um ensino de qualidade duvidosa (Rocha, 2010).

Trazendo para o campo educacional, é notório que as tecnologias estão cada vez mais presentes nas escolas e constituem um desafio para professores, gestores e aos próprios estudantes que lidam diariamente com sua utilização, mesmo que de forma restrita e limitada, portanto é necessário considerar os que se sintam excluídos ou marginalizados digitalmente. Neste sentido, retorna-se a discussão teórica da literacia digital, como uma possibilidade de uma porta de entrada para os marginalizados inserirem-se digitalmente na sociedade (Alves, 2017).

A literacia mediática ou digital, diz respeito à capacidade de acesso, análise, compreensão e avaliação de modo crítico dos meios tecnológicos e de comunicação, e “[...] os indivíduos com bons níveis de literacia digital tendem a possuir maiores chances de manterem-se conectados à rede e usufruir os benefícios advindos do acesso, filtragem e uso sábio das informações.” (Alves, 2017, p. 33).

As TICs levam a instituição escola para além de seus territórios, não é apenas na escola que se aprende, mas também em casa, no escritório, em qualquer lugar onde se tenha acesso. As escolas e instituições de ensino públicas e privadas tem um inquestionável papel preponderante com as novas tecnologias, mesmo que para a economia de mercado e a força de trabalho, mas para além disso, é fundamental para o desenvolvimento científico e tecnológico da sociedade, colaborando cada vez mais com a construção do conhecimento (Rocha, 2010).

A implementação das tecnologias digitais na educação, contribuem para o aumento da participação dos alunos e a interação entre eles, proporcionando o

desenvolvimento de habilidades, competências, atitudes, valores, diálogo e conhecimento. A democratização do acesso e utilização do computador, por exemplo, é papel preponderante da educação na promoção da inclusão sociodigital na formação destes cidadãos (Rocha, 2010).

Com o desenvolvimento e implementação das TICs, o conceito centralizado no professor detentor do conhecimento, torna-se ultrapassado, já que a informação pode ser obtida em toda parte, os alunos podem acessar com uma certa frequência e facilidade, extrapolando o campo educacional em novos espaços além dos muros da escola (Alves, 2017). Contudo a formação do professor precisa avançar do modelo instrucional e conteudista para uma formação colaborativa, interativa e evolutiva (Alves; Da Silva, 2017).

Cabe ao educador, construir o seu papel, não de unidade detentora do conhecimento, mas de agir como um mediador deste processo de ensino-aprendizagem, construir junto com os alunos, interpretar os dados, relacioná-los e contextualizá-los, tornando-os capazes e hábeis na utilização das ferramentas tecnológicas e motivando-os à construção do conhecimento (Rocha, 2010).

Partindo da iniciativa de potencializar e incrementar os resultados de políticas públicas relacionadas ao acesso, recursos, ferramentas e práticas digitais, o governo brasileiro recentemente aprovou a Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023, (BRASIL, 2023) que institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED), e apresenta os seguintes eixos e objetivos: Inclusão digital; Educação digital escolar; Capacitação e especialização digital; Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em TICs.

É possível afirmar que após a pandemia, as tecnologias passaram a ser mais valorizadas no contexto educacional. O PNED alterou a a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tornando dever do Estado a educação digital, com “garantia de conectividade a todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet” para o uso pedagógico e o “desenvolvimento de competências voltadas para o letramento digital”, e ainda prevê “ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno” criando espaços coletivos de desenvolvimento. Como estratégia ainda cabe o destaque a “promoção da formação

de professores em competências ligadas a cidadania digital e a capacidade de uso de tecnologia”, e a promoção das TICs como ferramentas e conteúdo programático dos cursos de formação continuada em todos os níveis e modalidades de ensino (BRASIL, 2023).

3 A PANDEMIA DE COVID-19 E SEUS IMPACTOS NA INCLUSÃO SOCIODIGITAL

Em meio a todo esse debate sobre inclusão sociodigital que já persiste há anos, em março de 2020 a Organização Mundial de Saúde (OMS), declara estado de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), pelo surto de infecções pelo Coronavírus (COVID-19), caracterizando-a como pandemia, nesse conjunto, medidas de distanciamento físico, distanciamento social e de programa de testagem são adotados até a imunização da população. No âmbito educacional, o Ministério da Educação (MEC), orienta por meio de portaria a substituição de aulas presenciais para modalidades não presenciais e à distância por meios digitais, várias normativas foram editadas para orientar as instituições de ensino, impactando todo o contexto socioeducacional (Nunes *et al.*, 2021).

Uma série de documentos e portarias emitidas pelo MEC, com atualizações constantes, tendo por objetivo regularizar as atividades e os calendários escolares, suspendendo as aulas presenciais e instituindo o ensino remoto de caráter emergencial, englobando desde as escolas de Educação Básica até as Instituições de Ensino Superior. Contudo, em meio a esse contexto em que a pandemia de COVID-19 ganha relevância, não apenas por instrumentalizar o ensino remoto, mas também por ampliar os reflexos das desigualdades sociais vividos pelas minorias que não contam com esse acesso às TICs (Andrade *et al.*, 2022).

Nesse argumento sem precedentes históricos na educação, Nunes *et al.* (2021) explicam que novos modelos para implementação e oferta do ensino tiveram de ser rapidamente postos à disposição, com o cotidiano abruptamente afetado pelas circunstâncias impostas, momento em que a educação sai de cena dentro da estrutura da escola e da sala de aula para o ambiente doméstico por meio do uso de tecnologias, fazendo-se necessário o uso de dispositivos tecnológicos tais como: computador, *notebook*, *smartphones* e *tablets*; bem como de acessibilidade: internet banda larga e redes móveis. Através de plataformas digitais em Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), como por exemplo o *Moodle*, também transmissões por *web* conferências, aplicativos de mensagens, redes sociais, plataformas de reprodução de áudio e vídeo por *streaming* e etc.

As práticas educacionais no Brasil e no mundo, adotaram as tecnologias digitais para os processos de ensino-aprendizagem durante a pandemia de Covid-19, desde a educação básica ao ensino superior. Segundo a Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 2020 estima-se que 90% dos estudantes em idade escolar no mundo tiveram a educação interrompida pela pandemia, o que corresponde a 1,57 bilhão de crianças e jovens em mais de 190 países. Também de acordo com a *Human Rights Watch* (HRW) (2021), reconhecida organização internacional não-governamental de direitos humanos, essa interrupção dos processos de ensino-aprendizagem não será apenas temporária para muitos estudantes, mas o fim abrupto para eles, e mesmo para os alunos que conseguirem retornar em algum momento, evidências sugerem que continuarão a sentir as consequências pela perda do aprendizado no período. Esta nova dinâmica que surge de forma emergencial durante a pandemia, vem com a urgência de se adequar ao uso das TICs para possibilitar a realização das atividades de ensino (Marcon, 2020).

Isso nos traz a ponderação de que apenas reabrir as escolas não é suficiente para reverter os danos, e nem há garantia de que todos retornem à escola, os governos detinham evidências levantadas em anos anteriores e sabiam exatamente quais grupos e quais minorias poderiam sofrer mais pela discriminação, pela desigualdade e pela própria exclusão social, e durante o fechamento essas escolas não estavam minimamente preparadas para oferecer o ensino remoto de forma igualitária (HRW, 2021).

No contexto socioeconômico e político brasileiro, de acordo com Andrade *et al.* (2022, p.4) se destaca a “polarização política e os jogos de poder” com “a ascensão da extrema direita à presidência da república, associada a discursos conservadores, teorias conspiratórias e disseminação de *fake News”,* demonstrando a fragilidade democrática e do governo federal durante a pandemia, nos apresentando a forma que foi utilizada para instrumentalizar tendências ideológicas desenvolvimentistas que ampliam as desigualdades sociais, territoriais, de gênero e raça, e em suas múltiplas interseccionalidades enraizadas na sociedade brasileira, para atender a interesses próprios de manutenção do poder, também de interesses de grupos apoiadores e do mercado internacional, subjugando a valorização da vida e marginalizando uma maioria da sociedade que depende das políticas públicas.

3.1 IMPACTOS DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO

E agora após anos do início da pandemia em que testemunhamos as perdas do processo de aprendizado de milhões de alunos, vimos que o país ainda não implementou estratégias de recuperação de aprendizado em escala para readquirir o que foi perdido (Nobre; Mouraz, 2020; Marcon *et al.*, 2021; Rios; Nascimento, 2021; Neto, 2020). Que não existem avaliações para permitir a permanência e mensurar a evasão e o abandono escolar, ainda deve-se pensar em desenvolver o acompanhamento da saúde psicossocial e o bem-estar de crianças e jovens afetados pela pandemia (Rios; Nascimento, 2021).

De acordo com levantamento do Senado Federal pelo Instituto DataSenado (2022), em um estudo sobre os impactos da pandemia na educação no Brasil, aponta que os principais impactos foram na rotina doméstica em que os pais tiveram a sensação de assumir a responsabilidade pelo ensino dos filhos e o papel da escola visto por eles como secundário. A pesquisa identificou também a percepção de que o ensino nos anos de 2020 e 2021 foram “anos perdidos” para a educação e que trará graves consequências a curto e longo prazos, e para além dos prejuízos no âmbito educacional, há ainda os impactos negativos percebidos em questões emocionais e relacionais dos estudantes. O estudo ainda destaca a falta de estrutura de equipamentos e de acessibilidade, tanto nas instituições de ensino, quanto nas residências dos estudantes, foi observada a falta de eficácia das aulas online pela dificuldade ou habilidade de concentração suficiente para o processo de ensino-aprendizagem como conclusões deste levantamento.

Ao refletir sobre o discurso de que a educação à distância promove inclusão digital, Alves (2017) questiona se este modelo de educação estaria sendo excludente, a partir do momento em que não considera e possibilita que os participantes nesta modalidade desenvolvam suas habilidades para o uso das TICs no cotidiano na escola e com seus alunos.

Segundo Neto *et al.* (2021) e Reche *et al.* (2022), existem outros inúmeros aspectos positivos e ações que permitiram que o ensino, apesar das dificuldades enfrentadas, chegasse de fato a atingir o seu objetivo de forma satisfatória, mas fica a reflexão no

enfoque das ações para os gestores do ensino e de políticas de atenção voltadas a amenizar o prejuízo na educação pública. Neste sentido é necessário integrar um planejamento intencional para o desenvolvimento de práticas pedagógicas ao avaliar o potencial do uso dos recursos tecnológicos para utilização nas escolas de forma coletiva e descentralizada, contudo se faz urgente democratizar o uso das TICs, para permitir e promover conhecimentos de forma articulada, afim de atingir para além do acesso, o empoderamento, a fluência, a autoria, enfim, um exercício da cidadania (Marcon *et al.*, 2021).

Trazendo para a discussão da educação à distância, esse desafio que levaria anos, talvez décadas para ser plenamente superado e implantado, foi acelerado com a pandemia, o que traz à luz os novos rumos que se darão no desenvolvimento da educação e o impacto social gerado e que será refletido nos próximos anos, considerando as desigualdades evidenciadas em toda essa conjuntura (Neves Júnior *et al.*, 2021).

A pandemia causada pela COVID-19, alterou completamente a rotina de crianças e adolescentes com o fechamento das escolas, várias situações de dificuldades que vão muito além do acesso, ao se deparar com famílias em vulnerabilidade, seja pela insegurança alimentar, discriminação, violência e sofrimento psicológico que já existia previamente e/ou foi agravado pela crise sanitária, econômica e política enfrentadas, estes são só alguns dos aspectos a serem considerados junto aos inúmeros que estão envolvidos com o processo educacional (Coelho; Conceição, 2021).

A situação de pandemia que acometeu o mundo neste momento, ascendeu uma realidade que poderá ser cada vez mais concreta em um futuro próximo, de que os processos de ensino híbrido tendem a se tornar parte do cotidiano educacional (Marcon 2020).

Algumas pesquisas e artigos acadêmicos recentes (e.g. Nobre; Mouraz, 2020; Marcon *et al.*, 2021; Rios; Nascimento, 2021; Neto, 2020) demonstram o impacto da pandemia no aprendizado dos alunos, a sua inclusão como cidadãos quanto ao uso das TICs, destacando a necessidade de compreender as implicações de uma transição das atividades presenciais para um modelo de ensino remoto, onde é essencial explorar estratégias para promover a aprendizagem eficaz dos alunos durante o momento

desta crise global, e para além do aprendizado os resultados destes estudos demonstram a importância de promover interações sociais e suporte adequados afim de garantir a saúde mental e a inclusão dos alunos em um modelo online.

Nobre e Mouraz (2020) destacam os desafios relacionados à inclusão e à equidade no ensino, considerando os diferentes contextos e necessidades ao implantar este novo modelo de educação. Segundo Rios e Nascimento (2021), os estudantes de baixa renda tem maiores dificuldades no acesso as TICs, destacando a necessidade de promoção de políticas e intervenções que reduzam a disparidade e promovam uma equidade nos processos educacionais.

Como resultado destes estudos conclui-se que a transição repentina do modelo de ensino para o remoto, afetou negativamente o aprendizado, principalmente dos que não tinham acesso adequado à internet ou a dispositivos eletrônicos. A desigualdade no acesso as TICs são notadas principalmente nos alunos de origem socioeconômica baixa. O isolamento social e a falta de interação impactam a saúde mental dos alunos, levando ao aumento de problemas como a ansiedade, estresse e depressão. Por fim a falta de estrutura e de uma supervisão presencial pode dificultar o engajamento e a motivação dos alunos durante as atividades, o que pode levar a um aumento da evasão escolar.

3.2 O ENSINO DURANTE A PANDEMIA

A pandemia gerada pela COVID-19 também demonstrou que a inclusão digital é um processo inacabado, afetando diretamente os menos favorecidos, agora mais do que nunca o acesso e o uso das tecnologias são requisitos fundamentais a todos indivíduos para a participação em uma sociedade tecnológica (Reche *et al.*, 2022). Toda essa mudança sendo colocada em prática, havendo ainda de se considerar a formação e capacitação docente, as condições de inclusão digital e social dos discentes. Nunes *et al.* (2021) apontam a situação enfrentada pelas escolas públicas sem a devida alocação de recursos para a educação básica e superior, para o cumprimento e continuidade do ensino remoto de forma emergencial. Tornou-se urgente refletir sobre a formação do corpo docente, pois o professor é um dos atores

centrais na promoção dessa nova dinâmica e precisa de preparo para enfrentar este novo cenário de isolamento social (Marcon, 2020).

Os alunos enfrentam o desafio de romper as desigualdades de oportunidades para dar continuidade aos seus estudos, já que as aulas, agora na modalidade online, sem contar com todo aparato tecnológico disponível no ambiente escolar, a partir de suas residências, para possibilitar a realização das aulas e atividades escolares de modo remoto, inclusive lidando com a situação de pandemia de COVID-19 vivida, devendo portanto desenvolver um papel ativo, proativo e protagonista na realização de seu processo de aprendizagem de forma mais autônoma (Oliveira; Corrêa; Morés, 2020).

As condições econômicas e sociais dos estudantes e suas respectivas famílias, são afetados por fatores externos e internos às escolas e contribuem para o aumento ou diminuição do abandono escolar, do qual pode-se mencionar o ingresso precoce ao mercado de trabalho e reprovações cumulativas. Com o investimento em políticas públicas e a aproximação do ambiente pessoal do aluno com o ambiente escolar, as taxas de abandono tem diminuído em quase todos os níveis e modalidades de ensino (Lacruz *et al.*, 2022).

A pandemia revelou e acentuou toda desigualdade e os abismos sociais, no processo educacional isso ocorre da mesma forma, com a suspensão das aulas e restrições na oferta do ensino e o distanciamento social, impactaram diretamente nas práticas de ensino-aprendizagem em uma enorme quantidade de estudantes, destacando que as maiores vítimas da COVID-19, direta e indiretamente, são as mesmas que já se encontram em situação de vulnerabilidade social, marginalizadas pelas desigualdades cada vez mais acentuadas pelo modelo capitalista, que perpetua o imperialismo, racismo, machismo, capacitismo e outras múltiplas formas de desigualdade social (Lacruz *et al.*, 2022).

Ao professor recai também a responsabilidade pela fluência tecnológica para inclusão digital com os estudantes, contudo é necessário considerar outras questões como o posicionamento da gestão escolar e a disponibilização de equipamentos e recurso de TICs nas escolas para suas aplicações pedagógicas, o que na conjuntura atual pode se tornar uma tarefa impossível dada a demanda da sociedade e as condições

trazidas pela pandemia, o que impacta diretamente no desenvolvimento das práticas de ensino-aprendizagem (Marcon, 2020).

Toda discussão é necessária para compreender este contexto e avaliar se as estratégias ou procedimentos adotados por cada instituição de ensino de fato possuem eficiência e eficácia e em até que ponto desenvolvem o processo de inclusão. Partindo do pressuposto que não é apenas o aluno que de forma individual terá de organizar seus próprios estudos e lidar com o manuseio de tecnologias, os docentes também tem que se readequar e adaptar a sua forma de produzir e editar conteúdos abordando uma didática pedagógica de ensino-aprendizagem ainda inexplorada pela maioria deles, de suas respectivas residências com seus próprios recursos de tecnologia, às vezes aquém dos disponíveis no ambiente escolar, tudo isso talvez sem a devida formação ou capacitação e a importância dela para o uso e ensino das ferramentas tecnológicas. Mesmo dos professores que já possuíam algum tipo de formação em determinado momento, ainda é necessária a formação contínua e frequente para a construção prática de novos conhecimentos e a interação com os discentes, a fim de agregar seus ensinamentos ao uso das TICs, a reflexão portanto é constante e refletirá em consequências psicopedagógicas neste futuro pós-pandemia (Rios; Nascimento, 2021).

A situação de pandemia evidenciou o que Paulo Freire (2010) defendia: de que não existe prática docente sem a participação prática do discente. Há de ser falar em buscar promover condições de acesso e permanência nas escolas, os processos de trancamento, desistência e abandono que vem causando a evasão durante e após a pandemia devem ser levantados, avaliados e corrigidos, os impactos do ensino remoto emergencial e a qualidade do processo de formação e seus desdobramentos, a educação deve ser garantida como um direito e uma responsabilidade do Estado, pois os prejuízos consequentes deste processo são retratados na sociedade (Rios; Nascimento, 2021).

Nessa perspectiva, a Constituição Federal (BRASIL, 1988), ao estabelecer no Art. 205 que “a educação como direito de todos e dever do Estado e da família” e no Art. e 206 que “o ensino será ministrado com base, dentre outros, no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, vem confirmar o que deve ser a pauta de luta e prioridades para nossa sociedade.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com base no objeto de estudo a presente pesquisa se adequa com a abordagem metodológica qualitativa, utilizando a interpretação dos dados e informações obtidas, para analisar e explicar relações da utilização do auxílio emergencial de inclusão digital, da realização das APNPs e os pressupostos teóricos que baseiam a investigação. Quanto aos objetivos foi utilizada a estratégia de pesquisa descritiva com foco principal em registrar, analisar o fenômeno e descrevê-lo, este tipo de pesquisa é habitualmente realizada por pesquisadores sociais em organizações como as instituições educacionais (Gil, 2002). Os estudos descritivos buscam representar uma descrição completa de um fenômeno dentro de um determinado contexto, por este motivo leva-se em consideração a pandemia e o isolamento social e a forma com que refletiram na forma de ensinar e aprender.

O estudo realizado toma por base um fenômeno ocorrido durante a pandemia de COVID-19, entre os anos de 2020 e 2021. O campo de estudo será o Ifes - Campus Ibatiba, com a investigação dos fenômenos especificados levantando as peculiaridades próprias desta instituição da qual este pesquisador possui acesso enquanto servidor da unidade, com esta delimitação será possível uma melhor análise das informações obtidas (Lakatos; Marconi, 2017).

Considerando o lócus e as características presentes no Campus Ibatiba do Instituto Federal do Espirito Santo, por estar localizado no interior do Espírito Santo, em uma região com as mais baixas posições do IDH-M do estado (PNUD, 2010), com a característica de muitos alunos residirem nos municípios circunvizinhos e em grande parte em zona rural, onde o acesso às tecnologias de comunicação, à infraestrutura de internet e sinal de telefonia celular, às vezes nem é possível. A pandemia obrigou a adotar medidas restritivas e de isolamento social, onde as atividades pedagógicas tiveram de ser realizadas de formas não presenciais, porém a desigualdade social e as condições de acesso demonstram a exclusão digital, o que merece ser melhor estudado para possibilitar que o processo educacional como o desenvolvido pelo Ifes possa chegar a todos os seus alunos.

Neste sentido o levantamento proposto permitiu analisar e direcionar ações nos objetivos, é importante a avaliação da utilização do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital como uma política pública que efetivamente pode amenizar ou diminuir a distância dos marginalizados para uma inclusão sociodigital.

Neste trabalho o termo pesquisa, significa o processo social, que através da utilização do método científico, permite adquirir os conhecimentos de uma realidade social, porém não constitui uma atividade neutra, já que traz consigo valores, conhecimentos, interesses, o chamado viés do pesquisador (Alves, 2017).

Como exposto na introdução deste trabalho, o objetivo principal proposto neste estudo é **analisar de que forma o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e demais ações do Ifes – Campus Ibatiba ajudaram a promover a inclusão dos discentes na realização de atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) durante a pandemia de COVID-19**.

Neste sentido, esta pesquisa qualitativa, buscou analisar, em que medida fornecer condições de acesso à tecnologia para a formação de forma não presencial poderia proporcionar uma inclusão dos pesquisados no contexto, digital, social, acadêmico e profissional, em meio às condições impostas pela pandemia de COVID-19. Considerando o nível de formação de mestrado na área de administração, ao realizar uma pesquisa qualitativa com estudantes e servidores do Ifes, que é uma instituição pública de ensino, compreende-se que é viável a abordagem para estudar o fenômeno pela perspectiva de todos os participantes.

Portanto, de acordo com Yin (2001), um estudo de caso como o proposto, é uma metodologia de pesquisa que envolve a investigação empírica detalhada de um fenômeno dentro do contexto real, sendo útil em várias áreas de investigação, incluindo negócios, educação, saúde, política, ciências sociais entre outras. Sugere ainda que envolve a coleta e análise dados, como documentos, entrevistas, observações, registros, questionários, etc. Por fim, o estudo de caso possui uma abordagem flexível e adaptável em diferentes contextos de pesquisa, além de poder ser combinada com outras metodologias afim de garantir a confiabilidade dos resultados obtidos.

4.1 PRODUÇÃO DE DADOS

Para a produção de dados foi realizada uma pesquisa documental envolvendo documentos e publicações oficiais ou não, em meio físico e/ou virtual, disponíveis no Ifes - Campus Ibatiba e demais *campi* do Ifes e Reitoria, documentos normativos do MEC e do Governo Federal, documentos e dados referentes ao Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, e outras plataformas do governo. A pesquisa documental segundo Gil (2002) é uma abordagem metodológica que envolve a análise e a interpretação de documentos impressos ou eletrônicos, esta é uma técnica de pesquisa amplamente utilizada e nas mais diversas áreas de conhecimento, tais como as ciências sociais, para Lakatos e Marconi (2017), este tipo de pesquisa pode ser realizada de forma rigorosa e sistemática, dando a importância da seleção e da análise crítica dos documentos.

Além da pesquisa documental foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os discentes beneficiários da política de assistência estudantil, alunos e ex-alunos da Instituição em especial os que receberam o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, em roteiro elaborado a partir da literatura conforme modelo constante no APÊNDICE D.

Buscou-se entrevistar o total de alunos que diretamente foram beneficiados pela política de assistência estudantil com o recebimento e a utilização do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, considerando a situação que viviam durante o período da pandemia e a própria condição a ser analisada de inclusão sociodigital, portanto foi viável uma pesquisa direta com os discentes cursantes e egressos, através de entrevistas semiestruturadas, para possibilitar atingir um resultado final, com a análise e tratamento do conteúdo obtido atingindo os objetivos gerais e específicos e ao final trazendo reflexões e colaborações para atuação profissional gerencial, ou escolar, ou colaborar com futuras pesquisas na área.

Adicionalmente como forma de subsidiar ou explanar situações específicas e contextuais da pesquisa documental, foram entrevistados professores, servidores e gestores que atuam no Ifes – Campus Ibatiba, que estavam diretamente envolvidos na condução do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e também na execução das

APNPs durante a pandemia nos anos de 2020 e 2021, tais sejam: professores, servidores membros da Assistência Social Estudantil, de Comissões responsáveis, o Diretor-Geral, Diretoria e Gestão do Ensino, Coordenadoria de Registros Acadêmicos entre outros, conforme modelo constante no APÊNDICE E e APÊNDICE F.

Para a apresentação dos resultados, as identidades de todos os participantes foram preservadas. Os dados de identificação pessoal foram tratados de maneira confidencial; assim, os conteúdos gravados e transcritos das entrevistas foram substituídos por numerações ou nomes fictícios (codinomes). Por exemplo, os participantes são referenciados por categoria “aluno(a)”, “membro” ou “professor(a)” seguidos de números em sequência definida de forma aleatória. Além disso, os fragmentos de discurso foram analisados de forma a garantir que os participantes não pudessem ser identificados, respeitando integralmente a privacidade e a proteção de dados pessoais obtidos.

4.2 TRATAMENTO DE DADOS

Em se tratando de pesquisa qualitativa deve-se ter o cuidado com os procedimentos de tratamento com as fontes, é preciso dar grande importância ao detalhamento e transparência dada aos dados. Todo este processo desde a codificação e categorização já começam a partir das transcrições das entrevistas coletadas, fazendo necessária a leitura do material textual para identificar aspectos comuns possibilitando o método para posterior análise (Lacruz; Leite, 2021).

Para o processo de tratamento de dados da análise dos documentos levantados para este trabalho, será operacionalizada para representar de forma fidedigna o conteúdo do documento original, representando de forma mais clara as informações contidas e com pertinência ao que se relaciona e com os objetivos desta pesquisa.

Os documentos, entrevistas e questionários utilizados nesta pesquisa foram analisados e interpretados de acordo com as informações coletadas através de métodos para proporcionar uma melhor compreensão dos fenômenos estudados, não se limitando em quantificar e generalizar as observações. Os dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas, nos questionários e documentos foram analisados no

enfoque qualitativo utilizando a técnica de análise de conteúdo, que segundo Bardin (2016), é caracterizada pela inferência, que é o processo pelo qual através de determinados dados pode-se chegar a uma conclusão.

4.3 ANÁLISE DOS DADOS

Quanto à análise dos dados a utilização da análise de conteúdo baseando-se na técnica proposta por Laurence Bardin (2016), pesquisadora francesa, que se dedica ao estudo da análise de conteúdo, método de pesquisa qualitativa que tem como objetivo analisar o conteúdo das comunicações humanas, como textos, imagens, áudio e vídeo. O método foi desenvolvido na década de 1950, e Bardin é uma das principais autoridades na área.

A análise de conteúdo é um método que permite identificar e analisar padrões e temas nos dados coletados, e é amplamente utilizado em diversas áreas, como comunicação, psicologia, sociologia, marketing, entre outras. A técnica envolve a codificação dos dados em categorias temáticas, e a interpretação dos resultados a partir da identificação dos padrões que emergem e segundo Bardin (2016), o termo análise de conteúdo designa:

> Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens (Bardin, 2016, p. 48).

Existem três fases na análise de conteúdo: (1) a pré-análise, (2) a exploração do material e (3) o tratamento dos resultados. Na fase de pré-análise, o pesquisador deve definir o objetivo da pesquisa, selecionar o material a ser analisado e elaborar um sistema de categorias temáticas. Na fase de exploração do material, o pesquisador deve codificar os dados de acordo com as categorias previamente definidas, e realizar uma análise preliminar dos resultados. Na fase de tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação, o pesquisador deve interpretar os dados codificados, identificar os padrões e temas que emergem e elaborar as conclusões da pesquisa, também destaca a importância da objetividade e da validade na análise de conteúdo.

Para garantir a objetividade, é importante que o sistema de categorias seja elaborado de forma clara e precisa, e que a codificação dos dados seja feita de forma consistente. Já para garantir a validade, é importante que o pesquisador esteja aberto a diferentes interpretações dos dados e que utilize múltiplas fontes de evidência (Bardin, 2016).

Em resumo, a análise de conteúdo é um método de pesquisa qualitativa que permite identificar padrões e temas nos dados coletados, e é amplamente utilizado em diversas áreas. A metodologia desenvolvida por Laurence Bardin é uma das mais conhecidas e utilizadas, e destaca a importância da objetividade e da validade na análise dos resultados.

Considerando os objetivos da pesquisa, visando aprofundar a compreensão do contexto, ajudando a conectar os dados obtidos com os objetivos propostos, levantou-se através da teoria e revisão da literatura as seguintes categorias *a priori* relevantes para a pesquisa:

1. Intenção e expectativa da formação durante a realização de APNPs.

Esta categoria se refere às motivações e aspirações dos alunos beneficiários ao participarem das APNPs. Inclui a análise das expectativas em relação ao desenvolvimento acadêmico, habilidades adquiridas e potencial para ascensão social por meio do uso das TICs fornecidas pelo programa de inclusão digital.

2. Percepção sobre os processos de educação, aprendizado, comunicação e interação.

Busca entender a percepção dos alunos e docentes sobre como as APNPs impactaram o processo de ensino-aprendizagem. É explorada a efetividade das estratégias utilizadas e como o uso das TICs facilitou ou dificultou a comunicação e a interação entre professores e alunos. Também aborda as barreiras percebidas e os fatores que influenciaram a adaptação ao novo modelo de ensino.

3. Uso de tecnologias para ascensão social.

Analisa como os alunos e docentes veem o uso das TICs como uma ferramenta de ascensão social, considerando o desenvolvimento de competências digitais e a capacidade de acessar novas oportunidades educacionais e profissionais. Essa

categoria está diretamente relacionada ao impacto das ações do Ifes na promoção de igualdade de acesso e a inclusão sociodigital.

4. Relação da utilização do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e condições de acesso e utilização das TICs.

A categoria investiga a efetividade do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital na melhoria das condições de acesso às TICs. Inclui a avaliação da infraestrutura fornecida, como computadores e acesso à internet, e se esses recursos foram suficientes para a plena participação dos alunos nas APNPs. É feita uma análise das limitações e desafios enfrentados, especialmente por alunos residentes em áreas rurais e com baixa conectividade.

As categorias *a priori*, criadas antes do processo de coleta de dados basearam-se na literatura e serviram para guiar o processo de análise, porém durante o processo de desenvolvimento de categorias para análise de dados surgiram outras categorias, utilizadas *a posteriori,* ou seja, que foram identificadas e emergiram a partir do processo de codificação e categorização dos dados, permitindo que temas e padrões relevantes surjam através e durante a análise. Consideradas uma representação mais autêntica dos dados e úteis para um aprofundamento e compreensão de questões emergentes.

As categorias *a priori* e *a posteriori* não são mutuamente excludentes, o pesquisador pode utilizar ambas no processo de análise de dados, tendo como ponto de partida a primeira categoria, enquanto a segunda permite um melhor refinamento e detalhamento, desde que fundamentadas dentro de uma perspectiva teórica e metodológica adequada.

De modo a resguardar as partes envolvidas, quais sejam pesquisador/entrevistador e entrevistado, com o intuito de preservar a segurança, integridade e dignidade dos respondentes, o estudo foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP) - IFES, órgão este que preza pelo desenvolvimento de pesquisas que atendam os padrões éticos científicos de forma clara e concisa. Dessa forma foi elaborado um Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE) (APÊNDICE A), que contém informações sobre a pesquisa e sobre ações que serão tomadas antes, durante e após a realização das entrevistas.

As entrevistas somente se iniciaram após a devida assinatura do termo, que na entrevista presencial, possuía duas vias uma para o pesquisador e outra para o colaborador, nos questionários e entrevistas realizadas online, o TCLE foi disponibilizado em formato digital, elaborado na plataforma do Google Forms, e sua respectiva assinatura correspondia ao preenchimento do nome e a marcação da opção “Li e concordo em participar da pesquisa”. Os roteiros de entrevistas semiestruturadas direcionadas aos participantes podem ser conferidos nos APÊNDICES D, E e F.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em um primeiro momento o trabalho de pesquisa foi iniciado com um estudo bibliográfico, buscando conhecimento sobre o problema proposto, as conceituações e a fonte referencial para sustentar esta pesquisa, ao elaborar a metodologia, foi definido que uma pesquisa documental seria importante para o levantamento de regulamentações sobre a implementação das APNPs e também das ações desenvolvidas no sentido de promover a inclusão sociodigital durante o contexto imposto pela pandemia de COVID-19, bem como outras informações e registros relevantes que poderiam ser obtidas por meio de site institucional, portarias e documentos internos, também *prints* de redes sociais, no âmbito do Ifes.

Além do levantamento documental, partimos para a produção de dados com os sujeitos da pesquisa, esta etapa foi realizada com entrevistas semiestruturadas com alunos, ex-alunos, servidores membros da comissão de acesso e conectividade, e um questionário foi aplicado juntos aos docentes que atuaram durante a pandemia (APÊNDICES D, E e F), utilizamos o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e Termo de Assentimento Livre e Esclarecido (TALE) (APÊNDICES A, B e C), deixando os entrevistados cientes das informações referentes a sua participação e que os dados obtidos na pesquisa seriam utilizados mediante sua permissão, sem identificá-los. A partir deste capítulo apresentamos uma breve contextualização do momento histórico vivido, e passamos a descrever como foram realizadas as etapas de coleta e apresentação dos dados analisados.

O cotidiano escolar faz parte da memória e da vivência, todos nós passamos boa parte de nossas vidas em instituições de ensino, e os profissionais que atuam na educação passam quase toda a sua vida nestes locais, marcando significativamente suas trajetórias, o Ifes não é diferente de outras escolas ou instituições de ensino neste sentido (Silva, 2023).

Esta pesquisa se situa nos fatos apresentados através de relatos e narrativas de professores e outros profissionais como os técnicos administrativos em educação (do qual também faço parte), e também do ponto de vista dos estudantes que viveram e presenciaram um fato histórico recente do contexto educacional: o ensino remoto

emergencial, que no Ifes aconteceu entre os anos de 2020 e 2021, decorrentes da emergência global da pandemia de COVID-19, a produção de dados ocorreu entre outubro de 2023 e maio de 2024, ou seja, os sujeitos da pesquisa ainda possuíam recordações relativamente recentes, alguns ainda se adaptando com a transição entre ensino presencial e ensino remoto.

O período de isolamento e distanciamento social não resume o que foi a pandemia de COVID-19, um momento muito mais complexo em todas as atividades humanas, muitas vidas foram perdidas, muitos familiares sofreram e ainda sofrem estas perdas, a situação socioeconômica foi bastante prejudicada e os efeitos psicológicos ainda perduram (Cunha *et al.*, 2022).

Em certos momentos não foi fácil relembrar e tocar neste assunto, mas o objetivo de buscar de alguma forma contribuir, reviver, registrar e problematizar um momento único, árduo, porém de muito aprendizado (Silva, 2023).

Antes da pandemia as relações interpessoais, as interações, as atividades práticas e visitas técnicas por exemplo eram viáveis. No ambiente de aprendizagem com as aulas presenciais havia a interação e intervenção direta com os professores, e a utilização de todos os ambientes e estruturas, os recursos físicos da instituição, além dos horários e rotinas dentro do ambiente escolar. Já durante a pandemia o isolamento social dificultou a interação com colegas e com os professores, além do sentimento de solidão e isolamento, a transição para o ensino remoto e o uso de plataformas digitais para as atividades pedagógicas e todos os desafios emocionais e psicológicos advindos dessas mudanças e incertezas.

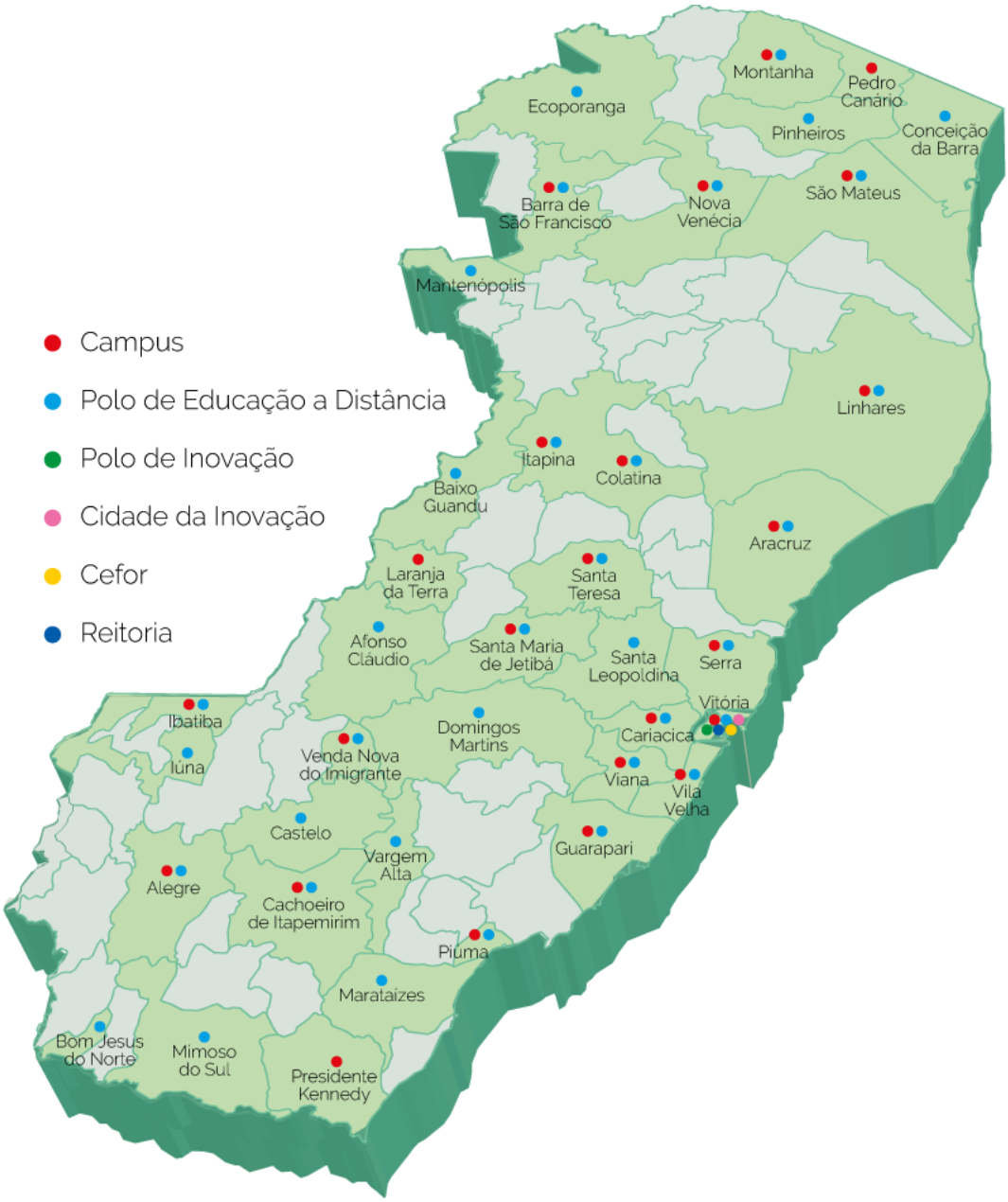
A pandemia trouxe reflexões e aprendizados, trouxe à tona a importância da resiliência e da capacidade de adaptação dos alunos e dos profissionais da educação. Demonstrou a necessidade de uma infraestrutura tecnológica adequada e todo um suporte para enfrentar a situação de crise. A experiência com o ensino remoto gerou perspectivas para o uso das tecnologias no ensino, e podem e devem continuar a influenciar as práticas educativas mesmo após o retorno presencial, todas estas memórias e vivências são cruciais para entender o impacto da pandemia na educação para planejar futuras estratégias para integrar as lições aprendidas.

5.1 CONTEXTO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS APNPS NO IFES – CAMPUS IBATIBA

O Instituto Federal do Espírito Santo – IFES, que oferece cursos de nível técnico, cursos de graduação, pós-graduação em nível de especialização e aperfeiçoamento, mestrado e doutorado, possui atualmente 25 *campi*, 22 em funcionamento, e 3 *campi* em fase de implantação, distribuídos em todas as microrregiões capixabas, o instituto possui ainda 49 polos de Educação à Distância (EaD) no Espírito Santo (Figura 1). Como forma de lidar com a situação de excepcionalidade causada pela pandemia de Covid-19, o Conselho Superior do Ifes através de suas resoluções autoriza a suspensão das atividades letivas presenciais e posteriormente autoriza a realização de Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs), (Resolução 25/2020, Resolução 47/2020, CS nº 1/2021 e CS nº 2/2021).

As APNPs, como as colocadas em prática pelo Ifes durante a pandemia de COVID-19, têm gerado discussões sobre os limites e possibilidades das tecnologias e mediação de seu uso como forma de educação, a partir do uso de plataformas digitais (ex. Moodle) em que são trabalhados conteúdos e tarefas, síncronas (que ocorrem de forma simultânea, em tempo real) e assíncronas (aulas ou explicação gravada para ser assistida posteriormente), no qual predomina uma adaptação temporária de metodologias utilizadas no regime presencial, porém são notadas as desigualdades sociais, territoriais, de gênero e de raça, que historicamente já fazem parte da realidade da sociedade brasileira. Ainda se tratando de desigualdades, as populações residentes em áreas rurais, de acordo com Andrade *et al.* (2022), são as que possuem maiores limitações de acesso à internet, e esta é uma realidade característica de grande parte dos alunos que estudam no Ifes - Campus Ibatiba que é o *lócus* deste estudo.

Figura 1 - Mapa de unidades do Ifes



Fonte: IFES (2023)

As atividades presenciais de ensino foram suspensas em fevereiro de 2020 com o ápice da pandemia de Covid-19, o que levou a planejar e organizar a utilização urgente das APNPs, que de fato foram iniciadas apenas em maio de 2020, o que resultou em alterações e aprovações de novos calendários acadêmicos em toda instituição (Ifes, 2021).

Algumas ações desenvolvidas pelo Ifes – Campus Ibatiba para enfrentamento da pandemia de COVID-19 merecem ser destacadas como o desenvolvimento da política de assistência estudantil com o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, custeado com recursos da própria instituição, com a possibilidade de apoio do MEC, que permitiu a concessão de auxílio financeiro aos estudantes para a contratação de prestação de serviço de acesso à internet, onde todos os campi do Ifes realizaram um levantamento prévio dos alunos que se enquadram nesta situação, para serem contemplados com o referido auxílio. Outras ações foram desenvolvidas como distribuição de *chips* e planos de dados móveis para acesso via telefone celular e *smartphones* sem custo, foi disponibilizado o empréstimo de equipamentos da instituição e de parcerias externas para doação de equipamentos de TICs aos estudantes sem condições de adquiri-los, além disso os docentes também disponibilizaram os materiais e demais conteúdos em formato impresso a serem retirados e/ou entregues aos estudantes que não dispunham de outra forma de realizá-las bem como as atividades avaliativas respeitando as medidas de segurança e distanciamento social, determinadas pelos órgãos de saúde (Ifes – Campus Ibatiba, 2020).

5.2 PESQUISA DOCUMENTAL, NORMATIVOS INSTITUCIONAIS E DOCUMENTOS SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DAS APNPS

Com a finalidade de levantar e obter informações importantes e relevantes para contextualizar os processos de ensino-aprendizagem e o próprio funcionamento da instituição, foi realizada uma pesquisa documental e exploratória, sobre a implementação das APNPs e outros trabalhos realizados no Ifes – Campus Ibatiba. Esta etapa resultou na produção de dados após um levantamento minucioso da regulamentação e implementação das APNPs no Ifes, desde a suspensão das aulas presenciais em 17 de março 2020 até o retorno flexível em 2021 e do retorno presencial em 2022 (Silva, 2023).

Durante o período especificado, houve a publicação de vários normativos como resoluções, portarias e instruções normativas, para regulamentar o ensino remoto emergencial. Além disso foram analisados 52 (cinquenta e dois) processos administrativos eletrônicos (de acesso público) onde constam os procedimentos de

concessão, pagamento, triagem, e prestação de contas do auxílio emergencial de inclusão digital, que teve duração de 18 (dezoito) meses entre maio de 2020, até dezembro de 2021. O Quadro 1 abaixo lista os processos (documentos) revisados:

Quadro 1 - Processos analisados de Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e Prestação de Contas

Número do Processo	Descrição / Assunto	Parcela	Observação
23184.000656/2020-41	Concessão do Auxílio	1ª Parcela	1ª Triagem
23184.000772/2020-13	Prestação de Contas	-	Arquivado
23184.000825/2020-37	Auxílio Emergencial	2ª Parcela	2ª Triagem
23184.000919/2020-21	Auxílio Emergencial	3ª Parcela	-
23184.001003/2020-81	Auxílio Emergencial	4ª Parcela	3ª Triagem
23184.001008/2020-43	Prestação de Contas	-	Arquivado
23184.001088/2020-17	Prestação de Contas	-	Arquivado
23184.001402/2020-75	Auxílio Emergencial	5ª Parcela	4ª Triagem
23184.001404/2020-21	Auxílio Emergencial	6ª Parcela	5ª Triagem
23184.000024/2021-30	Auxílio Emergencial	7ª Parcela	-
23184.000470/2021-16	Auxílio Emergencial	8ª Parcela	-
23184.000471/2021-86	Auxílio Emergencial	9ª Parcela	-
23184.000610/2021-19	Prestação de Contas	-	-
23184.000611/2021-89	Prestação de Contas	-	-
23184.000635/2021-23	Prestação de Contas	-	-
23184.000637/2021-66	Prestação de Contas	-	-
23184.000638/2021-39	Prestação de Contas	-	-
23184.001079/2021-63	Auxílio Emergencial	10ª Parcela	-
23184.001080/2021-36	Auxílio Emergencial	11ª Parcela	6ª Triagem
23184.001081/2021-09	Auxílio Emergencial	12ª Parcela	-
23184.001082/2021-99	Auxílio Emergencial	13ª Parcela	-
23184.001362/2021-85	Prestação de Contas	-	-
23184.001363/2021-58	Auxílio Emergencial	14ª Parcela	7ª Triagem
23184.001364/2021-31	Auxílio Emergencial	15ª Parcela	-
23184.001576/2021-30	Auxílio Emergencial	16ª Parcela	-
23184.002095/2021-82	Auxílio Emergencial	17ª Parcela	-

Número do Processo	Descrição / Assunto	Parcela	Observação
23184.002096/2021-55	Auxílio Emergencial	-	Aberto sem documentos
23184.002097/2021-28	Auxílio Emergencial	18ª Parcela	-
23184.000918/2022-67	Prestação de Contas	-	-
23184.000919/2022-10	Prestação de Contas	-	-
23184.000920/2022-36	Prestação de Contas	-	-
23184.000921/2022-81	Prestação de Contas	-	-
23184.000922/2022-25	Prestação de Contas	-	-
23184.000923/2022-70	Prestação de Contas	-	-
23184.000924/2022-14	Prestação de Contas	-	-
23184.000925/2022-69	Prestação de Contas	-	-
23184.000926/2022-11	Prestação de Contas	-	-
23184.000927/2022-58	Prestação de Contas	-	-
23184.000928/2022-01	Prestação de Contas	-	-
23184.000929/2022-47	Prestação de Contas	-	-
23184.000930/2022-71	Prestação de Contas	-	-
23184.000931/2022-16	Prestação de Contas	-	-
23184.000932/2022-61	Prestação de Contas	-	-
23184.000933/2022-13	Prestação de Contas	-	-
23184.000934/2022-50	Prestação de Contas	-	-
23184.000935/2022-02	Prestação de Contas	-	-
23184.000936/2022-49	Prestação de Contas	-	-
23184.000937/2022-93	Prestação de Contas	-	-
23184.000938/2022-38	Prestação de Contas	-	-
23184.000939/2022-82	Prestação de Contas	-	-
23184.000940/2022-15	Prestação de Contas	-	-
23184.000941/2022-51	Prestação de Contas	-	-

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Dentro do contexto do início da disseminação do novo Coronavírus, noticiadas desde o final de 2019, o que era uma epidemia na China, rapidamente se tornou uma pandemia, com a doença se espalhando rapidamente ao redor do mundo, com isso a preocupação e a incerteza só foi aumentando, destaca-se então a primeira notícia

divulgada no Ifes sobre o anúncio da OMS do estado de pandemia seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e da Educação.

Figura 2 - Notícia divulgada pelo Ifes sobre o novo Coronavírus

Conif divulga nota sobre medidas em relação ao novo Coronavírus

Imprimir

Publicado: Quinta, 12 de Março de 2020, 16h36 | Última atualização em Quinta, 12 de Março de 2020, 16h36

Postar Curtir 2,8 mil

No âmbito do Ifes, o comitê de crise está convocado e se reunirá na segunda-feira (16).

O Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) divulgou, nesta quinta-feira (12), nota referente à declaração da Organização Mundial de Saúde (OMS) acerca do estado de pandemia causado pelo COVID-19 (novo Coronavírus) e às recomendações determinadas pelos ministérios da Saúde e da Educação. De acordo com a nota, ficam suspensas as reuniões convocadas pelo Conif.

Fonte: Página do Ifes (2020).

A partir da Portaria MEC nº 343, de 17 de março de 2020, e da Portaria MEC nº 345, de 17 de março de 2020 (que altera a anterior), determinaram “a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus – COVID-19.” No dia seguinte a Pró-Reitoria de Ensino do Ifes (PROEN) divulgou a Nota Informativa nº 01/2020, decidindo pela suspensão das atividades letivas a partir de 18 de março de 2020, portanto o Ifes – Campus Ibatiba e os demais *campi* do Ifes, paralisaram imediatamente suas atividades escolares presenciais até surgirem novas orientações.

Como não se tinha uma definição ou expectativa de quanto tempo a situação iria perdurar, havia a esperança ou expectativa que talvez algumas semanas, ou no máximo um mês a situação já estaria se normalizando, mas pelo contrário, houve um agravamento com o avanço do número de casos e mortes no Brasil, e não dava para prever como ia se desenrolar e quando a pandemia poderia chegar ao fim, então medidas emergenciais tiveram de ser avaliadas pela instituição para poder dar

prosseguimento ao ano letivo, afim de reduzir os danos causados pelo isolamento social.

No âmbito do Ifes o Comitê de Gestão de Crise, responsável por analisar a situação e definir as estratégias e ações a serem adotadas para a manutenção das operações, formado pelo reitor, pró-reitores, diretores-gerais, gestores e demais integrantes, avaliavam as medidas e posturas a serem tomadas para lidar com a situação, com o agravamento da pandemia o comitê se reunia e definia as orientações e os procedimentos a serem adotados nos *campi*, já que as previsões de retorno inicialmente definidas precisaram ser revistas constantemente, permanecendo a situação de suspensão das atividades presenciais, e portanto era necessário regulamentar e orientar como seria o ensino remoto, daí veio a Resolução CS nº 01/2020 do Conselho Superior do Ifes, com o objetivo de regulamentar e normatizar a implementação das Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) em cursos técnicos e de graduação presenciais, conforme observado em notícia divulgada na página do Ifes (Figura 3).

Figura 3 - Notícia divulgada pelo Ifes sobre APNPs

Ifes regulamenta atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia do novo coronavírus

Imprimir

Publicado: Quinta, 07 de Maio de 2020, 15h44 | Última atualização em Quinta, 07 de Maio de 2020, 15h48

Postar Curtir 2,8 mil

As atividades devem ser iniciadas em até 20 dias corridos, a partir desta quinta-feira (7).

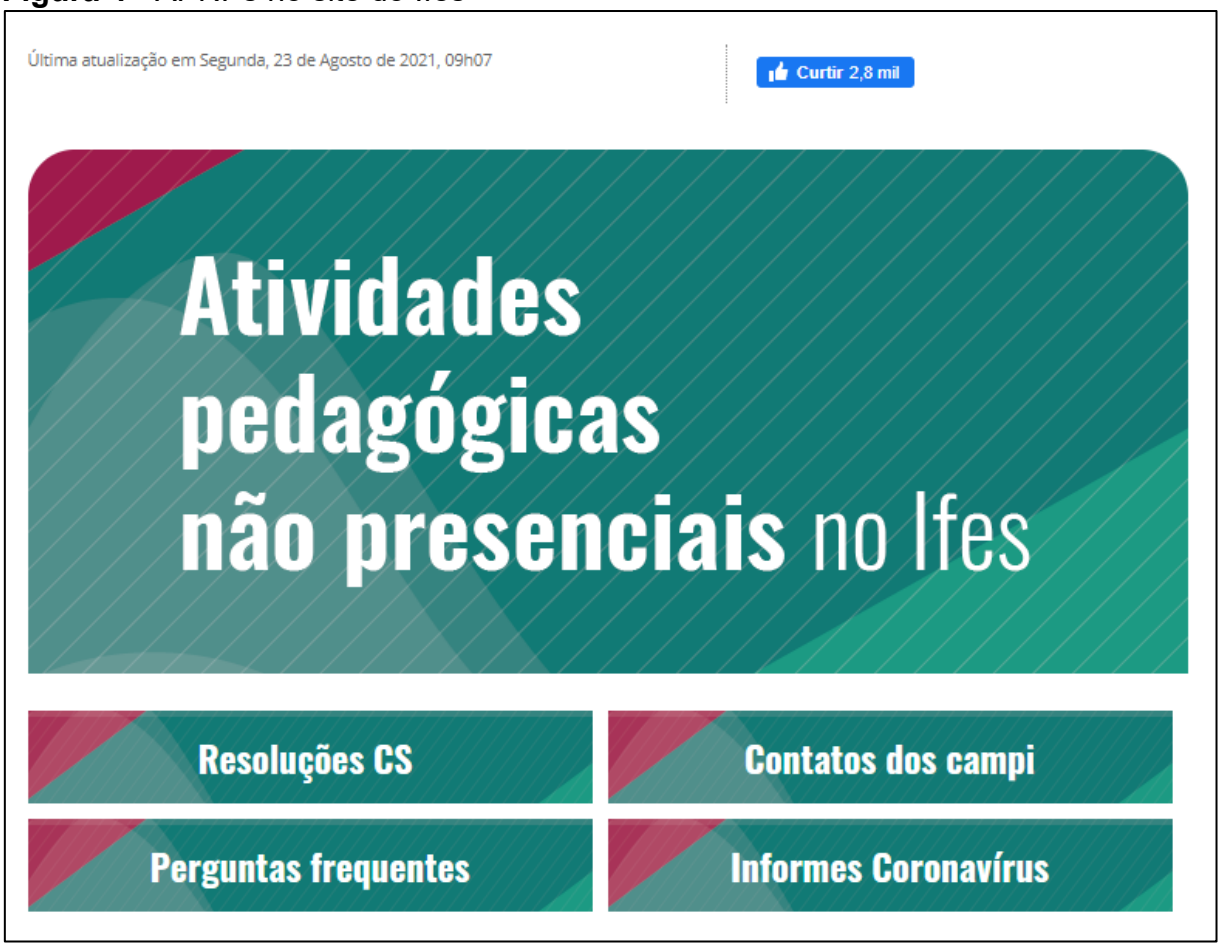
O Conselho Superior do Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) publicou nesta quinta-feira (7) a Resolução nº1/2020, que regulamenta e normatiza a implementação das atividades pedagógicas não presenciais em cursos técnicos e de graduação presenciais, em função da situação de excepcionalidade da pandemia do novo coronavírus (Covid-19). As atividades devem ser iniciadas em até 20 dias corridos, a partir da data da publicação do documento.

A pró-reitora de Ensino do Ifes, Adriana Piontkovsky Barcellos, explicou que após as discussões e a análise de cenários realizadas pelos campi, chegou-se ao entendimento que o Ifes deveria organizar o retorno do calendário escolar com atividades pedagógicas não presenciais. Dentro das possibilidades de excepcionalidade, várias reuniões culminaram com o texto da resolução. A partir de agora, os campi trabalharão na organização para implantação e implementação dessa oferta.

Fonte: Página do Ifes (2020).

Cabe destacar que a Resolução CS nº 01/2020 passou por várias alterações no decorrer da implantação das APNPs e com o avanço da pandemia, medidas pontuais eram tomadas conforme as situações e o contexto demandavam, as informações, as atividades, as resoluções, os informes e os meios de contato e atendimento foram disponibilizados no site oficial do Ifes em uma página específica criada para as APNPs (Figura 4).

Figura 4 - APNPs no site do Ifes



Fonte: Página do Ifes (2021).

A Resolução CS nº 01/2020, publicada em 07 de maio de 2020, em sua primeira versão estabelecia que as atividades poderiam ocorrer ou não por meio das tecnologias digitais, conforme descrito no seu Art. 1º:

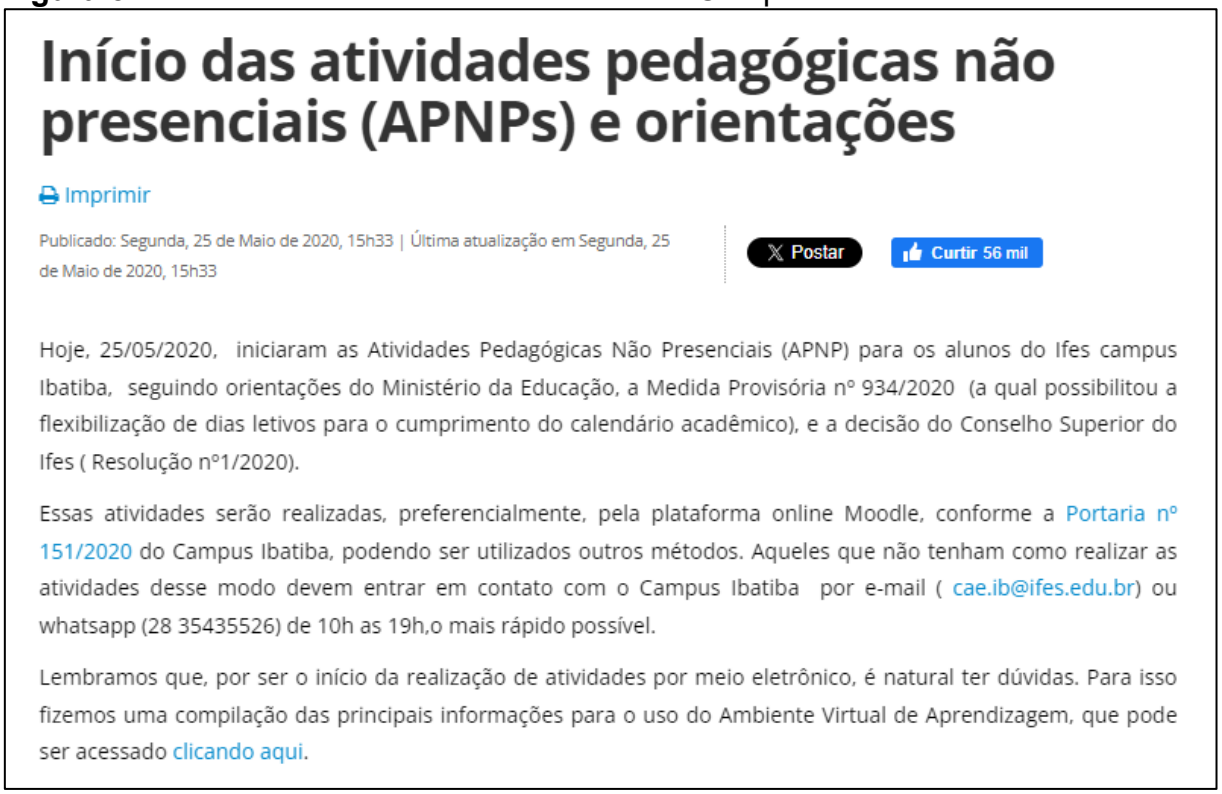
> Art.1º. Regulamenta-se a substituição das aulas presenciais por atividades pedagógicas não presenciais mediadas ou não por meios de recursos e tecnologias digitais de informação e comunicação que possibilitem aos discentes o acesso, em seu domicílio, aos materiais de apoio e de orientação que permitam a continuidade dos estudos em função da situação de

> pandemia do novo Coronavírus (Covid19) para os cursos técnicos de nível médio e os de graduação do Ifes (Ifes, 2020).

Portanto os campi do Ifes adotaram medidas distintas neste sentido, alguns viabilizaram a entrega de material impresso aos estudantes, outros passaram a disponibilizar o conteúdo por meio do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) ou por meio do WhatsApp (Silva, 2023).

A PROEN orientava os campi do Ifes por meio de Notas Informativas, Resoluções, Portarias, Instruções Normativas (INs), Orientações Gerais, Relatórios e Ofícios, sobre as questões diretamente ligadas ao ensino, a IN nº 01/2020, de 25 de maio de 2020, estabelecia, por exemplo, sobre os procedimentos operacionais de acessibilidade na elaboração de materiais e tarefas didático-pedagógicas na Educação à Distância (EaD), nas APNPs e no ensino híbrido para os discentes com Necessidades Educacionais Específicas no Ifes. A data também marca o início das APNPs no Ifes – Campus Ibatiba, conforme é demonstrado na Figura 5 abaixo:

Figura 5 - Notícia do início das APNPs no Ifes – Campus Ibatiba



Início das atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) e orientações

Imprimir

Publicado: Segunda, 25 de Maio de 2020, 15h33 | Última atualização em Segunda, 25 de Maio de 2020, 15h33

Postar | Curtir 56 mil

Hoje, 25/05/2020, iniciaram as Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNP) para os alunos do Ifes campus Ibatiba, seguindo orientações do Ministério da Educação, a Medida Provisória nº 934/2020 (a qual possibilitou a flexibilização de dias letivos para o cumprimento do calendário acadêmico), e a decisão do Conselho Superior do Ifes (Resolução nº1/2020).

Essas atividades serão realizadas, preferencialmente, pela plataforma online Moodle, conforme a Portaria nº 151/2020 do Campus Ibatiba, podendo ser utilizados outros métodos. Aqueles que não tenham como realizar as atividades desse modo devem entrar em contato com o Campus Ibatiba por e-mail (cae.ib@ifes.edu.br) ou whatsapp (28 35435526) de 10h as 19h,o mais rápido possível.

Lembramos que, por ser o início da realização de atividades por meio eletrônico, é natural ter dúvidas. Para isso fizemos uma compilação das principais informações para o uso do Ambiente Virtual de Aprendizagem, que pode ser acessado clicando aqui.

Fonte: Página do Ifes – Campus Ibatiba (2020).

Já em 14 de julho de 2020, a Resolução CS nº 01/2020, sofreu sua primeira alteração através da Resolução CS nº 25/2020, com relação ao registro de frequência dos alunos, que não seria considerada para verificação de rendimento ou promoção, não sendo efetuado o seu registro no sistema acadêmico, houve alterações em relação ao processo avaliativo (Art. 12) e também acerca da realização das APNPs organizadas junto a Coordenadoria de Curso e da Gestão Pedagógica.

Abaixo seguem listados outros normativos analisados no período:

- IN nº 02/2020, de 31 de julho de 2020 - Substituição de atividades presenciais relacionadas às práticas que exijam laboratórios especializados por atividades pedagógicas não presenciais;
- Resolução CS nº 47/2020, de 25 de setembro de 2020 – Altera as Resoluções CS nº 01/2020 e CS nº 25/2020, quanto ao prazo de entrega das atividades avaliativas;
- IN nº 03/2020, de 24 de setembro de 2020 – Orienta quanto aos processos de avaliação institucional das APNPs, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento destas atividades pela comunidade acadêmica;
- IN nº 04/2020, de 16 de outubro de 2020 – Orientações e procedimentos para o encerramento do semestre letivo 2020.1 e início do semestre 2020.2;
- Resolução CS nº 63/2020, de 20 de novembro de 2020 – Altera a Resolução CS nº 01/2020, determina que o discente que não apresente condições de saúde, econômicas ou de acesso às APNPs, poderá solicitar o trancamento ou cancelamento da matrícula;
- Resolução CS nº 73/2020, de 11 de dezembro de 2020 – Autoriza o uso da estratégia de ensino flexível híbrido, vislumbrando a possibilidade de um retorno presencial com relação ao cenário da pandemia;
- Resolução CS nº 01/2021, de 26 de fevereiro de 2021 – Determina a suspensão das atividades presenciais até 28 de fevereiro de 2021;
- Resolução CS nº 02/2021, de 26 de fevereiro de 2021 – Autoriza a manutenção da suspensão das atividades letivas presenciais até 30 de junho de 2021, e homologa as diretrizes para o período de transição das APNPs para a estratégia de ensino flexível híbrido;

- Resolução CS nº 19/2021, de 21 de maio de 2021 – Altera a Resolução CS nº 01/2020, implantação de “aulas síncronas” e orientação para os professores utilizarem o “Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) institucional Moodle” administrado pelo Centro de Referência em Formação e em Educação a Distância do Ifes (CEFOR), além de direcionar que outras tecnologias educacionais poderiam ser utilizadas de forma complementar.
- IN nº 01/2021, de 03 de março de 2021 – Orientações e procedimentos para o encerramento do período letivo 2020.2;
- IN nº 03/2021, de 11 de junho de 2021 - Orienta a avaliação institucional das APNPs, com o intuito de acompanhar o desenvolvimento destas atividades pela comunidade acadêmica;
- Resolução CS nº 36/2021, de 23 de julho de 2021 – Estabelece período de transição das APNPs para retorno presencial gradual e determina o início do ensino flexível;
- Resolução CS nº 81/2022, de 18 de março de 2022 – Estabelece a retomada total de ensino e aprendizagem na forma presencial a partir do ano letivo de 2022 no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo.[3]

Importante destacar que a partir do momento em que as alterações nas resoluções (Resolução CS nº 19/2021) indicaram e institucionalizaram a utilização do AVA como a principal ferramenta de trabalho para a realização das APNPs, e também com a previsão da obrigatoriedade dos momentos síncronos, antes as práticas de ensino ficavam a cargo dos próprios professores de acordo com suas possibilidades e preferências, utilizando outros recursos para interação com os estudantes (Silva, 2023).

A partir da Resolução CS nº 36/2021, o retorno ao ensino de forma presencial, começou a acontecer nos *campi* do Ifes, de forma escalonada, respeitando o distanciamento e todos os protocolos de segurança, além de observar e respeitar o mapa de risco do Governo do Estado do Espírito Santo, que em cidades com risco alto de contaminação não deveriam haver as aulas presenciais. Na prática o retorno

[3] Todos os normativos e documentos citados podem ser localizados e consultados na íntegra e também estão disponíveis no site do Ifes (ifes.edu.br) e PROEN (proen.ifes.edu.br), ou a partir de pesquisa simples em buscadores na web.

gradual e o ensino flexível oscilaram bastante no Ifes – Campus Ibatiba, até os meados de março de 2022, mesmo com a vacinação contra a COVID-19 já avançada.

Até que com a Resolução CS nº 81/2022, o retorno às atividades presencias se efetivaram, também seguindo a Portaria emitida pelo Ministério da Saúde em 22 de abril de 2022, que declara o fim da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) pela COVID-19, é válido salientar que a utilização das APNPs mesmo assim não foram dispensadas, já que para o cumprimento da carga horária necessária e dos dias letivos a serem cumpridos até o término do ano letivo de 2022, eram utilizadas, por exemplo, como atividades em sábados letivos.

Com o início das APNPs, em maio de 2020, a equipe pedagógica sinalizou para a gestão da instituição a situação de alunos sem acesso à internet, pois foi detectado que não estavam realizando as atividades propostas, diante desta situação a Diretoria Geral do Ifes – Campus Ibatiba designou, através da Portaria GDG nº 173, de 09 de junho de 2020, servidores para compor a intitulada “Comissão de apoio ao acesso e conectividade dos alunos para as APNPs”, composta por 18 (dezoito) membros, incluindo professores, diretores, coordenadores, servidores técnicos administrativos e estagiários que atuavam no ensino, na parte pedagógica, na assistência ao aluno, servidores administrativos, da TI, da assistência estudantil e do registro acadêmico, enfim, abrangeu representação de vários segmentos quanto possíveis, com o objetivo de inicialmente identificar os discentes que não dispunham de conexão à internet e não estavam acessando o AVA, portanto, impossibilitados de realizar as atividades pedagógicas não presenciais. Após a identificação era feito o contato para saber os motivos da ausência deles no acesso e realização das atividades, questões referentes a localidade da residência e a possibilidade de atendimento por parte de provedores de internet, se possuíam os equipamentos de TICs necessários, e também sobre suas condições financeiras como renda familiar e questões sociais, para atendimento junto a assistência estudantil, vide Figura 6 (Silva, 2023).

Concomitantemente no âmbito da Reitoria do Instituto, considerando as situações de atendimento a estes alunos, foi publicada uma Portaria pela Reitoria do Ifes regulamentando a concessão do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital em função da excepcionalidade ocasionada pela pandemia coronavírus (COVID-19), que será detalhada a seguir.

Figura 6 - Planilha de controle de acesso Campus Ibatiba

	T	U	V	W	X
1	Possui Smartphone?	Possui Wi Fi?	Possui internet da operadora (3G)?	Onde você está ficando tem sinal de celular?	Onde você está é atendido por internet Wi Fi (micron por exemplo)?
51	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
52	Não	Sim	Não	Sim	Sim
53	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
54	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
55	Sim	Não	Não	Sim	Sim
56	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
57	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
58	Não	Não	Não	Sim	Não
59	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
60	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
61	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
62	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
63	Sim	Não	Sim	Instável	Não
64	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
65	Sim	Não	Sim	Sim	Sim
66	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
67	Sim	Sim	Não	Sim	Sim
68	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
69	Sim	Sim	Não	Sim	Sim

Fonte: Arquivo do Ifes - Campus Ibatiba (2021).

5.2.1 Auxílio emergencial de inclusão digital

Durante o ano de 2020, diante da situação de emergência ocasionada pela pandemia de COVID-19, as APNPs colocadas em prática pelo Ifes, exigiram que os estudantes acessassem e realizassem suas atividades através de dispositivo ou equipamento conectado à internet, diante disto o Ifes regulamentou através da Portaria nº 1182, de 1 de junho de 2020, alterada pela Portaria nº 1544, de 18 de agosto de 2020, o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, política pública voltada aos discentes matriculados nos cursos presenciais do Ifes que não dispõem de acesso à conexão digital ou pacote de dados, sendo portanto destinado à aquisição de meios para permitir o acesso e a realização das atividades pedagógicas.

Os critérios de exigência para fazer jus ao Auxílio Emergencial de Inclusão Digital era o discente estar matriculado e assíduo no ano letivo de 2020, em um curso presencial ou à distância. Para concessão foi realizado levantamento pelas equipes dos campi e sistematizados em uma lista constando todos os dados necessários. Uma declaração conforme modelo constante no ANEXO A, assinada pelo estudante e seu responsável

legal, informava de que não possuía o acesso à internet para dar continuidade as atividades de forma remota, e que se encontrava nesta situação desde o início da pandemia no endereço de residência declarado. Devendo ainda especificar o valor para instalação da rede, com a infraestrutura necessária e o valor da mensalidade ou plano de acesso. A partir disso o Ifes custeava os valores conforme critérios estabelecidos pelas Portarias que regulamentam o referido auxílio, dando ciência de que a prestação de contas deveria ser apresentada periodicamente.

À nível do campus Ibatiba, foi designada uma comissão de apoio ao acesso e conectividade dos alunos para a realização das APNPs, composta por 18 (dezoito) servidores docentes e técnicos administrativos, os quais levantaram as necessidades de demandas dos alunos que não dispunham de acesso à internet, incialmente identificando 29 (vinte e nove) alunos nesta condição, destes, 23 (vinte e três) pediram o auxílio emergencial de inclusão digital através do formulário de solicitação já no primeiro mês da implantação do auxílio.

Inicialmente com o cenário de incertezas sobre a situação imposta pela pandemia, estava previsto o pagamento do auxílio por 12 (doze) meses, porém perdurou até o fim do ano de 2021, completando 18 (dezoito) meses o efetivo pagamento do auxílio, durante esse período foram realizadas 7 (sete) triagens para inclusão ou exclusão de beneficiários, contemplando também os alunos ingressantes na instituição no ano letivo de 2021. Durante este período, em levantamento preliminar 35 (trinta e cinco) alunos foram listados como possíveis beneficiários, e destes, 30 (trinta) chegaram a receber o auxílio em determinado momento, o valor dispendido pelo campus Ibatiba para custear o auxílio foi de aproximadamente R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) entre o pagamento referente a instalação e das mensalidades da prestação de serviço de internet.

Figura 7 - Notícia sobre o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital

Ifes lança regulamento do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital

Imprimir

Publicado: Quarta, 10 de Junho de 2020, 14h31 | Última atualização em Quarta, 10 de Junho de 2020, 14h31

Postar Curtir 56 mil

Esta é a primeira de uma série de ações do Instituto para melhorar o acesso às atividades não presenciais, iniciadas em maio.

O Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes) lançou um regulamento para a concessão de auxílio aos estudantes para a contratação de serviços de internet. O Auxílio Emergencial de Inclusão Digital poderá ser pago a alunos dos cursos presenciais do Ifes e do curso técnico na modalidade a distância que não tenham acesso à conexão digital ou a pacote de dados.

Os campi do Ifes já realizaram um levantamento prévio de alunos que se enquadram nesta situação, porém, os estudantes deverão buscar a equipe do campus por meio dos contatos listados no anexo II do regulamento para fornecer os dados necessários ao pagamento do auxílio.

A partir da lista dos alunos a serem contemplados, os recursos serão enviados para os campi para que sejam distribuídos. A vigência do auxílio será de 12 meses, e o valor mensal pago poderá ser de até R$ 100. A expectativa é de contemplar cerca de 1.000 alunos. Os recursos empregados serão do próprio Ifes, com a possibilidade de apoio do Ministério da Educação (MEC).

Fonte: Página do Ifes – Campus Ibatiba (2020).

Figura 8 - Divulgação no Instagram do Ifes

Fonte: Instagram Ifes Oficial (2020).

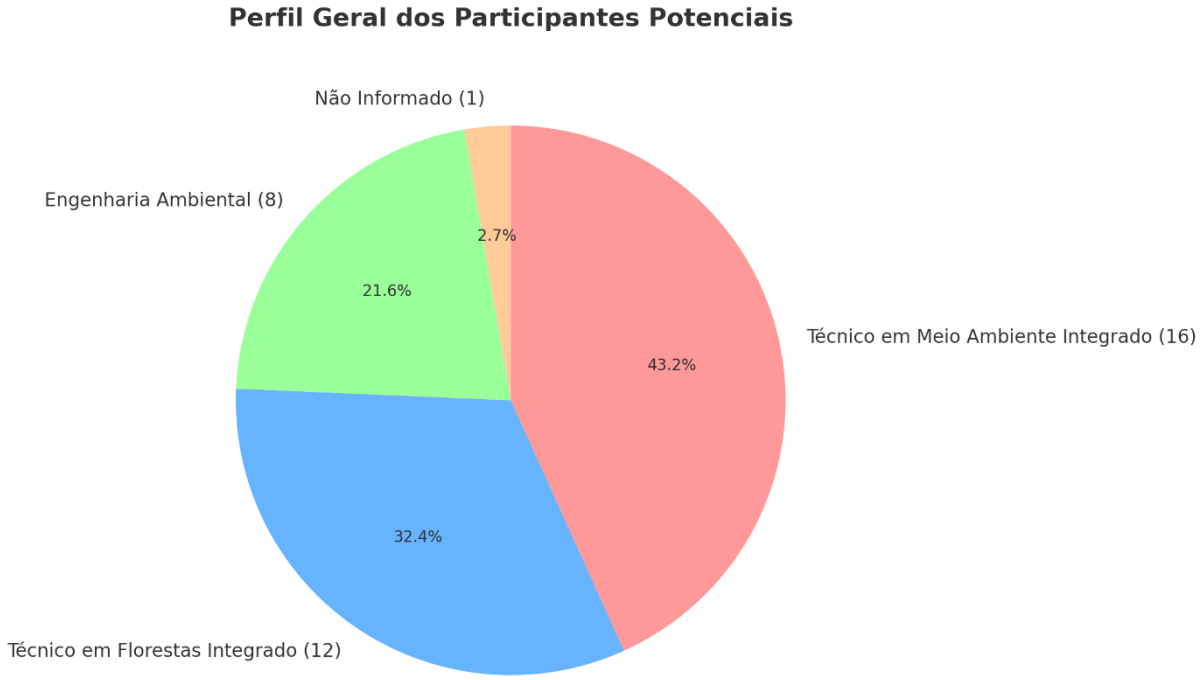
5.3 ENTREVISTAS E DADOS LEVANTADOS COM OS SUJEITOS DA PESQUISA

Antes de iniciar as entrevistas o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos do Instituto Federal do Espírito Santo (CEP/Ifes), os dados foram coletados a partir da aprovação na CEP/Ifes que se deu em 26/02/2024 (parecer constante no APÊNDICE G) e foram realizadas até a data de 02/05/2024, onde um grupo de 12 (doze) alunos e ex-alunos aceitaram participar das entrevistas semiestruturadas, de um total de 37 (trinta e sete) participantes potenciais selecionados a partir dos documentos levantados que são os que possuíam maiores dificuldades de acesso à internet e a equipamentos digitais para utilização durante as aulas não presenciais.

Chegou-se a estes alunos a partir de dados de livre acesso como em processos administrativos eletrônicos disponíveis, planilhas, documentos e por meio de solicitação formalizada de informações complementares obtidas através da Coordenadoria de Registro Acadêmico do Ifes – Campus Ibatiba. Foi realizada tentativas de contato com todos os potenciais participantes, primeiramente enviando e-mail apresentando a pesquisa e convidando os interessados para participação, não obtendo nenhuma resposta ou retorno neste primeiro contato, depois a forma utilizada para o convite à participação foi a realização de chamada via telefone celular, e depois, caso fosse necessário, o envio de mensagens através do WhatsApp e, em último caso, até por meio de outras redes sociais como o Instagram e Facebook, destes 5 (cinco) se recusaram a participar, enquanto outros 20 (vinte) não houve sucesso nas várias tentativas de contato, cabe destacar situações de número bloqueado ou incorreto, outros que não atendiam e que iam direto para caixa de mensagens.

No perfil geral dos participantes potenciais (37), temos: 16 (dezesseis) matriculados no curso técnico de meio ambiente integrado, 12 (doze) no curso técnico de florestas integrado, 8 (oito) da graduação em engenharia ambiental e 1 (um) não informado, conforme pode ser visualizado no gráfico da Figura 9.

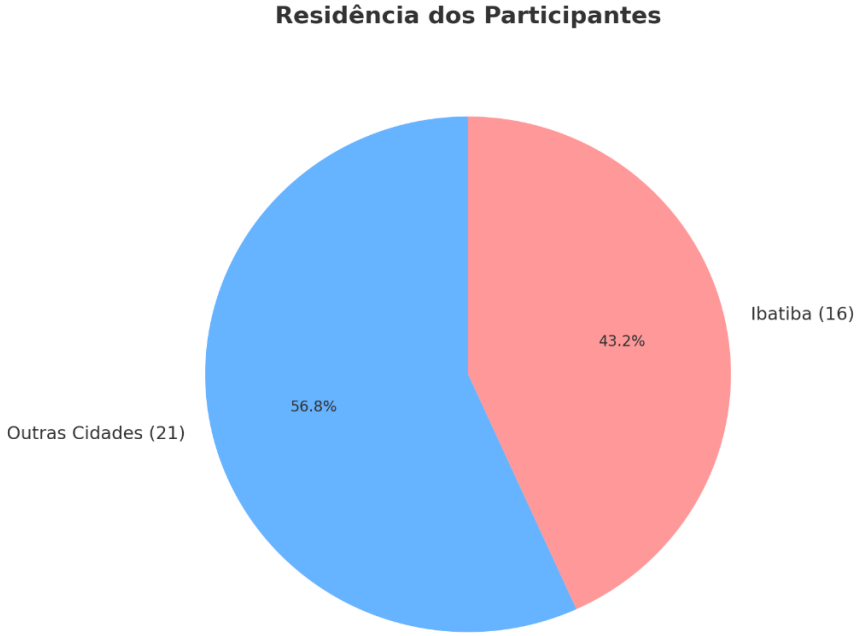
Figura 9 - Opção de curso dos participantes potenciais



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Deste total, 16 (dezesseis) informaram que residem no município de Ibatiba e outros 21 (vinte e um) residem em outras cidades (Figura 10).

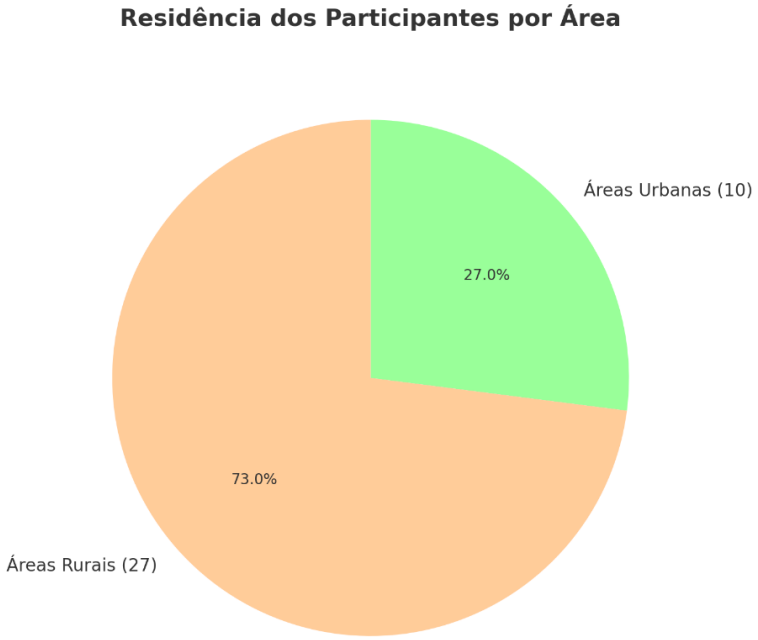
Figura 10 - Município de residência dos participantes potenciais



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Segundo levantamento, 10 (dez) informaram que possuíam residência em áreas urbanas e 27 (vinte e sete) na área rural (Figura 11), revelando o perfil que a maioria dos alunos e beneficiários do auxílio que não possuem acesso, residem fora dos centros urbanos.

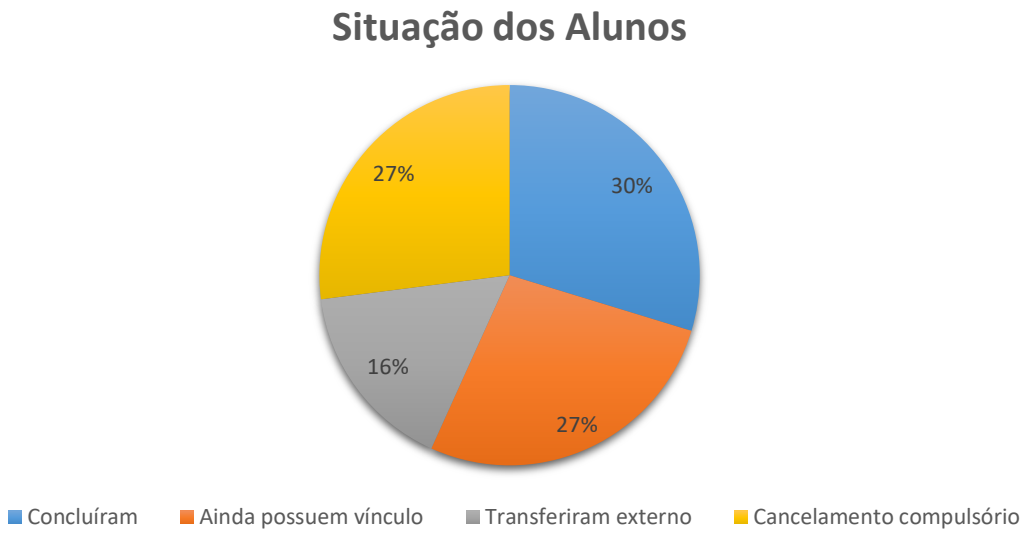
Figura 11 - Local de residência dos participantes por área



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Do apanhado geral (dos 37), 11 (onze) concluíram e 10 (dez) ainda possuem vínculo com a instituição, estão matriculados e são alunos que continuaram após o ensino médio/técnico no curso de graduação em engenharia ambiental ou na licenciatura em pedagogia, outros 6 (seis) transferiram externo – foram para outras escolas e 10 (dez) tiveram cancelamento compulsório da matrícula, que de acordo com a Portaria da Reitoria do Ifes nº 1.316, de 28 de novembro de 2011, é quando o aluno perde o vínculo com a instituição, seja por transferência para outra instituição de ensino, por vontade expressa (requerimento), ou quando o aluno não cumpre alguma disciplina ou não tem frequência mínima, porém apenas com esta informação não pode-se afirmar tratar de evasão ou abandono.

Figura 12 - Situação de matrícula dos alunos



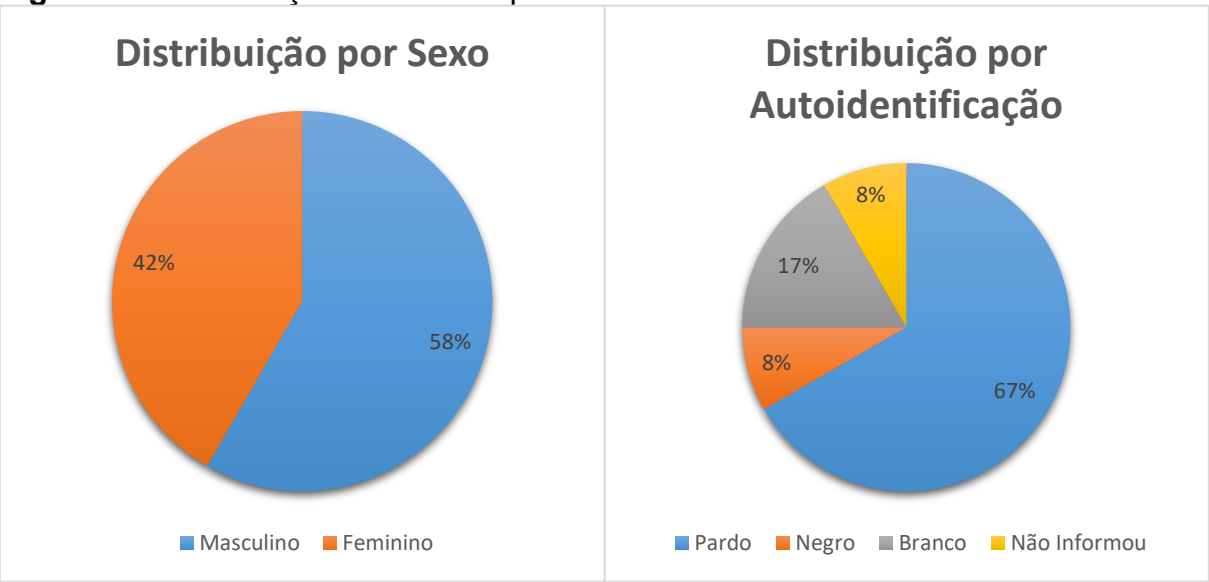
Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Aos participantes (alunos e ex-alunos, e membros da comissão) foi proposta a realização de entrevista semiestruturada presencial, em que poderia ser realizada em uma sala de reuniões reservada na estrutura física do Ifes – Campus Ibatiba, ou em qualquer outro local de preferência, podendo ser um ambiente público definido pela pessoa ou a própria residência do participante. Aos que não residiam na cidade de Ibatiba, também foi oferecida a opção de realizar a conversa de forma online por meio de videoconferência. Todas as entrevistas foram gravadas em mídia de áudio para fins de transcrição, conforme consta na metodologia.

Todos os alunos e ex-alunos entrevistados possuíam no momento da entrevista, entre 18 (dezoito) e 53 (cinquenta e três) anos, todos maiores de idade, portanto, não foi necessário a autorização dos pais ou responsáveis no TCLE (APÊNDICE A) e TALE (APÊNDICE B).

Dos 12 (doze) entrevistados, 7 (sete) se declararam do sexo masculino, e 5 (cinco) do sexo feminino. A maioria deles, 8 (oito) se consideram pardos e 1 (um) negro, enquanto 2 (dois) se consideram brancos e apenas 1 (um) não informou, a disposição é demonstrada nos gráficos constantes da Figura 13 a seguir:

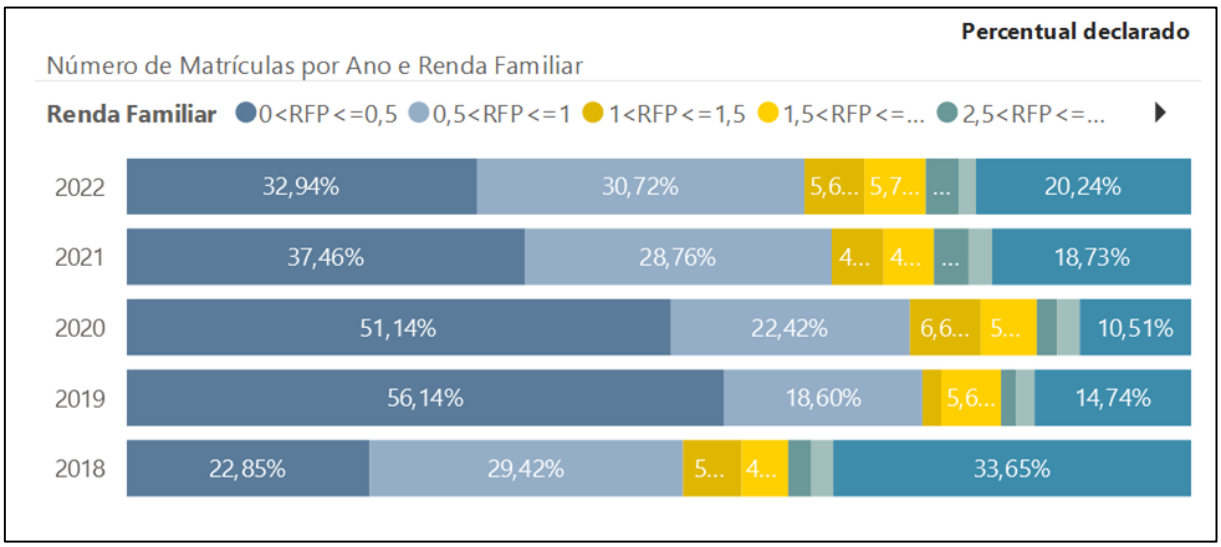
Figura 13 - Distribuição dos alunos por sexo e cor



Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Apenas 1 (um) dos entrevistados informou renda *per capta* um pouco maior que um salário mínimo todos os demais tem renda de até um salário mínimo. O que demonstra o perfil dos estudantes do Ifes – Campus Ibatiba, na Figura 14 abaixo, extraída após consulta na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), aponta para a faixa de renda informada pelos alunos matriculados por ano, o que surpreende negativamente, nos anos de 2019 e 2020, por exemplo, mais de 50% deles possuírem renda familiar menor que meio salário mínimo (0<RFP<0,5).

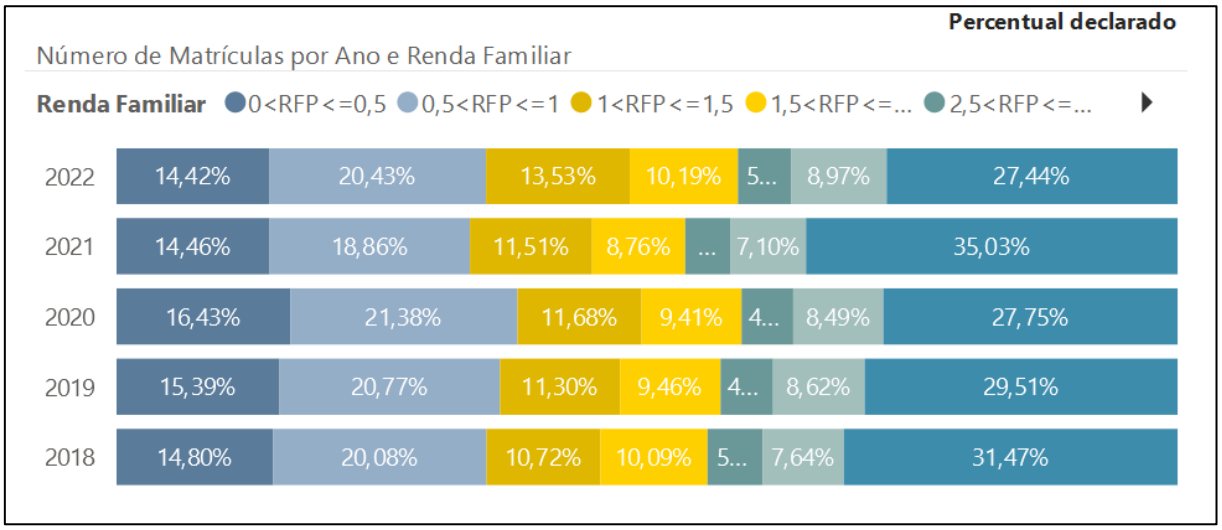
Figura 14 - Alunos por faixa de renda no Ifes – Campus Ibatiba



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2024).

Só para contextualizar, a Figura 15 apresenta os dados do perfil de faixa de renda dos alunos da rede Ifes (todos os *campi*), é notável a diferença deste indicador ao se comparar a faixa de renda dos alunos de todos os *campi* do Ifes em relação aos do campus Ibatiba, apresentado anteriormente.

Figura 15 - Alunos por faixa de renda nos *campi* do Ifes



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2024).

Segue adiante o Quadro 2 com o perfil dos estudantes entrevistados, cabe ressaltar mais uma vez, que para manter o anonimato os nomes dos participantes foram ocultados e substituídos por números.

Quadro 2 - Perfil dos estudantes entrevistados

Nº	Idade	Sexo	Raça	Curso	Endereço	Renda	Situação
Aluno 1	23	M	Preto/Pardo	Bacharel em Engenharia Ambiental	Zona Rural Ibatiba-ES	Menos de um salário mínimo	Matriculado
Aluno 2	23	M	Não informada	Bacharel em Engenharia Ambiental	Guaçui-ES mudou para Ibatiba-ES	Não informada	Matriculado
Aluno 3	22	M	Pardo	Bacharel em Engenharia Ambiental	Ibatiba – ES	Não informada	Matriculado
Aluna 4	19	F	Parda	Técnico em Meio Ambiente	Córrego Santa Maria, Ibatiba-ES	Um salário mínimo no máximo	Matriculado
Aluno 5	25	M	Branco	Bacharel em Engenharia Ambiental	Ibatiba-ES mudou para Alegre-ES	bolsa de projetos e auxílio emergencial	Formado

Aluna 6	22	F	Parda	Técnico em Meio Ambiente	Córrego dos Perdidos ou dos Paulas, Ibatiba-ES	Não possui renda fixa, recebe ajuda dos pais	Concluído
Aluno 7	21	M	Pardo	Técnico em Florestas Integrado	Córrego São José do Meriti, Ibatiba-ES	Mais ou menos um salário mínimo	Transferido Externo
Aluno 8	18	M	Pardo	Técnico em Florestas Integrado	Córrego Cachoeira Alegre, Ibatiba-ES divisa com Iúna-ES	Salário Comercial	Concluído
Aluna 9	20	F	Parda	Técnico em Meio Ambiente	Córrego São José, Iúna - ES	Não possuía renda fixa, pensão do pai e aposentadoria dos avós	Concluído
Aluno 10	53	M	Branco	Bacharel em Engenharia Ambiental	Córrego Santíssima Trindade, Iúna-ES divisa com Ibitirama-ES	Não possui renda fixa, não trabalha formalmente e não tem quem o ajude financeiramente	Cancelamento Compulsório
Aluno 11	24	M	Pardo	Bacharel em Engenharia Ambiental	Simonésia-MG, Ibatiba-ES, Ipanema-MG	Um salário mínimo no máximo	Matriculado
Aluna 12	21	F	Branca	Técnico em Florestas Integrado	Córrego do Perdido, Ibatiba-ES	Um salário mínimo	Concluído

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Além das entrevistas com alunos e ex-alunos, foram realizadas entrevistas com 9 (nove) membros da Comissão de apoio a acesso e conectividade (designados pela Portarias do Campus Ibatiba nº 173/2020 e nº 188/2020), dos 18 participantes da referida comissão, não foi possível entrevistar 5 (cinco), por não fazerem mais parte do quadro de servidores do Ifes, 1 (um) se recusou a participar e outros 3 (três) atuam como docentes e tinham a possibilidade de participar através do questionário que também foi aplicado com este público ao qual poderia contar com a participação deles, então o pesquisador considera que o número de entrevistas obtidas foram suficientes atingindo a “saturação teórica” que é quando a coleta de novos dados não conduz a um aumento significativo de novas informações (Gil, 2002).

Da mesma forma os participantes deste público não tiveram seus nomes informados, sendo apresentado seus respectivos perfis conforme Quadro 3 abaixo:

Quadro 3 - Perfil dos membros da comissão entrevistados

Membro	Sexo	Área de Atuação
Membro 1	M	GESTÃO/PROFESSOR
Membro 2	F	GESTÃO/TAE
Membro 3	F	ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL
Membro 4	F	PEDAGÓGICO
Membro 5	F	GESTÃO/TAE
Membro 6	M	GESTÃO/DIREÇÃO
Membro 7	F	TAE/ENSINO
Membro 8	F	TAE/ENSINO
Membro 9	M	TAE/TI

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Afim de enriquecer a captação (coleta) de dados foi elaborado um questionário apresentado por meio de formulário eletrônico do *google docs*, a partir de um teste piloto (pré-teste) realizado presencialmente com um professor, com a finalidade de organizar as questões, de quais seriam aplicáveis e definir através das observações o que funcionaria ou não, quais destas questões seriam de respostas abertas ou fechadas, quais dados socioeconômicos seriam suficientes. Portanto, este questionário (APÊNDICE F), após elaborado e revisado, foi disparado através de e-mail institucional do Ifes e em grupos de WhatsApp com participação exclusiva dos profissionais docentes que atuam no campus Ibatiba, obtendo 15 (quinze) respostas, é importante ressaltar que nos anos que correspondem à pandemia (2020-2021) haviam no campus 36 (trinta e seis) professores efetivos, e a condição de participação do questionário é de terem atuado durante a pandemia e estarem ativos na instituição atualmente, ressalta-se que alguns deles não fazem mais parte do quadro docente deste campus da instituição, enquanto alguns do quadro atual não lecionaram durante o período da pandemia, então este pesquisador considera que a quantidade de respostas obtidas foi satisfatória e suficiente para os objetivos adicionais propostos (após a qualificação). O perfil dos respondentes segue adiante:

Quadro 4 - Perfil dos professores respondentes

Professor	Faixa Etária	Sexo	Área de Atuação	Local de Residência
Professor 1	50-54	M	Matemática/Estatística	Irupi
Professor 2	50-54	M	Filosofia/Sociologia	Ibatiba/ES
Professora 3	35-39	F	Geografia	Vitória/ES
Professor 4	40-44	M	Informática	Uberaba/MG
Professora 5	35-39	F	Rec. Áreas Degradadas/Metodologia	Ibatiba/ES
Professora 6	40-44	F	Educação Física	Serra/ES
Professor 7	55-59	M	Topografia/Geoprocessamento	Venda Nova do Imigrante/ES
Professor 8	45-49	M	Ciências do Solo/Práticas Ambientais	Ibatiba/ES
Professor 9	45-49	M	Técnicas	Ibatiba/ES
Professora 10	35-39	F	Legislação	Manhuaçu/MG
Professor 11	30-34	M	Informática	Ibatiba/ES
Professor 12	45-49	M	História/Sociologia	Ibatiba/ES
Professor 13	45-49	M	História	Lajinha/MG
Professor 14	35-39	M	Técnicas	Ouricuri/PE e Ibatiba/ES
Professor 15	35-39	M	Dendrometria/Economia	Ibatiba/ES

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Assim, com as narrativas produzidas nas entrevistas e no questionário aplicados, permitiram compreender de várias formas, por visões e pontos de vista distintos, abrangendo uma amplitude de relatos que ilustram e ajudam a responder à questão investigada. E a partir dos dados obtidos buscou-se responder aos objetivos propostos, utilizando também as categorias *a priori* e *a posteriori*, que foram analisados e serão apresentados nas seções a seguir.

5.3.1 Recursos de tecnologia de informação e comunicação utilizados e colocados à disposição

Os principais recursos de TICs que comumente são utilizados na educação podem variar desde computadores, tablets, smartphones, internet, *pen drives*, são os mais indicados, porém é importante ressaltar que os sites, programas, aplicativos ou *apps,* outras ferramentas e *softwares*, também devem considerados recursos tecnológicos (Alves, 2017).

Neste segmento apresentamos os resultados provenientes das conversas com os alunos e ex-alunos, sujeitos da pesquisa sobre os recursos de TICs que foram utilizados e colocados à disposição pelo Ifes – Campus Ibatiba durante o período da pandemia de COVID-19, visando a inclusão dos discentes para a realização das APNPs.

Em resposta a necessidade e urgência em dar continuidade as atividades educacionais, o Ifes – Campus Ibatiba, mobilizou recursos e equipamentos para utilização dos alunos, conforme destacado anteriormente, e de acordo com os relatos dos estudantes entrevistados, acabaram por demonstrar os desafios enfrentados para conseguir obter acesso à rede de internet com qualidade suficiente para realização e acompanhamento das atividades não presenciais, e também para além de questões de acesso, muitos não possuíam dispositivo para utilizá-la (ou acessá-la). Os alunos e ex-alunos entrevistados não foram questionados diretamente sobre os recursos que foram disponibilizados a eles, mas durante os relatos pôde-se perceber em suas narrativas as principais dificuldades enfrentadas durante a pandemia, sobre o tipo de acesso que possuíam e também dos dispositivos tecnológicos que tinham para poder acompanhar as aulas, conforme segue:

> E aí foi que eu consegui o auxílio, eles pagaram a instalação pra [sic] mim, as mensalidades e me emprestaram também um computador durante todo o período da pandemia pra eu estar fazendo as atividades (Aluna 9).

O auxílio mencionado pelo entrevistado acima trata-se do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, a instalação a que também se refere é a de conexão com um provedor de internet, outros exemplos de relatos de estudantes também vão neste sentido:

> [...] aí o Ifes propôs essa... Esse auxílio, né? Esse auxílio. E aí foram e instalaram a internet lá, me deram um computador pra [sic] mim poder estudar e tudo (Aluno 7).

> [...] mas aí depois eu consegui o computador do Ifes, né? Porque tinha uma disciplina que demandaria muito mais de computador, que era o geoprocessamento. Então eu precisava do computador e o Ifes disponibilizou e também a internet ao longo do período da pandemia (Aluno 5).

A utilização das TICs são importantes para a participação e o desenvolvimento das atividades nos processos de educação conduzidas de forma online, a falta ou o despreparo para a sua utilização impacta negativamente no desempenho do ensino (Alves,2017).

Além da mobilização e da disponibilização de equipamentos tecnológicos que faziam parte do patrimônio e da estrutura física do Ifes – Campus Ibatiba, cedidos na modalidade de empréstimo aos alunos que não possuíam, do qual se destaca computadores, laptops, tablets e outros equipamentos periféricos como modems e roteadores, o Ifes também mobilizou recursos para financiar o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital que foi disponibilizado em forma de auxílio financeiro para custear a contratação do serviço de internet, contemplando a instalação e o pagamento das mensalidades no período, permitindo àqueles que tinham maiores dificuldades, poderem acessar e utilizar as plataformas para o ensino remoto, neste sentido, Rocha (2010) trata que a implementação das tecnologias digitais na educação proporcionam o desenvolvimento de habilidades e é papel preponderante para promoção de uma inclusão sociodigital. Uma aluna que residia em região da Zona Rural de Ibatiba, comentou com detalhes a sua situação:

> Sim. Logo quando entrou a pandemia, a gente, eu e meus pais, eles até consideraram colocar a internet lá em casa, só que na época a única internet que pegava lá era aquela Hughesnet[4], que é via rádio e é bem caro, né? E a qualidade ainda assim não é boa, eu não consegui acompanhar minhas aulas ao vivo, mas nesse início eu fiquei sem internet, aí logo quando o Ifes abriu, todo o edital, eu me inscrevi e a instituição ela custeou tanto a instalação da internet lá em casa, que eu acho que foi em torno de uns 600 reais, porque tinha todo o aparato da torre, do sei lá o quê, e eles custearam também a mensalidade, que ficava em torno de, eu acho que eram uns 280 reais, porque era a única que pegava, então era muito caro, né? E aí foi o Ifes que

[4] A Hughesnet é um provedor de serviço de internet e comunicações via satélite da Hughes do Brasil, subsidiária da Hughes Network Systems, LLC (HUGHES), uma empresa inovadora em tecnologias e redes de satélites e multi-transporte.

> custeou tudo isso pra mim, na época eles perguntaram também se eu precisava de computador ou coisa do tipo, né, só que aí eu falei que eu não precisava porque eu tenho meu notebook aqui, o velhinho de guerra, mas eu tinha, eu falei: Não, podem passar para outra pessoa. Mas assim, na pandemia foi essencial esse apoio que eles me deram em relação ao acesso à internet. Com ela, eu consegui entrar em contato com os professores mais fácil, eu conseguia ver as videoaulas em casa, já que eu era do grupo de risco e não podia ficar me deslocando. Então, assim, foi muito bom (Aluna 6).

O tipo de dificuldade narrada é um retrato das que são enfrentadas pelos alunos do Ifes – Campus Ibatiba, que além de residirem em áreas não urbanas, lidam com a falta recursos para custear a infraestrutura de instalação e acesso à internet, onde até mesmo a possibilidade de cobertura dos provedores deste serviço era dificultosa ou impossibilitada, o que comprova o que se discute em Andrade *et al.* (2022), que as populações residentes em áreas rurais, somadas ao baixo IDH-M acentuam os níveis de vulnerabilidade em termos de inclusão digital.

Ao tratar das principais dificuldades enfrentadas pelos estudantes, durante os diálogos apresentados em suas argumentações sobre os recursos de TICs que tinham a disposição e sobre suas capacidades e condições de acesso com a obtenção do auxílio emergencial de inclusão digital, surgiram durante as respostas e em outras partes da entrevista, justamente estes relatos sobre as principais dificuldades enfrentadas por eles, deste modo uma categoria de análise *a posteriori* foi criada para destacar estas narrativas, que são citadas nesta seção e nas seguintes.

Outra aluna também relata que o pai “nem tinha celular” e que “não ligava pra [sic] tecnologia”, essa realidade também é observada entre os alunos, que só foram ter acesso e contato com as TICs assim que ingressaram no Ifes, pois utilizavam a estrutura física e de acesso da instituição para utilizar as tecnologias, às vezes possuíam aparelho celular, mas usavam a rede *wi-fi* do campus, ou até mesmo computadores dos laboratórios e da biblioteca no período em que frequentavam as aulas, mas com a pandemia, essa não era mais uma possibilidade, então foi observado um esforço extra para poder acompanhar as atividades não presenciais:

> Não, não tinha. Eu não tinha nada. Era só o celular mesmo. E acho que meu pai nem tinha celular também, porque meu pai sempre foi meio assim... Tipo, não ligava pra [sic] tecnologia. Aí ele nem tinha, então era só o meu mesmo em casa. Depois que ele pegou e resolveu comprar um (risos). E agora não larga [...] eu tinha o wi-fi (senha) de uma pessoa na rua e às vezes eu pedia meu pai pra [sic] vir na rua, ficar na porta da casa da pessoa pra poder conseguir acessar (Aluna 12).

Os dados obtidos através das entrevistas são riquíssimos, este tipo de depoimento, aqui considerando apenas o trecho acima citado, foi observado também com outros entrevistados, e são comuns do ponto de vista de como foram as dificuldades enfrentadas e as maneiras buscadas para conseguir manter os estudos durante o período pandêmico, isto vai de encontro ao que Oliveira, Corrêa e Morés (2020) abordam sobre os desafios que os alunos de escola pública enfrentaram durante a pandemia de COVID-19. É importante observar ainda neste trecho do discurso que só a aluna possuía um telefone celular em casa, ela morava com seus pais, residia na zona rural, cita que em determinado momento tinha que "vir na rua", que é uma expressão que é bastante utilizada nessa região de interior entre os estados do Espírito Santo e de Minas Gerais, que vai no sentido de se deslocar da área rural e vir até ao centro urbano (rua no sentido de local urbanizado, que possui calçamento e outros equipamentos públicos como rede de iluminação, abastecimento de água e sistema de esgoto, escola ou posto de saúde a uma distância próxima - até 2km), e depois utilizar a senha que possuía para obter acesso a conexão de internet de uma terceira pessoa e conseguir fazer ou acompanhar alguma atividade.

Outros sujeitos também informaram que buscavam utilizar um acesso de internet de terceiros para tentar realizar suas atividades durante a pandemia:

> [...] até porque então eu não tinha internet em casa. Quando eles também contribuíram com a parte da instalação, foi fundamental para eu não estar fazendo aquisições em casa. Até então eu usava o wi-fi da vizinha, por exemplo (Aluno 2).

Outros relatos citam que além dos problemas e dificuldades já listados, que outros fatores como os climáticos também podem interferir e prejudicar o acesso:

> Na verdade, quando começou, se não me engano, foi com... a gente instalou a internet com o auxílio do Ifes, aí eu não me lembro, assim, exatamente se eu tive problemas de acesso à internet ou não. Mas em épocas chuvosas que acontecia lá que talvez tinha alguma queda da internet [...] (Aluno 11).

> Às vezes a internet caía e aí tinha aquela falha de comunicação com as meninas do grupo, e como lá é zona rural chovia, chove bastante, o Espírito Santo, né? O tempo é meio assim... Aí chovia, eu costumava ficar sem internet, porque é via rádio, né? Então a gente não tinha muita estabilidade. Mas as dificuldades foram mais essas, né? Às vezes eu ficava acordada até depois de meia-noite porque eu sentia que a internet funcionava melhor depois de meia-noite, né? Aí eu ficava para enviar uma atividade, para ver

> um videozinho [sic] de aula, foi um período, dessa forma, essas foram as minhas maiores dificuldades (Aluna 6).

Cabe ressaltar que a região sul e serrana do estado do Espírito Santo com o seu clima tropical de altitude, que possui temperaturas inferiores a 22ºC no verão, apresentam um inverno rigoroso, e em determinadas épocas apresenta chuvas acumuladas e concentradas com alta intensidade (Ribeiro, 2024). As condições climáticas e instabilidades como fortes chuvas provocam interferências na conexão de internet, afetando principalmente a emissão e recepção de sinal de rádio (via antena), tornando a navegação instável e falha.

Adiante, partindo do ponto de vista dos servidores membros da comissão de apoio a acesso e conectividade dos alunos para APNPs, no âmbito do Ifes – Campus Ibatiba, apontam como foi o trabalho de identificar e contactar os alunos que não tinham condições de acesso, dos recursos disponibilizados pela instituição e de que forma lidavam para atender casos específicos.

> A primeira coisa que nós fizemos foi entrar em contato com esses alunos e verificar se eles tinham acesso à internet, se eles tinham computador. Então, o nosso primeiro contato foi esse. E aí, a partir daí, que a gente foi selecionando aqueles alunos que iam receber o auxílio internet e computador. E os computadores teve aluno que a gente até levou em casa, que morava no interior, não tinha condição de vir buscar. Então, nós fomos entregar mesmo na residência dos alunos. Então, eles assinavam um termo, os pais, se responsabilizando, em cuidar do patrimônio público e eles receberam diretamente na conta deles um auxílio que agora eu não lembro o valor [...] (Membro 2).

Então, de acordo com os dados levantados, o trabalho da comissão iniciou com o objetivo de identificar e contactar os alunos com dificuldades de acesso à internet e identificar se possuíam equipamentos de TICs para utilização durante o ensino remoto emergencial. Neste sentido Reche *et al.* (2022) descreve como fundamental nos processos de inclusão o acesso e a utilização da tecnologia.

Outro membro desta comissão que também integra a gestão do campus ressalta o esforço no sentido de oferecer condições para os alunos e também ao profissional docente, citando a estrutura montada no campus para gravação e transmissão de aulas.

> [...] o *campus* criou uma sala de multimídia para docentes utilizarem essa questão. Então, isso foi um apelo inicial que foi feito [...] então, foi montado todo um aparato de câmera, de tal, toda uma estrutura bacana. E pena que foi pouquíssimo utilizado. A gente tem caso também interessante de relatar, né? Que a gente preocupou muito com o atendimento ao aluno, né? De equipamento, de material, de acessibilidade [...] então naquela época havia uma ideia de uma, de uma cooperação muito grande para que todos os professores, todos os professores, alunos, todo mundo, pudesse ter o necessário e o *campus* meio que se virar para poder atender a todas as necessidades de atendimento do ensino (Membro 1).

Nunes *et al.* (2021) contextualiza este período em que as aulas presenciais tiveram de ser substituídas por modalidades não presenciais e aborda a necessidade de alocação de recursos para as escolas públicas, o que é reforçado pelo que foi relatado nos trechos acima.

O acesso e o uso das TICs são fundamentais, mas apenas fornecer o acesso não é suficiente para se alcançar uma inclusão digital real, diversos autores (e.g. Bolzan; Löbler, 2016; Reche *et al.*, 2022; Bonilla; Pretto, 2011; Carbonera *et al.*, 2020) constatam essa necessidade em suas interpretações sobre a importância das TICs, e isso é evidenciado nas falas dos membros da comissão entrevistados:

> [...] e aqueles que geralmente não tinham tido acesso até aquele momento, a gente entendia que não tinha tido acesso, porque também não tinha internet para poder acessar, seja o acesso pelo celular ou por computador. E foi daí também que a gente percebeu a necessidade de que, para alguns, não adiantaria ter internet somente [...] foi daí que a maioria das solicitações de auxílio digital, o pagamento de internet são casos que foram casados [sic] com um empréstimo do computador. Computador, notebook, celular, tinha um celular não sendo utilizado que foi emprestado, alguns equipamentos, já que a gente não pagava e a empresa às vezes não poderia (fornecer), né? [...] (Membro 5).

> Na comissão, a gente recebia as solicitações e analisava a melhor maneira de ajudar ali. Então, nem era só o auxílio internet, houveram algumas outras situações específicas em que a ajuda foi outra. Tanto que também teve a distribuição dos equipamentos, empréstimo, exatamente... A minha atuação foi na comissão, como membro mesmo, a gente analisava o caso e via o meio de ajudar. A gente recebia as solicitações e analisava (Membro 8).

O Auxílio Emergencial de Inclusão Digital ficou popularmente conhecido como “auxílio internet”, termo repetido e entendido por grande parte de servidores, funcionários e estudantes do Ifes – Campus Ibatiba. Da Silva Gomes *et al.* (2022) aborda que as ações relacionadas à contratação de serviço de internet receberam variadas

denominações em outras instituições pesquisadas: “auxílio inclusão digital, auxílio emergencial de inclusão digital, auxílio internet, auxílio inclusão digital – acesso à internet, entre outras”. Alguns trechos detalham as soluções tentadas, a forma como foram realizados os atendimentos e as entregas nas respostas dos entrevistados que fizeram parte da referida comissão.

> Participando das comissões, né? De selecionar os alunos, de ver quem mais precisava. Eu lembro que na época a gente deu uma... uma selecionada nos alunos, né? Que não tinham computador. Eu tinha na época, eu lembro que eu tinha feito entrevista. Com os alunos que vieram, entrevista presencial mesmo logo no início do ano, os alunos que já estavam aqui e na minha ficha tinha. Se você possui computador, se você possui acesso à internet, então com essas informações eu fiz um banco de dados, né? E trouxe para as reuniões, principalmente para o auxílio de inclusão digital, para ver quem mais precisava do computador. Olha, essa família tem uma situação mais difícil e tal, então o aluno vai precisar porque muitos alunos pediram o equipamento também [...] o restante foi mesmo de pesquisa, de abordagem do que a gente conseguia fazer online, né? Via todos os instrumentos digitais que a gente tinha, né? Participando das comissões, dos estudos, o de inclusão digital, também teve o chip de internet (não foi né) que veio do governo federal? Que virou, né? Acabou que virou pra gente aqui uma utopia, porque ele não funcionava no interior, não funcionava o chip da, da Claro, da Oi, então teve toda essa discussão também [...] (Membro 3).

Cabe mencionar o “Projeto Alunos Conectados” do MEC, que consistiu na distribuição de chips de telefonia celular para acesso à internet, ação desenvolvida para uma abrangência nacional, que através da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), visava a concessão de “[...] pacote de dados móveis de até 40gb mensais, a alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica e matriculados em instituições de ensino da rede federal.” (Da Silva Gomes *et al.*, 2022, p.37) Ainda neste sentido, exemplificando a dificuldade e não funcionabilidade da tentativa de distribuição de chip celular no Ifes – Campus Ibatiba, componente essencial para o funcionamento dos dispositivos e conexão de dados móveis, cabe ressaltar que na região apenas uma operadora de telefonia celular funciona e somente na área urbana e em alguns outros pontos próximos específicos, então a possibilidade de distribuição de chip de uma operadora da qual não tem cobertura na cidade e na região, sequer funcionava para atendimento a necessidade proposta. Segue o apontamento, com um relato que vai em torno da forma que foram identificadas e atendidas as principais necessidades dos alunos para manterem seus estudos:

> [...] o chip foi um programa do governo, ele veio do governo federal, O chip não funcionou por causa da cobertura, era Claro e os alunos não conseguiam

> usar. O empréstimo de computadores foi algo brilhante. às vezes, assim, o aluno às vezes tinha um celular, mas era um celular também que não era muito bom, e ele não conseguia, assim, não sei se você já acessou o Moodle pelo celular, é muito ruim! É muito ruim! A visão que você tem no computador é outra. Então, o empréstimo de computadores para eles foi essencial também para que eles pudessem estar, assim, verdadeiramente equipados. [...] Na época, nós esvaziamos o laboratório de informática para emprestar equipamento. A gente correu um risco daquele equipamento não voltar, da forma que foi, foi um risco que nós corremos. E a comissão trabalhou muito [...] enquanto a gente não tinha certeza que aquele aluno estava acessando, a gente não desistia dele. Então assim, eu falo com muito orgulho desse movimento que a gente fez, porque não foram todos os *campi* que conseguiram, é atingir, igual a gente chegou a um ponto das APNPs que a gente tinha atingido todo mundo. Como eu falei, somente por questões de adaptação mesmo, que alguns alunos preferiram trancar e só retornar no presencial (Membro 7).

No relato acima temos um resumo do que não funcionou, da solução mais conveniente e necessária para atender as demandas dos alunos, que foi o ponto chave para os trabalhos realizados na comissão, e do posicionamento pessoal da servidora que fala com orgulho de que em determinado momento todos os alunos conseguiam acessar as APNPs, o que demonstra de fato que o trabalho desenvolvido resultou em inclusão sociodigital.

No Quadro 5 estão os dados que demonstram a avaliação das tentativas para atender as demandas dos estudantes, avaliadas pela comissão de apoio a acesso e conectividade, para as tentativas de inclusão sociodigital.

Quadro 5 - Avaliação das tentativas de inclusão sociodigital

Ação	Descrição	Funcionou?[5]	Observações
Distribuição de Chips de Celular – Projeto Alunos Conectados (MEC)	Fornecimento de chips com plano de dados para alunos sem acesso à internet.	Não	A operadora do chip de celular disponibilizado (Claro) não possui cobertura na cidade e região, onde somente uma operadora funciona (Vivo).
Empréstimo de Computadores e Equipamentos	Disponibilização de computadores e equipamentos para estudantes que não possuíam dispositivos adequados para	Sim	Ampliou significativamente a capacidade dos alunos de participarem das APNPs e dos recursos utilizados nas aulas.

[5] Parcialmente Funcionou - indica que a ação teve impactos positivos, mas também enfrentou desafios significativos;
Sim - indica que a ação foi amplamente eficaz, apesar de possíveis pequenas limitações;
Não - houve exemplos de ações que não funcionaram e foram mencionadas em alguns documentos e pelos entrevistados.

Ação	Descrição	Funcionou?[5]	Observações
	acompanhar as aulas remotas.		
Pagamento de Auxílio Emergencial de Inclusão Digital	Concessão de auxílio financeiro para os alunos contratarem serviços de internet, incluindo a instalação e pagamento das mensalidades.	Sim	Ajudou muitos alunos a terem condições de acesso à internet, em todos os casos relatados foi essencial esse aporte.
Entrega de Materiais Didáticos Impressos	Distribuição de materiais didáticos impressos para alunos com dificuldades de acesso à internet.	Parcialmente	Garantiu a continuidade dos estudos momentânea para alunos sem nenhum acesso, porém durante a pandemia e os protocolos rígidos de isolamento e distanciamento social, impactaram diretamente nesta modalidade.
Parcerias com Operadoras de Internet	Estabelecimento de acordos com operadoras para fornecer pacotes de internet com desconto ou valores acessíveis para os alunos. (contratação direta com o Ifes)	Não	Alguns alunos se beneficiariam, mas a cobertura em todas regiões e a velocidade da conexão não era possível por apenas um provedor, que não tinha capacidade de atender várias cidades, e localidades em áreas rurais e urbanas (tecnologias diferentes de fibra óptica e antenas – via rádio, por exemplo).

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

Na fala de outros entrevistados foi interessante abordarem o fato de participarem ativamente, até presencialmente, quando relatam os momentos de entrega de equipamentos na residência de alguns estudantes.

> [...] a assistência social não participou de forma a conduzir o processo. Então a gente conduziu por meio dessa comissão, definimos as diretrizes e aí com a diretriz definida a gente encaminhou, a gente falou muito aqui do auxílio emergencial, mas além do auxílio, a escola também disponibilizou recursos computacionais, recursos tecnológicos, a gente emprestou computador, a gente foi na casa dos alunos, levar esse computador, instalar os computadores, então a comissão ela conduziu isso, a partir do momento que a condução definiu as diretrizes.[...] Eu lembro que algumas pessoas foram instalar os computadores, eu sou uma delas, fui em várias casas instalar computador, então era muito difícil às vezes encontrar as casas, a gente tinha uns computadores aqui, a TI apoiou muito, a TI vinha, deixava os computadores já preparados para serem levados e aí a gente vinha e pegava os computadores e levava (Membro 6).

> Eu tive a oportunidade de levar computador na casa de vários alunos, tanto em Ibatiba, quanto em Irupi, quanto em Iúna, inclusive em zona rural. Então, já aconteceu, por exemplo, de eu levar computador numa zona rural de, assim, casa de madeira. Família, você vê que era tudo trabalhador rural mesmo. E da mãe, mesmo sendo uma trabalhadora rural, uma pessoa que a gente, às vezes, não espera tanta consciência das coisas, está feliz de estar

> recebendo o computador ali. falando, nossa que bom que agora meu menino vai poder estudar, né, e desse auxílio possibilitar a essa e as outras famílias, né, dos alunos, outros alunos, mas eu tô [sic] citando esse caso porque pra [sic] mim foi muito marcante, é, possibilitar a instalação da internet, porque eles tinham só a internet do celular, que era colocada de forma pré-pago, Então era aquele, botava um crédito no celular, ganhava um bônus de dados móveis e isso não era o suficiente, né? Dados móveis, quando você vai assistir um vídeo, participar de uma videoconferência, igual a gente tá aqui agora, ele consome muitos dados, então acaba muito rápido, não é o suficiente. E sem contar também que na zona rural a qualidade do sinal era muito baixa. Então, às vezes, igual aqui a gente tá falando por vídeo, o aluno não ia conseguir, ia ficar travando. Então, nesse caso, foi muito emblemático, assim, porque ele só conseguiu instalar a internet lá por conta desse auxílio. E o aluno só conseguiu usar a internet que foi instalada por conta do empréstimo do computador (Membro 9).

O Membro 9 acima atuou junto à comissão de acessibilidade e conectividade e fazia parte da equipe de TI do Ifes – Campus Ibatiba, atualmente não é mais servidor e não mora mais na mesma localidade, mas aceitou participar da pesquisa por meio de videoconferência, conforme ficou demonstrado nos próprios exemplos apresentados no trecho acima.

Partindo para os processos educacionais, Rios e Nascimento (2021) destacam que a utilização de metodologias ativas no contexto da pandemia de COVID-19, se mostraram importantes e valiosas no contexto do ensino remoto trazendo vários benefícios e ao analisar sua aplicação, este tipo de abordagem contribui para o aprendizado e a inclusão sociodigital. Nos questionários que foram aplicados com os professores que atuavam no período da pandemia de COVID-19, a questão proposta foi: “Quais metodologias ativas e atuações didáticas utilizou durante as APNPs?”, pois cabe considerar que os recursos didáticos utilizados tiveram de ser adaptados para as aulas online e APNPs e colocados à disposição por estes docentes. Como a questão era de resposta aberta, apresentou nas respostas uma certa diversidade nos métodos que variam de cada professor e de cada disciplina ministrada, ante isto, cabe destacar a utilização da gamificação (tradução do termo em inglês *gamification*), que consiste na aplicação de mecanismos e dinâmicas dos jogos visando motivar e ensinar os usuários de forma lúdica dentro de um determinado contexto, onde pelo menos 5 (cinco) dos 15 (quinze) respondentes adotaram como estratégia. Outra metodologia bastante utilizada de acordo com os respondentes foi a entrega de atividades através de postagens de vídeos, podcasts e em redes sociais, por exemplo, Youtube e Instagram. Além destas que foram as mais utilizadas, outras metodologias

aplicadas merecem destaque como a sala de aula invertida, seminários, *quizzes* ou questionários, aprendizagem colaborativa e construção de projetos, sala de aula virtual, lousa virtual, dentre outros, conforme pode ser visualizado Quadro 6.

Quadro 6 - Metodologias ativas utilizadas pelos docentes nas APNPs

Metodologia Ativa	Descrição	Número de Docentes que Utilizaram
Gamificação	Aplicação de mecanismos e dinâmicas de jogos para motivar e ensinar os alunos de forma lúdica dentro de um contexto educacional.	5
Entrega de Atividades Online	Utilização de vídeos, podcasts e postagens em redes sociais (e.g. YouTube, Instagram) para a entrega de atividades e conteúdo educacional.	4
Sala de Aula Invertida	Método em que os alunos estudam o conteúdo em casa, por meio de vídeos ou leituras, e utilizam o tempo de aula para discutir e aplicar o conhecimento adquirido.	2
Seminários	Realização de apresentações pelos alunos sobre determinados temas, promovendo a troca de conhecimentos e o desenvolvimento de habilidades de comunicação.	1
Quizzes e Questionários	Uso de questionários e quizzes para avaliar o conhecimento dos alunos de forma interativa e dinâmica.	2
Aprendizagem Colaborativa	Estratégias que envolvem a colaboração entre alunos para resolver problemas, discutir conceitos e desenvolver projetos em grupo.	1
Construção de Projetos	Desenvolvimento de projetos pelos alunos, integrando diferentes disciplinas e aplicando o conhecimento em situações práticas.	2
Sala de Aula Virtual	Utilização de plataformas de ensino a distância para conduzir aulas ao vivo ou assíncronas, permitindo a interação entre alunos e professores de forma remota.	2
Lousa Virtual	Uso de ferramentas digitais que simulam uma lousa física, permitindo que os professores expliquem conceitos e resolvam problemas em tempo real.	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

As metodologias utilizadas pelos docentes no período da pandemia juntamente com os recursos de TICs colocados à disposição pelo Ifes aos alunos conforme observado nas entrevistas contribuem como resultado do objetivo específico proposto: “Identificar os recursos de tecnologia da informação e comunicação utilizados e colocados à disposição pelo IFES.”

5.3.2 Capacidade e condições de acesso dos discentes com o auxílio emergencial de inclusão digital

Com o advento da pandemia de COVID-19, as atividades presencias nas instituições de ensino tiveram de ser suspensas e a solução tida como viável foi a implantação do ensino remoto em caráter emergencial, que no âmbito do Ifes foram chamadas de APNPs. Há, portanto, de se considerar que nem todos os alunos contam com a mesma capacidade de acesso, um reflexo das desigualdades sociais, o que é evidenciado nas afirmações de alguns autores (e.g. Cazeloto, 2008; Nobre e Mouraz, 2020; Viana *et al.* 2022).

Com o objetivo de levantar a capacidade e condições de acesso dos discentes para a realização das APNPs, os alunos entrevistados foram questionados das condições que possuíam, das dificuldades enfrentadas e se com o recebimento do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital o acesso à internet foi solucionado os dando plenas condições para cumprirem as atividades propostas. As narrativas seguintes apontam os desafios enfrentados no período para a manutenção dos estudos.

> Com acesso à internet, principalmente em 2020, porque eu tava [sic] numa transição entre morar um pouco na rua e morar um pouco na roça. Então em nenhum dos dois eu tinha *wi-fi*, então era sempre pro [sic] dados móveis, tinha que tentar recarregar o celular, e principalmente no período que eu fiquei na roça, os meses que eu fiquei na roça, o acesso era quase que muito difícil, era subir no alto do morro pra poder tentar fazer as atividades do AVA (Aluna 4).

Nos dizeres da Aluna 4, “morar um pouco na rua e morar um pouco na roça” demonstra as dificuldades de conexão com a internet enfrentadas tanto residindo na área urbana quanto em área rural, a opção era utilizar os dados móveis que é a conexão oferecida pela operadora de telefonia móvel, “recarregar o celular” consiste em inserir créditos na modalidade pré-paga para obter o acesso à internet além de poder realizar ligações e enviar mensagens, a dificuldade mencionada de “subir no alto do morro” é bem comum nos relatos dos entrevistados que residiam na zona rural, esta prática era uma solução buscada para conseguir locais que oferecessem melhores condições de obter o sinal da rede de telefonia celular. Neto (2020) sugere que as dificuldades demonstram o impacto da pandemia nos processos de ensino e

aprendizagem e principalmente quanto a inclusão e o uso das TICs. Seguem abaixo outros relatos de dificuldades neste sentido:

> Nossa, realmente foi o auxílio internet e as aulas EaD. No começo foi bem complicado porque a gente não sabia o que que ia... até quando ia durar e o que ia suceder. Lá em casa o sinal de celular era muito ruim, então tinha locais específicos que davam sinal. Se você saísse daquele local, acabava o sinal e você não entrava em contato com mais ninguém. Então essa realmente foi a parte mais difícil (Aluno 3).

> Pra [sic] mim. Foi muito difícil, porque eu não tinha internet em casa. E era bem caro pra [sic] colocar lá na época. Eu lembro que o meu pai sempre colocava crédito pra [sic] mim e eu ia pro alto da lavoura porque não tinha sinal. Eu ia pra [sic] lá pra poder fazer as atividades. Aí teve até uma época que eu fiquei acho que um mês sem celular porque eu perdi meu celular, então aí também não tinha como. Foi difícil pra [sic] mim (Aluna 12).

A utilização de ambientes virtuais para estudos exige maior habilidade e grau de autonomia tanto acadêmica, quanto no uso dos recursos digitais (Da Silva Gomes *et al.* 2022). Além dos relatos de dificuldades para conseguir o acesso via dados móveis da rede de celular, a própria utilização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizando a plataforma do Moodle[6], também chamado de AVA Moodle que foi o principal ambiente utilizado por toda rede do Ifes para as atividades remotas, de acordo com a fala de alguns entrevistados a utilização do AVA nos aparelhos de celular smartphones era mais difícil que pelo computador.

> Não, não tinha computador nem internet, nada. [...] No primeiro período da pandemia eu fiz pelo celular. Foi bem difícil, o celular não contempla todas as necessidades que a gente tem (Aluno 5).

> [...] o aluno às vezes tinha um celular, mas era um celular também que não era muito bom, e ele não conseguia, assim, não sei se você já acessou o Moodle pelo celular, é muito ruim, é muito ruim, a visão que você tem no computador é outra. Então, o empréstimo de computadores para eles foi essencial também para que eles pudessem estar, assim, verdadeiramente equipados [...] (Membro 7).

> E teve também a questão de como a gente mora na zona rural, alguns lugares a internet não ia mesmo pagando mais caro, mesmo colocando, e aí alguns alunos utilizavam WhatsApp. Então o professor também teve esse desafio de atender lá pelo AVA e atender também pelo WhatsApp. Então muitas

[6] MOODLE é o acrônimo de "Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment", um software livre, de apoio à aprendizagem, executado num ambiente virtual.

> atividades que ele colocava no AVA, ele tinha também que mandar para o aluno no WhatsApp, então foi bem trabalhoso também (Membro 4).

O ingresso precoce ao mercado de trabalho, combinado com as condições econômicas e sociais dos estudantes e suas respectivas famílias, também contribuem fortemente para o aumento do abandono escolar (Lacruz *et al.*, 2022). A região em que o Ifes – Campus Ibatiba está localizada é predominantemente voltada às atividades rurais principalmente na cultura cafeeira, e é observado que vários alunos, principalmente no período da colheita do café acabam por deixar os estudos para trabalhar nas lavouras junto com os pais ou familiares, além da lavoura, o ingresso em outros mercados com o trabalho informal é evidente, o cenário vivenciado com a pandemia de COVID-19 ainda pode ter agravado esta realidade, os relatos abaixo narram algumas destas situações observadas pelos membros da comissão:

> [...] é, muitos nesse período de pandemia, realmente, eles começaram a trabalhar, iam pra [sic] roça, né? [...] Nós temos muitos alunos da zona rural, né? E o pai, realmente, botou o menino pra [sic] trabalhar (Membro 2).

> [...] porque tem um outro fator também, o aluno tá [sic] em casa, na roça, não tá [sic] tendo aula. O pai que não teve também aquele arcabouço de ensino, o pai e a mãe. Muitas vezes o pai e a mãe viraram e falaram, não, você não vai ficar à toa em casa, você vai pra [sic] roça com a gente pra trabalhar. E isso dificultava muito, para muitos casos, a atuação (Membro 1).

> [...] as pessoas, os problemas triplicaram, então primeiro a necessidade era comer a necessidade básica, tanto que na época da pandemia, nós não suspendemos os auxílios [...] nós mantivemos porque os alunos precisavam estudar e a gente sabia exatamente dessa, dessa rotina, ou eu estudo ou eu vou ajudar meu pai na roça ou eu vou ganhar dinheiro para comer nessas situações. Muito que perderam os parentes, os pais, as pessoas que eram a renda da família, então tiveram uma realidade totalmente diferente daquela que estava acostumada. Então foi uma série de fatores. Acho que eu posso falar com você (de impacto), biopsicossocial, tudo que a gente puder dizer nessa época da pandemia [...] (Membro 3).

As dificuldades narradas também são semelhantes com as observações registradas nas respostas dos professores, principalmente durante o período da pandemia de COVID-19:

> Vejo que muitos precisam se ausentar das aulas para ajudar a família nas épocas de colheita (Professor 4).

> Na pandemia vários alunos precisaram trabalhar para complementar a renda de casa, e os professores precisaram adaptar atividades e cobrança de frequência. Pois, sem essa flexibilidade a maioria poderia ter desistido da escola nesse período (Professora 3).

Para demonstrar que as observações do corpo técnico e de professores da instituição de ensino realmente são precisas, o relato dos próprios alunos vem acrescentar e confirmar esta realidade, estas situações que se tornaram comuns no período que compreende a pandemia com as atividades não presenciais de ensino:

> [...] Aí eles fizeram o negócio do auxílio digital. Mas isso foi em agosto já, se eu não me engano. Foi de agosto, aí eu já tinha perdido acho uns dois, três meses da matéria, do conteúdo e tal, aí quando chegou, eu até tive acesso, tava [sic] lá usando, só que aí só dava pra ver à noite, porque como eu tava [sic] em casa, acabava que estava trabalhando durante o dia, aí via as aulas quando era aula gravada, e quando era aula ao vivo eles não tinham como ver. Isso foi tipo... Acho que me atrapalhou bastante, além de já perder três meses de conteúdo já. Aí já praticamente foi só pra [sic] continuar mesmo pra ter noção, que eu tava [sic] começando no curso (Aluno 1).

> Em 2020? Não, em 2020 eu acho que... É, aí entrou a pandemia, aí veio essas... Aí ficou parado aquele tempo, e quando voltaram as aulas online e tudo, na época eu não tinha wi-fi em casa, não tinha computador, não tinha nem celular, [...] Só que aí nessa de... Nessa de tudo ficar parado, minha mãe perdeu o emprego, aí foi apertando as coisas lá em casa. Aí em 2020, metade de 2020, já meus irmãos não moravam mais comigo. E aí era só eu e minha mãe. E a gente tava [sic] precisando de dinheiro, aí eu também fui pra... Fui pra Angra dos Reis, né? Pra [sic] trabalhar lá (Aluno 7).

Durante as entrevistas, ouvia-se o relato e um pouco da história de vida dos entrevistados, e para contextualizar um pouco este último trecho da fala do Aluno 7, que atualmente tem 21 (vinte e um) anos de idade e que reside na zona rural de Ibatiba, menciona que sempre estudou em escola pública e ingressou no Ifes para o curso técnico em Florestas, teve de aprender a usar o computador e a internet, pois não tinha experiência prévia com estas tecnologias, o primeiro contato que teve foi após ingressar na instituição, já durante a pandemia relata que a mãe perdeu o emprego, os irmãos foram morar com outros familiares, e ele e a mãe em busca de se manterem financeiramente, mudaram para Angra dos Reis/RJ para ambos trabalharem, ele teve de interromper os estudos, ficou entre os anos de 2020 e 2022 sem estudar, agora está se esforçando para concluir o ensino médio em outra

instituição de ensino e se preparando para realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com o sonho de futuramente poder cursar Educação Física.

Enquanto os alunos contaram dos seus próprios desafios, das dificuldades, e de suas capacidades e condições (ou a falta delas) para ter acesso à modalidade de ensino remoto no período pandêmico de forma particular e singular, por outro lado ouvia-se as percepções de forma gerais e coletivas por parte dos membros da comissão de apoio a acesso e conectividade:

> É, foi um período bem complicado, porque eles estavam apenas chegando, conhecendo a escola, conhecendo os professores, aí [...] né? Um aluno vai pra casa, fica um período em casa que, óh! Agora as aulas vão ser online. Então, assim, muitos alunos não tinham internet, outros não tinham nem mesmo um telefone para poder usar. Então, não tinha um computador, não tinha meios nenhum para estudar. Então, como fazer essas aulas chegar [sic] até os alunos? E fora também aquela questão do medo, da ansiedade. Os alunos ficaram muito ansiosos, eles voltaram diferentes. Então, assim, a gente percebeu que os alunos decaíram muito nesse período. Por mais que o professor tentasse, mesmo com ajuda financeira, mas eu acredito que não foi a mesma coisa. O aluno de ensino médio, Ele não tem o preparo ainda para ter aula online, porque a aula online você tem que ter, como que eu posso dizer, uma determinação, né? Você tem que ter... Determinação não é a palavra que eu quero dizer... Uma dedicação (Membro 2).

Os alunos que ingressam no Ifes – Campus Ibatiba vem majoritariamente da rede pública e de escolas da região, geralmente são escolas municipais de ensino fundamental, algumas bem pequenas que ficam localizadas na zona rural, alguns só vão ter contato com as TICs pela primeira vez nos laboratórios de informática, biblioteca ou outros espaços após ingressarem na instituição. No ano de 2020, os calouros por exemplo, tiveram pouco mais de um mês de aulas, ainda sem conhecer bem os espaços disponíveis na escola, sem conhecer os colegas e professores, e essa ruptura das atividades presenciais, para ir para casa e depois de um tempo ir para uma modalidade de ensino à distância foi uma mudança muito “abrupta”, não houve uma preparação prévia. Rios e Nascimento (2021) destacam que os alunos em situações econômicas e sociais mais frágeis, são os que possuem também maiores dificuldades para acesso às tecnologias.

Este é um resumo do que foi enfrentado principalmente pelos estudantes ingressantes no ensino médio e técnico no início de 2020, que com a chegada da pandemia de

COVID-19 veio causar enorme impacto nos processos educacionais, desafios estes semelhantes aos que são descritos por Oliveira, Corrêa e Morés (2020):

> Afinal, diante desses novos tempos, precisa-se aprender a extrair o sentido da informação, mais do que retê-la, além disso, necessita-se enfatizar a criatividade, o pensamento crítico, a comunicação e a colaboração, ou seja, aprender a se reinventar diante dos desafios. Contudo, para que se vivencie esse modelo de ensino-aprendizagem, é necessário que professor e aluno trabalhem em um mesmo ritmo de cooperatividade (Oliveira; Corrêa; Morés, 2020, p. 8).

Adiante outro relato, agora com uma visão interna dos procedimentos adotados e das complexidades de fazê-los funcionais diante das adversidades, quando questionada sobre as maiores dificuldades e desafios enfrentados pelos alunos neste período uma entrevistada narrou:

> Estudar, né? Acho que acompanhar as aulas, muita dificuldade também de acompanhar o conteúdo, porque é uma coisa você estar com o professor, você estar presente, outra coisa é você estar online, aí a aula síncrona caía, a internet não funcionava, muitos não tinham computador, muitos tinham um celular para a família inteira, tinham outros irmãos que também precisavam estudar. Muitos receberam um papel, documento, as atividades de papel em casa e eu acho que não tem com quem tirar dúvida, não tem com quem conversar. Numa sala de 40 (quarenta), 50 (cinquenta), numa aula síncrona, né? O professor vai explicando aí, a internet não funcionava e caía, aí os meninos voltavam. Eles reclamavam muito disso, assim, no AVA também, às vezes não tinha o retorno tão rápido porque não tinha condições. O professor também tinha que dar conta daquela turma toda. O professor teve que se reinventar porque ninguém, ninguém aqui foi preparado para dar aula para um computador. Nem ninguém estava preparado para isso, então acho que eles tiveram muita dificuldade (Membro 3).

Toda esta dinâmica que foi necessária ser ajustada e revisada de forma emergencial para tornar possíveis os processos de ensino e aprendizagem, em meio a uma pandemia que alterou completamente a rotina dos estudantes com o fechamento das escolas (Coelho; Conceição, 2021). Para além das dificuldades relatadas, quanto as condições de acesso às tecnologias digitais, o impacto de uma transição de uma modalidade de ensino presencial para um modelo remoto e à distância, ao mesmo tempo em que se buscava promover a inclusão dos alunos quanto a utilização das TICs para sua própria inclusão social (Nobre; Mouraz, 2020). Fatos estes que ajudam a responder ao objetivo de levantar a capacidade e condições de acesso dos discentes beneficiários do auxílio emergencial de inclusão digital.

5.3.3 Análise dos recursos materiais, humanos e financeiros colocados à disposição para as APNPs

Conforme já apontado na pesquisa documental os recursos materiais disponibilizados pelo Ifes – Campus Ibatiba foram principalmente os computadores e outros equipamentos de TICs cedidos aos alunos na modalidade de empréstimo. O relato de um dos gestores do campus vai de encontro a estes recursos materiais e financeiros que foram colocados à disposição e que foram conduzidos a partir dos trabalhos da comissão de apoio a acesso e conectividade dos alunos para APNPs, no âmbito do Ifes – Campus Ibatiba:

> [...] a gente falou muito aqui do auxílio emergencial, mas além do auxílio, a escola também disponibilizou recursos computacionais, recursos tecnológicos, a gente emprestou computador, a gente foi na casa dos alunos, levar esse computador, instalar os computadores, então a comissão ela conduziu isso, a partir do momento que a comissão definiu as diretrizes [...] (Membro 6).

O trabalho árduo por parte dos docentes, dos técnicos que atuam na área administrativa e no ensino, os gestores, enfim todos que tiveram de se adaptar à nova rotina imposta pelo isolamento social, e de certa forma a dedicação destes profissionais é o que impulsionaram os resultados e são os principais responsáveis pelas conquistas, Marcon (2020) ressalta que os professores são atores centrais para a promoção desta nova dinâmica vivenciada pelo distanciamento e isolamento social. Nos apontamentos um entrevistado expressou que:

> [...] a grande preocupação que se tinha era de não deixar nenhum aluno desassistido, nenhum aluno sem um mínimo de acompanhamento. E aí a gente teve muito diretamente essa percepção e esse trabalho (Membro 1).

Outra fala destaca a importância e relevância dos esforços e dos recursos colocados à disposição para a realização das atividades não presenciais:

> Ah foi, foi essencial, porque tinha aluno que não tinha condição de colocar uma internet em casa, não. Eu nem sei se continua com a internet depois da pandemia, pode ser até que pediram para suspender, porque realmente foi essencial (Membro 2).

Os estudantes de baixa renda são os que enfrentam maiores dificuldades de acesso às tecnologias (Rios; Nascimento, 2021). Portanto, faz necessária a existência de políticas públicas educacionais, a fim de “nivelar” as oportunidades através de recursos e da acessibilidade, a assistência estudantil deve alcançar os estudantes em condição de vulnerabilidade socioeconômica (Cunha *et al.*, 2022). Neste sentido outra entrevistada destaca a importância da manutenção do auxílio de inclusão digital para custear a conexão com a internet, mesmo após o período emergencial:

> [...] Então eu até... Interessante que essa semana procurando sobre os editais, eu vi que tem Campus que que manteve o auxílio internet para os alunos, como se fosse um auxílio didático, acabou que a pandemia trouxe essa necessidade em alguns campi, né? Porque o auxílio emergencial ele não faz parte da política de assistência estudantil da nossa, do Ifes não, a política tá [sic] em reformulação, provavelmente vai vir um auxílio digital depois da pandemia, então, muito mais. A gente já vinha tendo essa discussão antes. Eu participava da comissão, então a gente já tinha essa discussão desse auxílio de inclusão digital, dentro da política, porque agora a necessidade é outra (Membro 3).

Os recursos financeiros alocados diretamente para a assistência estudantil e principalmente para o auxílio emergencial de inclusão digital, já foram descritos anteriormente por meio da pesquisa documental. É importante ressaltar que para promover programas de inclusão e políticas públicas se faz necessária a alocação destes recursos para as escolas públicas pois “Uma política pública, sem clara destinação de recursos públicos, não é política; é, antes disso, discurso ou mesmo a falsificação de uma “pseudo-boa-vontade” que não encontrará condições de levar a cabo o cumprimento das metas previstas” (Nunes *et al.*, 2021, p. 5).

Desta forma, os esforços conjuntos de colocar à disposição recursos materiais, humanos e financeiros para o desenvolvimento e realização das APNPs, ora descritos, foram essenciais e contribuíram para que de fato a experiência vivida fosse exitosa, assim cumpre-se o atendimento do objetivo específico “c”, qual seja: Analisar os recursos materiais, humanos e financeiros colocados à disposição para o referido programa.

Na Tabela 2 abaixo são apresentados os valores alocados para cumprimento da política de assistência estudantil pelo Ifes – Campus Ibatiba, e o quantitativo de alunos atendidos e beneficiários dos auxílios, dentre o total de alunos, podemos perceber um aumento substancial no valor disponibilizado no orçamento, destaca-se a fonte de

recursos da Assistência Estudantil, e também da complementação por parte do campus com o remanejamento do orçamento de custeio, a partir do ano de 2020, justamente pela situação imposta pela pandemia de COVID-19.

Tabela 2 - Orçamento anual e beneficiados com assistência estudantil no Ifes - Campus Ibatiba

Ano	Beneficiados	Total de alunos	Percentual de atendidos	Orçamento anual
2017	252	457	55,14%	R$ 266.200,70
2018	241	500	48,2%	R$ 313.760,49
2019	262	547	47,89%	R$ 307.270,00
2020	260	581	44,75%	R$ 541.832,91
2021	245	556	44,06%	R$ 559.575,33
2022	272	595	46,21%	R$ 588.242,19
2023	230	615	37,39%	R$ 509.423,00

Fonte: Anuário Dap e Documentos internos: Relatório de Gestão da Assistência Estudantil do Ifes - Campus Ibatiba e dados obtidos no sistema Q - Acadêmico fornecidos pela Coordenadoria de Registro Acadêmico.

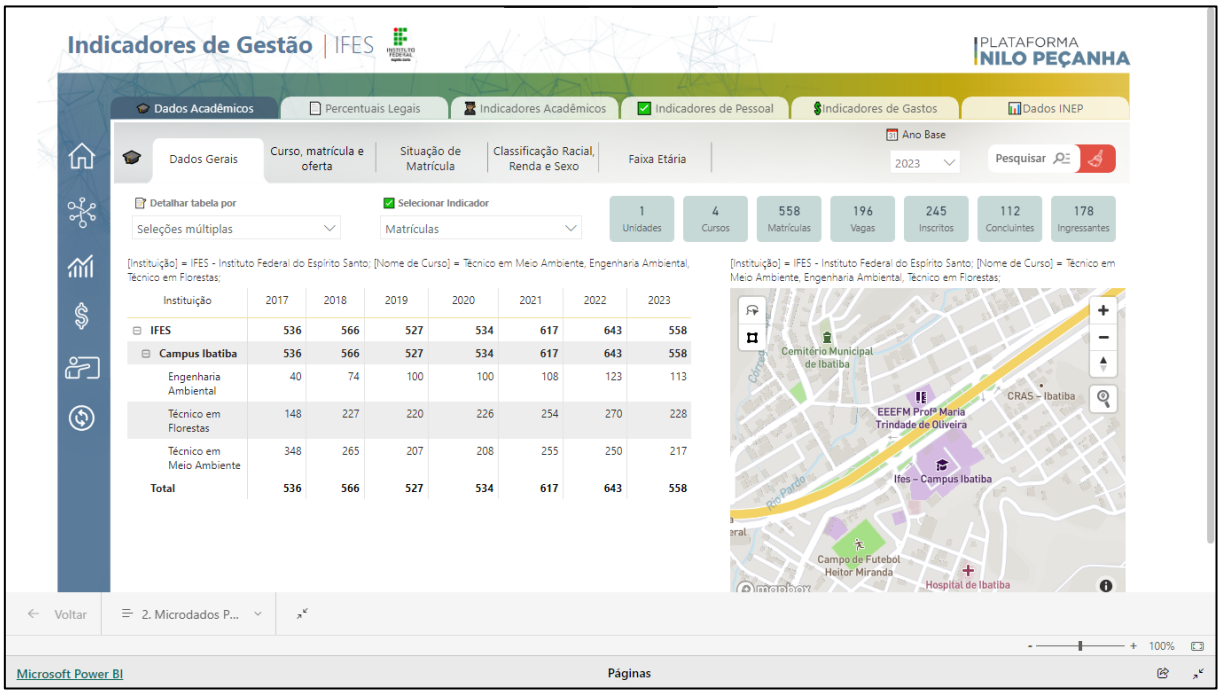
5.3.4 Avaliando as metas, os resultados alcançados e o impacto social gerado

Sobre as metas estabelecidas pela gestão do campus não ficou explícito com os dados obtidos nas entrevistas realizadas, mas por meio da análise documental foi possível perceber a intenção da gestão e dos membros da comissão de acesso e conectividade, que era de incluir 100% (cem por cento) dos estudantes para terem condições de acesso para a realização das APNPs, em um dado momento isso foi possível conforme relato dos próprios membros da comissão.

> Então assim, enquanto a gente não tinha certeza que aquele aluno estava acessando, a gente não desistia dele. Então assim, eu falo com muito orgulho desse movimento que a gente fez, porque não foram todos os *campi* que conseguiram é atingir, igual a gente chegou a um ponto das APNPs que a gente tinha atingido todo mundo. Como eu falei, somente por questões de adaptação mesmo, que alguns alunos preferiram trancar e só retornar no presencial (MEMBRO 7).

No levantamento documental também foi investigado e identificado a quantidade de alunos que não tinham condições de acesso, também de acordo com dados obtidos na Plataforma Nilo Peçanha (PNP), na Figura 16, do universo de 534 (quinhentos e trinta e quatro) estudantes matriculados nos cursos Técnico em Florestas, Técnico em Meio Ambiente e Graduação em Engenharia Ambiental, o total de 40 (quarenta) estudantes receberam por meio de empréstimo, equipamentos do Campus Ibatiba, e 35 (trinta e cinco) foram incluídos como possíveis beneficiários do auxílio emergencial de inclusão digital, destes, 30 (trinta) efetivamente chegaram a receber o auxílio em algum momento.

Figura 16 - Indicadores de Gestão Ifes - Número de Matrículas



Fonte: Plataforma Nilo Peçanha (2024).

Quanto aos resultados em termos numéricos e em termos práticos, de acordo com os dados obtidos nas entrevistas, tanto nas falas de alunos e ex-alunos, dos servidores membros da comissão de conectividade e por parte dos professores pode-se perceber que o auxílio foi “essencial” para os beneficiários manterem os estudos durante a pandemia.

> [...] Eu vejo que a gente oferece o ensino de qualidade, e eu entendo qualidade não só como nota, como rendimento, o aproveitamento final dessas questões. Eu vejo o ensino como a possibilidade de inclusão.[...] Então, a

> gente percebe que os alunos necessitam dessa questão, desse amparo. Então, nós temos aí uma contribuição regional muito grande nesse sentido, entendendo o ensino como a questão do cidadão, a questão do envolvimento, a questão da possibilidade de oportunidades para todos os alunos. [...] Todas essas questões, fez com que os alunos daqui que não viam a possibilidade de fazer um curso superior, ou quando viam a possibilidade de fazer um curso superior. [...] Enfim, apareceu para eles a possibilidade de que eles poderiam fazer o que eles quisessem. [...] Nós já tivemos alunos nossos fazendo Medicina, Informática, Direito, História, em diversas faculdades em universidades de todo o Brasil. Tinha uma aluna que estava na Universidade Federal do Ceará. Então, assim, e aí o pessoal falava, olha, isso eu descobri que era possível estando no Ifes. Isso pra [sic] mim é qualidade. Isso pra [sic] mim é a perspectiva (MEMBRO 1).

A percepção de que o ensino de qualidade deve abranger a inclusão, seja ela digital, e mais amplamente a social, vai de encontro com as próprias definições de inclusão sociodigital apresentadas por Bonilla e Pretto (2011); Alves (2017) e Almeida *et al.* (2005), de que se deve dar condições para que os sujeitos sejam capazes de se transformar e se fazer parte integrante da sociedade de forma ampla com a ascensão que lhe é proporcionada.

O relato adiante ilustra que a primeira etapa de fato é oferecer equipamentos e condições de acesso as TICs, para que em um segundo momento (ou momento posterior), poder ensinar e avaliar a sua utilização com o aprimoramento de habilidades e utilização dessas ferramentas, remetendo a Alves (2017) que aborda que da mesma forma que disponibilizar a infraestrutura de tecnologia, é essencial a capacitação e o treinamento para adquirir habilidades para a sua utilização.

> [...] Assim, muitos alunos só conseguiriam estudar por conta do auxílio. Muitos só conseguiram acompanhar as APNPs, entrar no AVA, por conta do pagamento da internet e também do empréstimo de computadores. Porque muitos, a maioria, vamos supor, né? Que na época a gente conversava e tal: Aí eu tenho dois irmãos em casa, eu tenho um irmão em casa, então ele também precisa do celular.[...] Então assim, quando a gente pensa que as pessoas foram pegas de surpresa, era um equipamento que ficou muito caro para as famílias adquirirem, então esse auxílio colaborou,[...] Então eu acho que foi de uma, foi de grande valia do Ifes pensar no auxílio emergencial para poder desenvolver as APNPs, foi uma parada, uma respirada.[...] Então eu tive relatos assim, de que o auxílio emergencial realmente fez com que o aluno continuasse os estudos, a gente falar de ensino aprendizagem ou permanência: Não, mas a gente pelo menos, garantiu isso. A gente não tem como avaliar, mas garantiu que ele tivesse esse acesso, porque sem acesso a gente não tem como saber se ele aprendeu. A gente não pode, saber da permanência é o que eu falo dos auxílios (MEMBRO 3).

No questionário aplicado com os professores que atuavam durante as aulas não presencias no período da pandemia de COVID-19, também definem como “muito importante” (Professor 15). Que “o ensino ajuda a ampliar as perspectivas dos alunos” (Professora 10), que também “amplia a possibilidade do ingresso dos nossos discentes no ensino superior, em especial, universidades de alta qualidade” (Professor 12) e que “o Ifes contribui muito para o crescimento de nossos estudantes e vislumbram possibilidades a partir de um ensino de qualidade” (Professor 2). Outros docentes ainda vão além:

> Vejo a educação como a base para a vida e profissão dos seres humanos, mas vejo no momento uma dispersão de energia com os estudos educacionais em fatores que vai [sic] além de só a educação. A base econômica, social de um lugar é fundamental para que toda uma sociedade possa ter uma melhor qualidade de vida. A educação por si só não consegue fazer uma mudança radical se o lugar continua subdesenvolvido e todas as questões sociais ao redor continua a mesma. Por exemplo, uma boa formação, mas em um lugar que falta oportunidades, gerará uma frustração e mal aproveitamento de inteligências e oferta apenas de trabalhos básicos com salários mais baixos (Professora 3).

> A escola abre oportunidades para que os estudantes possam seguir um caminho de valorização do seu conhecimento, no entanto esse futuro melhor dependerá de como o mercado recebe os profissionais que estão se capacitando. Com a atual desvalorização da mão-de-obra capacitada, não consigo imaginar um futuro muito brilhante ou um processo de evasão escolar reduzido. Precisamos valorizar os profissionais capacitados e que realmente vale a pena estudar para ter um futuro melhor (Professor 14).

5.3.4.1 Intenções, Expectativas e Percepções no Uso da Tecnologia para o Aprendizado e Ascensão Social nas APNPs

Assim, para ajudar a responder ao objetivo de avaliar as metas, os resultados alcançados e o impacto social gerado, foram sugeridas *a priori* três categorias de análise relevantes para a pesquisa, que serão descritas a seguir.

A primeira categoria *a priori* definida versa sobre a intenção e expectativa durante as APNPs, os relatos dos alunos passam por ordem cronológicas distintas, enquanto uns falaram dos motivos que os levaram a vir estudar no Ifes outros falaram das expectativas de estudar na instituição durante todo o processo de formação, outros, por sua vez, frisaram este momento de transição e adaptação para uma modalidade

de ensino não presencial, enquanto uns já falaram do resultado final deste processo da forma que se recordam. Abaixo segue alguns destes trechos na ordem das narrativas que resumem todo este período com as expectativas do antes, durante e pós execução das atividades pedagógicas não presenciais:

> [...] mas eu escolhi o Ifes tanto pelo ensino de qualidade, para conseguir a minha vaga na faculdade, eu sempre ouvi as pessoas falarem que o Ifes, pelo menos o do interior, é como uma família, e eu realmente sentia isso lá no campus. Então, eu busquei um local de acolhimento, ensino de qualidade, que agregaria no meu currículo, porque o Ifes carrega o peso do nome dele. E essas foram as coisas que mais me incentivaram a entrar na instituição[...] (Aluna 6).

> Eu lembro mais ou menos que foi isso. Primeiro fizeram tudo, suspenderam as aulas, depois anteciparam as férias, aí depois viu [sic] que não ia dar tempo, aí foi e voltou. Aí voltou assim, ah, vamos tentar fazer online. Aí foi passar o professor pra fazer, ah tentou gravar as aulas, foi difícil até pros professor [sic] também não tinha... Ninguém preparado pra isso, aí gravava aula no celular, gravava no computador mesmo, foi tudo meio na gambiarra[...] aí eles mandavam ou um corte de livro em PDF ou os slides que eles usavam na apresentação do conteúdo[...] (Aluno 1).

> Foi as APNPs. Quando elas iniciaram ali, a gente iniciou meio sem entender muita coisa. Foi explicado onde seria, brevemente, onde seria feito os estudos, né? Onde estariam os materiais. Um ambiente virtual. E... E também o WhatsApp, foi uma ferramenta bem utilizada porque era o contato direto com o professor (Aluno 5).

> [...]Então, a gente teve as orientações certinho, passaram um PDF com a gente em orientações pra entrar, acessar tudo que o AVA tinha a oferecer. Os professores, eles disponibilizavam cronogramas, né? As aulas estavam lá certinho, a plataforma era fácil de mexer. Então, foi tudo passado pra gente. Eu não senti dificuldade nenhuma (Aluna 6).

> E isso aí, a gente teve essas orientações, sim, através de alguns professores, né, que apresentaram como que seria a forma do ensino em si. Acredito que foi mais isso, teve alguns anúncios também, a gente começou a ver no site também[...] foi bem tranquilo pra gente acessar, que a gente já tinha acesso ao Q-Acadêmico[7], aí a gente teve um tutorial de como acessar o ambiente virtual, então foi bem tranquilo.[...] Então, eu acho que por a gente já ter o costume da aula presencial, e ter essa mudança para o ensino remoto, eu achei um pouco difícil de entender um pouco, a gente pegar o ritmo. Mas, assim, de certa forma eu vi que deu para tirar o proveito de algumas coisas. Não vou dizer 100% porque eu acho que o presencial é bem diferenciado (Aluno 11).

---

[7] O Q-Acadêmico é o sistema web utilizado pelo Ifes para o controle das atividades letivas e é acessado por estudantes, professores e técnicos-administrativos de toda a instituição.

> Então, eu achei. Eu achei bem satisfatório. Deu pra gente, na medida do possível e daquela situação, deu pra gente aprender bastante (Aluno 3).

Os membros da comissão de acesso e conectividade focaram (durante este período) nas soluções para dar continuidade às atividades de ensino por meio não presencial, como as APNPs.

> Foi um período muito conturbado, como já falei até que algumas vezes, mas conturbado também em relação a implantar as atividades pedagógicas não presenciais, foi assim que a gente chamou: APNPs, a paralisação foi em março se não me engano 17 (dezessete), 18 (dezoito) de março, e em maio nós começamos as atividades não presenciais. Naquele momento, em maio, a gente, estava tudo muito novo ainda, tudo muito duvidoso, mas a gente precisava dar uma resposta aos nossos alunos que precisavam também se desenvolver aí na parte educacional. E até para também avançar um pouco a vida, né, que já estava parado aí há um tempo (Membro 6).

> Então, foi um cenário de muitas discussões, muitas disputas. E assim, tudo isso, claro, afeta o ensino. A mudança de um ensino 100% presencial para um ensino 100% online, a gente até evitava esse termo, ensino, atividades pedagógicas não presenciais, porque o termo online já tinha um todo um "ranço" com relação ao online, o EaD, enfim, que não era um EaD, porque na verdade o curso ele era presencial, ele permaneceu presencial, mas claro que por uma necessidade temporária, entre aspas, a gente teve essa, essa necessidade de inseri-lo numa perspectiva digital. Então, isso impactou. Os nossos alunos não tinham consciência do que era o compromisso de uma autogestão do ensino online, à distância. Ao mesmo tempo, os professores, muitos não tinham formação para isso. Então, foi quase uma reinvenção da roda para a gente poder reaprender a trabalhar para poder atender as necessidades dos nossos estudantes.[...] Houve muitas resistências. Teve alunos que podiam fazer as atividades, mas não quiseram fazer, sequer tentaram, houve alguns que tentaram e foram avante, houve aqueles que foi necessário para além de um auxílio financeiro que a gente vai tratar, mas também de uma perspectiva de um incentivo a mais, de um acompanhamento quase que pessoal para que pudessem iniciar esse processo, porque de fato também ninguém sabia o que que ia virar (Membro 1).

> [...] por mais que a gente esteja aí inserido no meio tecnológico, utilize, tem muita informação, muito conhecimento, disponível, nas redes sociais, tá também, é muito conteúdo na internet, mas, como a gente não estava acostumado com ensinar a distância para alunos, em especial do ensino médio ou até mesmo não de ensino médio, eu vi muita dificuldade de sentar para você participar da aula em algumas questões com relação à interação do professor aluno, não é? [...] também certamente teve impacto nos alunos pela imaturidade de se sentar num computador e ali estar estudando, de interagir, às vezes com um professor, por mais que professor disponibilizasse às vezes um número de telefone, um WhatsApp, um e-mail, aquela dificuldade que a gente de livre, de fazer uma pergunta simples, de boca, do que ter que escrever, qual que era a pergunta, né? Então, assim, a interação

> acho que foi muito prejudicada quando em algum momento houve dúvida [...] (Membro 5).

Já os professores que responderam a um questionário e em suas abordagens, de forma geral, compararam o desenvolvimento e as atividades desenvolvidas no Ifes, com relação a outras escolas e as dificuldades externas como desafios para o processo de ensino. Suas narrativas são respostas ao impacto das condições socioeconômicas no ensino e também na frequência escolar.

> Em relação ao Ifes - Campus Ibatiba, o processo educacional está no melhor possível para o momento. Os discentes recebem informações que os colocam um pouco a frente, quando comparados com outras escolas da região (Professor 1).

> Os baixos indicadores de desenvolvimento econômico e social impactam de forma forte e direta no ensino e na frequência escolar (Professor 12).

> Por ser uma região de baixo IDH, afeta muito de maneira negativa (Professor 9).

> As condições sociais impactam na questão do apoio familiar no desenvolvimento e manutenção dos estudos. a questão econômica muitas vezes é atendida pela assistência estudantil (Professor 8).

O relato de alguns entrevistados retorna sempre para questões como o baixo IDH-M e as condições socioeconômicas da cidade e região onde a instituição está inserida, que acabam por afetar o ensino. Da mesma forma, Andrade *et al.* (2022) também ressalta que são mais vulneráveis as populações que residem em área rural e com baixos indicadores de desenvolvimento humano.

A segunda categoria *a priori* trata da percepção dos processos de educação, aprendizado, comunicação e interação, neste sentido os ex-alunos trataram de enfatizar a avaliação e a qualidade do ensino que foi posta à disposição, outros já quiseram compartilhar suas realizações e suas projeções de oportunidades futuras que foram proporcionadas com o ensino que receberam

durante a pandemia e de forma geral enquanto foram estudantes da instituição:

> Cara, a qualidade é muito, muito, muito boa. Independente [sic] de o ensino remoto não ser a mesma coisa que o presencial, entendeu? Eu acho que o nível do ensino, o nível do conteúdo que foi passado pra gente foi bom. a gente... Umas coisas foram passadas por cima, entendeu? Por causa do tempo corrido também, mas no geral foi ... (balançando a cabeça para cima e para baixo, concordando e validando o que está sendo dito). Tinha, tinha o ambiente virtual de aprendizagem lá no AVA, né, aí cada professor tinha sua sala dentro do AVA, eles colocavam vídeo-aulas lá. No primeiro ano não teve aula via web-conferência com a turma toda, isso começou só no segundo ano, se não me engano. No primeiro ano, os professores disponibilizavam as vídeo-aulas com as apostilas, os materiais lá, eles colocavam os PDFs dos livros didáticos que a gente usava e o material era passado todo por lá, os slides também (Aluno 8).

> [...] Sim, eu tenho a noção de que eu perdi a oportunidade de terminar aqui, porque o Ifes tem... Fora do Ifes, por exemplo, eu ir pra um emprego, aí eles veem lá no meu currículo que eu terminei pelo Ifes e tudo mais, e já dá um... Já dá uma agregada, no currículo né? Já dá uma agregada, entendeu? Era nisso que eu tinha mais vontade, assim, de ter um prestígio, de ter terminado o ensino médio no Ifes e terminar com o ensino técnico também (Aluno 7).

O relato pessoal de uma ex-aluna ilustra bem como o Ifes oportunizou e tem ajudado a estudante a realizar seu objetivo pessoal e profissional:

> [...] Atualmente, eu me sinto muito realizada no curso que eu tô fazendo. A veterinária é um curso muito difícil, né? Porque a gente lida com várias espécies, tem todo o peso da comunicação com o tutor, né? Mas a veterinária, pra mim, é assim... Não consigo nem descrever o quanto eu gosto da veterinária. E fazer um curso de meio ambiente, se relaciona muito com isso[...] mas eu escolhi meio ambiente... Eu sempre estudei de manhã. O Ifes foi a minha primeira experiência em estudar no período vespertino. Eu escolhi justamente por causa do meio ambiente. Porque eu sempre gostei dessa parte de meio ambiente. No curso técnico, eu me surpreendi muito, porque além do que eu já esperava, que era essa parte da botânica, da conservação, que é uma parte que eu gosto, do *habitat* natural, da fauna, ainda veio as matérias mais voltadas para o bem-estar humano, saneamento. Então, o curso de meio ambiente foi essencial para a minha faculdade também. Até porque dentro da faculdade eu tenho matéria de conservação. E me ajuda muito, né? (Aluna 6).

Na visão da comissão de acesso e conectividade dos alunos do Ifes, partiram do ponto de continuar a tratar do trabalho promovido por eles em suas respectivas atribuições, além do acompanhamento que já foi explicitado anteriormente, destaca-se abaixo dois relatos que abordam as dificuldades relacionadas com todo o processo educacional, de aprendizado, dentre outras questões.

> Eu acho que é a falta de recursos, com certeza, né? Mas eu acho que a maior dificuldade foi se adaptar à nova modalidade, porque querendo ou não, o

> ensino à distância, que foi imposto pra eles, né? Ele requer muita disciplina, requer muito... É um comprometimento, é outra dinâmica, e é a qual eles não estão adaptados. Eles são muito novos pra ter todo esse comprometimento, toda essa disciplina, todo esse auto (controle)... A transição do ensino fundamental para o médio já é uma dificuldade, a transição de escola já é uma dificuldade, aí pensa de modalidade, sair de um curso presencial para um curso, o que não é, mas naquele momento não tinha outro jeito (Membro 8).

> Quem não tinha muita condição na pandemia ficou pior ainda, né? Então, claro, a gente teve, além do auxílio do Ifes para os alunos, a gente teve auxílios do governo, mas, num aspecto geral, foi muito complicado, porque era um período que não foi só uma questão de não ir presencialmente ao trabalho ou à escola, né? também envolveu muita questão psicológica, emocional, o fato de estar ali isolado, o fato de ter menos contato com outras pessoas. Então, assim, tiveram alunos que, mesmo com todos esses auxílios, não conseguiram.[...] Em muitos casos, eles pediram até para os filhos trabalharem durante esse período para ajudar. Então tem essa questão, né, de ter sido difícil em relação a isso e a própria modalidade de ensino. Então quem tem baixa renda já é difícil estudar numa situação normal. Enfim, às vezes vem de uma base mais fraca, tem menos instrução. Então em condições normais já é mais difícil. Num período de pandemia, então, é onde o estudo exige muito mais autonomia do aluno, né, muito mais iniciativa do aluno, autogestão do tempo.[...] Eu acredito que impactou negativamente bastante. A gente, enquanto instituto, fez o que era possível fazer, mas aí foge do nosso controle, com certeza prejudicou bastante (Membro 9).

Partindo do mesmo ponto de vista, os professores também demonstraram em suas respostas aspectos positivos e negativos em todo o contexto vivenciado, na tentativa de explicar de que forma o ensino foi afetado com a pandemia.

> Além do temor à morte e o medo que assolou nosso mundo, o advento da pandemia afetou a vida de forma drástica, afetando o ensino, em toda sua extensão, trazendo desafios, e agravando antigos problemas, cujas consequências serão sentidas por algum tempo. Muitos discentes não tinham acesso à conectividade, nem *hardware* para realizarem seus estudos. Apesar de o Ifes ter disponibilizado auxílio para os estudantes, a demora e as dificuldades em relação à operacionalização desses recursos, trouxe um atraso considerável em seus processos pedagógicos. Como docentes, sentimos a dificuldade natural em lidar com recursos e plataformas até então, pouco utilizadas e também a pressão em reconfigurar , em pouco tempo, nossas metodologias para o formato APNP. A impossibilidade do contato corporal e a ausência das possibilidades que traz esse tipo de contato culminou com distanciamento humano, embotando emoções, sentimentos e afecções [sic], o que empobreceu os processos de ensino - aprendizagem em seus aspectos cognitivos, culturais, afetivos e estéticos. E ainda, o acúmulo de tarefas que adentrou os lares, resultou na dificuldade em estabelecer limites entre o que é do trabalho e o que correlato ao domínio do lar, o que trouxe exaustão e perturbações psicológicas aos envolvidos (Professora 6).

> Na minha opinião, o ensino foi afetado de forma positiva ao ter que ser trabalhado por tecnologias digitais de informação e comunicação (TDICs) que possibilitou grandes progressos para além dos muros da instituição. Outro ponto positivo foi em relação as metodologias de ensino que estavam abaixo da demanda dos discentes contemporâneos (geração digital e alfa). Também ficou evidenciado, em relação as instituições publicas [sic] de ensino, a falta de responsabilidade e cidadania dos governos, mostrando que existe interesse em não equipar a educação publica [sic] e qualificar os profissionais que nela atuam (essa evidenciação é positiva em meu ponto de vista)[...] (professor 1)

> Foi afetado negativamente. Os alunos e professores não estavam preparados para tal ensino. Os professores fizeram um curso para trabalhar na plataforma digital mas os estudantes nem sempre tinham acesso e também não tiveram, na sua maioria, disciplina e espaço dedicado para os estudos em casa. Alguns dos alunos relataram que precisaram trabalhar pra ajudar em casa. Os alunos faziam as atividades mas quase nunca apareciam nos momentos síncronos. Principalmente os alunos do curso técnico, a maioria quando estavam nos momentos síncronos não se dedicavam na participação ativa nas aulas (Professora 5).

De forma geral os relatos dos professores respondentes, avaliaram alguns aspectos positivos, mas também ressaltaram as dificuldades e como elas impactaram no processo de ensino-aprendizagem, este último trecho apresentado resume estas percepções:

> Foi muito prejudicado. Os professores não estavam preparados para as APNPs e tiveram de atuar dessa forma de maneira emergencial. Os alunos tbm [sic] não estavam preparados e muitos não deram conta das atividades à distância (Professor 13).

A terceira categoria *a priori* passa por descrever o uso da tecnologia para a ascensão social que é de fato o grande pilar que objetiva a inclusão sociodigital (Alves, 2017). Aqui alguns relatos dos estudantes exprimem suas experiências e como isto tem impactado seus cotidianos e ainda vai continuar impactando em momentos futuros.

> Eu sempre tive o hábito de estudar por livros, né? Então, no início, eu tive um bloqueio muito grande, porque eu abria o PDF do livro no computador, mas eu sentia aquela dificuldade. E hoje é uma coisa que eu faço, assim, eu não compro livros, é uma coisa que eu faço na minha rotina, assim, como estudante universitária, né? Então, me ajudou nesse ponto, me ajudou a mexer em ambientes virtuais (AVA), da escola em si, porque na faculdade que eu tô, a gente também tem esse sistema. Aprendi a mexer melhor com Word, com PowerPoint. Me ajudou muito também no meu desenvolvimento de fala, apesar da minha dicção ainda ser um pouco ruim. Mas me ajudou muito nesse desenvolvimento. Até pra conversar, apresentar trabalhos.

> Porque foi uma época que a gente tinha que gravar e apresentar, né? Editar um vídeo pra enviar. E eu... Nossa, eu odiava aparecer na frente da câmera nesse início pra ficar falando de tema de trabalho. Só que hoje, pra mim, é uma coisa natural também [...] eu acho que teve o lado ruim, mas pra esse lado de tecnologia, eu, particularmente, acho que foi muito bom. Pra descobrir as ferramentas que o notebook tem a me oferecer, pra facilitar a rotina do dia a dia. Então, foi bom (Aluna 6).

O relato da Aluna 6, acaba por demonstrar todas as etapas de um processo que acabou gerando inclusão, e que apesar de ter sido desenvolvido em um momento de enorme instabilidade, acabou gerando resultados de como a utilização da tecnologia com as suas infinidades de ferramentas e recursos, acaba contribuindo na vida pessoal, profissional, acadêmica e social. Alves (2017), avalia que tanto quanto a infraestrutura de tecnologia, também são essenciais a capacitação, o treinamento e o uso consciente das ferramentas e das habilidades para trazer os benefícios da utilização dos recursos tecnológicos.

Uma ex-aluna entrevistada que atualmente vive em outro país (nos Estados Unidos) e aceitou realizar a entrevista por meio de videoconferência, em seus relatos menciona que enfrentou dificuldades durante a pandemia devido à falta de acesso à internet na localidade rural onde morava, recebeu o auxílio emergencial de inclusão digital, além de um computador emprestado pelo Ifes, relatou também algumas dificuldades em acompanhar as aulas remotas neste período e a falta de contato direto com os professores, a pandemia de COVID-19 afetou sua saúde física, ela e membros de sua família contraíram o vírus, e o isolamento afetou sua saúde mental causando ansiedade. Mas que agora vivendo em outro país pretende continuar seus estudos e tem interesse de atuar na área da educação, especialmente em dar aulas de inglês. Além de outras atividades profissionais ela também trabalha como influenciadora digital e tem expandido sua presença online, citando como a experiência que teve estudando no Ifes foi fundamental para sua formação pessoal e atuação profissional, segue parte de trecho de sua narrativa em que demonstra como lida com os recursos de TICs:

> [...] na verdade é desde a época do Facebook eu sempre gostei muito de compartilhar as coisas e aí no Facebook já, já tinham algumas pessoas que acompanhavam. Depois eu criei o Instagram. Demorei bastante tempo para criar o Instagram na verdade e tem muitas pessoas lá que estão, que estão há muito tempo. E eu sou do interior, sou de Iúna, minha família toda é de Iúna. E eu compartilhava muitas coisas relacionadas à família. Porque como eu tenho uma família grande e conhecida as pessoas, tipo assim, da minha

> família gostavam de ver sobre o meu dia a dia. E era uma família muito grande e tal, então juntou essa quantidade de pessoas. Porém, agora eu mudei um pouco esse nicho de família, de interior. de mostrar somente o meu dia a dia, pra mostrar também a vida um pouco aqui. Porque eu acredito que tem muitas pessoas que têm essas dúvidas. E eu gosto muito, gosto muito desse ambiente digital. Gosto de trabalhar com isso. Em Iúna, eu trabalhava somente com isso. Enquanto, tipo assim, quando eu terminei o Ifes eu já comecei a trabalhar com isso, era a minha principal fonte de renda. é igual eu te falei não é nada fixo. minha outra renda que eu trabalhei no caso foi como, foi no digital, foi como como influencer, e hoje eu estou aqui e estou tentando fazer o meu nome aqui também (Aluna 9).

E apesar de alguns alunos passarem por maiores dificuldades, ao ponto de chegar até a impedir a continuidade dos estudos momentaneamente, como foi a situação enfrentada pelo Aluno 7, em que ouvimos do entrevistado que apesar dos problemas vivenciados, hoje em dia conta com o acesso e passou a lidar com a utilização das tecnologias no dia-a-dia.

> É difícil, né, porque, tipo, primeira vez que eu fui mexer, ter contato com o computador foi aqui, em 2019. E nem celular eu tinha, né? Aí, em 2020, com o computador lá em casa, eu tinha dificuldade, assim, de mexer, de pesquisar algumas coisas. O *wi-fi* também, tipo, era um negócio totalmente novo, né? Tipo, internet, ter tudo lá e tal. A minha dificuldade foi mais de acessar, de ter mais contato mesmo. [...] Desde 2020, depois a gente ficou com *wi-fi*, hoje eu tenho celular, e mexo, e tudo mais (Aluno 7).

Alguns entrevistados também ressaltaram com propriedade possuírem um pleno domínio na utilização das TICs, como o Aluno 5 ressalta: “[...] acaba que é como que a gente criou essa maior facilidade no domínio também das tecnologias”. Seguido pelo relato de outra aluna:

> [...] hoje tudo que eu posso fazer, eu tento fazer mais pelos meios digitais. Tanto a questão de organização de estudos, até *planner* diário mesmo, de rotina. Principalmente a questão do acesso, porque quando eu comecei a utilizar o computador eu não tinha muita ciência, não conhecia muitas coisas, então eu fui desenvolver de acordo com o que eu fui precisando[...] então hoje o que eu sei, eu aprendi bastante nesse período (Aluna 4).

Como forma de enriquecer a pesquisa com o levantamento de dados durante a etapa de questionários aplicados com os professores, que foram questionados sobre “Quais plataformas, programas ou recursos foram utilizados durante as APNPs?” seguido por “Antes da pandemia quais tecnologias ou ferramentas de comunicação eram utilizadas nas aulas?” E por fim “Quais tecnologias foram implantadas durante a

pandemia e quais ainda são utilizadas atualmente?" Com o objetivo de levantar as ferramentas que eram utilizadas antes, as que foram implementadas durante a pandemia e as que ainda são utilizadas após o término da pandemia, como as ferramentas e recursos foram agregados ao cotidiano, e se os alunos ainda têm alguma dificuldade de acessar estes conteúdos online são melhores visualizadas no Quadro 7 abaixo:

Quadro 7 - Tecnologias e ferramentas utilizadas pelos professores

Período	Tecnologias/Ferramentas	Descrição
Antes	• Datashow e projetores; • Google Drive; • Youtube; • PowerPoint; • Q-Acadêmico • Vídeos, filmes, músicas e imagens; • WS; • AVA Moodle; • Kahoot; • Padlet; • Atividade em computador; • Google Clasroom; • E-mail.	Ferramentas básicas para apresentação e compartilhamento de materiais de aula, principalmente como recurso audiovisual.
Durante	• Ava Moodle; • Google for Education (Meet, Drive, Clasroom, e-mail, forms, jamboard, etc.); • Whatsapp; • Youtube; • RNP; • Telegram; • Zoom; • Office (Word, Excel, Power Point); • Canva; • Sigaa; • Q-acadêmico; • Kahoot; • Padlet; • E-mail; • Autocad web; • OBS Studio; • Samsung notes; • Lousa digital;	Ferramentas utilizadas para viabilizar o ensino remoto, permitindo interação e entrega de atividades online. Destaque para o AVA Moodle, ferramentas do Google for Education, Whatsapp, Youtube e RNP.

Período	Tecnologias/Ferramentas	Descrição
Após	• AVA (Moodle); • Google for Education; • Videoconferência: Meet, Zoom, RNP etc. • WhatsApp; • Telegram; • Q-Acadêmico, • Youtube.	Continuação do uso de ferramentas adotadas durante a pandemia, com a inclusão de novas tecnologias como forma de melhorar o ensino.

Fonte: Elaborado pelo autor (2024).

É importante destacar que **todos** os professores que responderam à pesquisa (15 professores), utilizaram algum recurso ou ferramenta tecnológica antes, durante e continuam utilizando mesmo após a pandemia. Dos respondentes apenas 1 (um) não citou o AVA Moodle, mas todos os demais (14) passaram a utilizar durante as APNPs e ainda continuam empregando atualmente como forma de postagem de materiais e entrega de atividades. Após a realização das APNPs e do retorno as atividades presenciais pós-período de pandemia, além do já citado AVA Moodle, outras ferramentas do Google (como o Meet e o Drive), o WhatsApp, e outros aplicativos de videoconferência (Meet, Zoom, RNP, Skype) ainda são bastante demandados pelos professores.

Agora, de forma geral para finalizar este tópico, quanto ao impacto social gerado, vislumbramos e podemos inferir que o auxílio emergencial de inclusão digital, somado ao empréstimo de equipamentos e ao acompanhamento dos profissionais (professores, área pedagógica, assistência social estudantil, comissão de acesso e conectividade, coordenadoria de TI, gestão e servidores técnico administrativos, etc.) ajudaram a promover a inclusão dos estudantes menos favorecidos.

Estas percepções da utilização e o acesso das tecnologias como ferramentas condicionantes para a promoção de inclusão e de ascensão social, juntamente com todos os recursos colocados à disposição ajudam a responder ao objetivo específico de avaliar as metas, os resultados alcançados e o impacto social gerado e também aproxima do atingimento do problema e objetivo geral da pesquisa que é analisar de que forma o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e demais ações ajudaram a

promover a inclusão dos discentes nas realização das APNPs durante a pandemia de COVID-19.

5.3.5 Saúde física e mental durante e pós-pandemia

A pandemia não apenas afetou a forma como as aulas foram conduzidas no âmbito das instituições de ensino, mas também teve um impacto significativo na saúde física e mental de todos envolvidos no processo educacional (Rios; Nascimento, 2021). Após a coleta dos dados realizada com as entrevistas e questionários, emergiu uma categoria *a posteriori* relevante durante o processo de análise, que trata destas questões de saúde física e mental, explorar os dados coletados e categorizados se fez relevante para complementar os estudos sobre inclusão sociodigital e os desafios do ensino remoto emergencial.

Os participantes em um primeiro momento foram questionados se eles, seus familiares, ou pessoas próximas chegaram a contrair a COVID-19, e também como avaliam a sua saúde mental durante a pandemia e atualmente. O objetivo não é apenas apresentar resultados numéricos de quantidade de entrevistados que contraiu ou não contraiu a doença, e meramente se houve ou não impacto em termos de saúde mental, mas para além disso, trazer à tona os relatos, que em certos momentos, pela observação do entrevistador, foram emocionantes, deixando a reflexão de como isso tem um impacto significativo em todos os envolvidos, e ainda, como estas questões afetaram e ainda afetam o processo de ensino-aprendizagem e a inclusão sociodigital.

Entre os estudantes entrevistados, digamos que houve um empate técnico entre as respostas, dos 12 (doze) entrevistados, 5 (cinco) responderam que contraíram a COVID-19 e outros 6 (seis) que não tiveram, e apenas 1 (uma) não tem certeza, por não ter feito o teste para confirmar. Apesar do equilíbrio, mesmo com as medidas preventivas de afastamento e isolamento social, o uso de máscaras e cuidados de higiene, como lavar as mãos e o uso do álcool em gel, e depois com o surgimento da vacina, mesmo aqueles que não chegaram a contrair o vírus tiveram familiares ou pessoas próximas que tiveram a doença. Segue algumas das respostas obtidas:

> Sim, eu tive Covid, foi horrível, meu corpo parecia que pesava toneladas. Foi uma fase muito difícil [...] E a minha família também teve, todo mundo teve. [...]E eu acredito que eu tive covid mais de uma vez. Porém, eu não tenho certeza. Porque da primeira vez, eu tenho certeza que eu cheguei a fazer exames e eu fiquei muito mal. Das outras vezes também, eu passei muito mal. Mas quando eu cheguei a fazer o exame, já não tava mais no período de fazer o exame. Mas eu acredito que a gente teve covid mais de uma vez. (Aluna 9).

> É, a gente pegou depois (COVID-19). A gente pegou depois (eu minha família), mas assim, foi bem leve. E foi também depois que a gente já tinha tomado a primeira dose da vacina. Então, já ajudou a amenizar bastante os sintomas (Aluno 3).

> Cara, minha família, meus tios lá, meus primos pegaram o COVID, sim. Eu não peguei, não. E o meu contato social, eu, minha mãe, meu padrasto e minha irmã, a gente não pegou. Mas o pessoal ao redor lá, todo mundo contraiu[...] (Aluno 8).

> Eu mesmo não tive, mas lá em casa meu irmão, minha mãe e meu pai pegaram, mas isso foi, deixa eu ver... foi 2021 já, chegaram a pegar (Aluno 1).

> Eu não tive. Então, eu também não tenho muito contato com a minha família, então... não de ninguém próximo (Aluno 5).

> Eu não sei se eu tive, porque eu nunca fiz um teste. Eu também morava lá na roça, ficava mais isolada mesmo (Aluna 12).

Agora em se tratando da saúde mental no sentido de impactos causados pela COVID-19, com o distanciamento social que alterou os padrões de comportamento da sociedade em geral, e com o fechamento das escolas, as mudanças dos métodos de ensino-aprendizagem e também a dinâmica de trabalho e diversão, impossibilitando o contato próximo entre pessoas, o que é muito importante para a saúde mental. Uma pesquisa realizada pela Fiocruz, mostrou que mais de 60% dos estudantes relataram crises de ansiedade e dificuldade para dormir, já a falta de motivação e problemas de concentração foram reportados por mais de 80% deles, casos de ansiedade generalizada e depressão durante o primeiro ano da pandemia também foram apontados (Menezes, 2022). Seguindo esta percepção, destacamos a narrativa de duas ex-alunas entrevistadas:

Olha, eu não gosto nem de lembrar, mas nos primeiros meses da pandemia, eu emagreci, assim, uns 20 quilos ou mais. Eu fiquei só a pele e o osso mesmo. E eu não vi ninguém, não falei com ninguém. Eu acho que, na verdade, poucas pessoas souberam dessa fase minha. Porque assim que iniciou o COVID, a gente só ficava dentro de casa. E eu não podia ficar na casa dos meus avós. Porque minha mãe me proibiu de ficar lá. E eu ficava junto, só eu e minha mãe. dentro de uma casa, e eu nunca morei com a minha mãe, sempre morei com meus avós. Então eu senti muito, eu não podia ver ninguém, eu não podia ver o (nome do namorado). Tipo assim, todas as pessoas que estavam comigo. E eu fiquei uns seis meses, assim… Nesse estilo, pra depois que a gente… Aí que a gente viu que, assim, a COVID não era, assim… Claro que foi horrível, né, mas não foi, assim… Da forma que a gente pensou no início, que se eu saísse de casa, eu ia morrer, né. E aí, depois que eu comecei, tipo assim, não, não tem importância. Se o (nome do namorado) tá bem, eu tô bem, a gente pode se encontrar. Mas no início, eu passei uma fase muito difícil. Não tinha nada pra estudar, eles não estavam passando nada pra estudar. Porque a gente pensou que ia retornar. Eu não tinha nada pra fazer. Eu lembro que eu dormia muito, chorava muito. Porque eu lembro que teve uma época que eu pensei assim, todo mundo vai morrer. Não vai ficar ninguém. Porque era esse o sentimento que a gente tinha. E aí eu emagreci muito, sofri muito, mas... Mas graças a Deus eu acho que foi rápido, sabe? Graças a Deus acabou, né? Você vê que agora as coisas já estão tudo voltando ao normal, né? Porque o que era antes nunca mais vai ser. Muitas coisas mudaram, mas... Muitas coisas mudaram até pro bem, né? Pra falar a verdade (Aluna 9).

[...] mas em relação à saúde mental foi um período que foi muito difícil, porque como eu tava todo dia ali convivendo com os meus amigos, com os professores, quando eu me encontrei sozinha, né, porque eu sou filha única, então eu não tinha muito com quem conversar. Então, em relação à saúde mental, foi um período muito difícil, muito difícil mesmo. O meu maior refúgio foi estar em contato com a natureza, criar algum hobby, mas atualmente eu faço terapia e acompanhamento com psiquiatra também, E eu acho que o período da pandemia agravou muito isso, porque quando eu tive que sair de lá para vir para cá, depois que eu me formei, eu desenvolvi fobia social, transtorno do pânico. Então, acho que estar em isolamento fez com que eu desenvolvesse essas fobias, esse medo constante de me comunicar. A depressão, a ansiedade generalizada também, então foi um período muito difícil, eu recebia muito apoio dos meus pais, só que infelizmente a gente não tinha recursos para começar uma terapia naquele momento, né? Mas hoje eu tô bem melhor, faço acompanhamento, tomo as medicações, mas foi um período que foi pauleira, assim, no teor de saúde mental. no ponto de saúde mental, mas eu encontrava os meus momentos de refúgio, né? Ler um livro, ter o contato ali com a natureza, brincar com os meus bichos, que era o que eu mais fazia, assim, desenvolver um hobby, aprendia a fazer crochê, a bordar... Nossa, muita coisa, tudo pra manter a mente ocupada, enquanto eu não tava lá estudando, né? Tive muita dificuldade pra conseguir manter o foco, porque... Como eu tava no terceiro ano, entrava aquela preocupação da... Da, meu Deus, eu tenho que passar na faculdade, eu preciso passar na faculdade, eu não posso ficar sem fazer nada. Aí ia girando aquela ansiedade. Foi um período difícil, emocionalmente. Por estar sozinha, por ter essa pressão de ter que passar numa faculdade. E... Hoje... Estou bem, na medida do possível, seguindo, mas me sentindo feliz e realizada por ter passado por tudo isso, querendo ou não. Aprendi a fazer muitas coisas que eu não fazia, eu amadureci, me tornei adulta de verdade (Aluna 6).

Com os dados obtidos pelos outros grupos de entrevistados, alguns avaliaram não a sua condição pessoal, mas os relatos que ouviram de forma geral, segue as narrativas de servidores ligados ao ensino:

> [...]eu me lembro de alguns casos, por exemplo, de perdas familiares, igual uma aluna da graduação, por exemplo, teve uma perda familiar do pai e ela ficou muito mal psicologicamente, então ela perdeu praticamente um semestre. Então, assim, nós vivenciamos bastante essa questão. Teve um aluno do ensino médio que também perdeu a mãe no período de pandemia devido ao COVID mesmo, que também assim, a gente tentou dar um suporte nesse aluno, mas acabou saindo depois, então, assim, essa questão psicológica também da doença, das perdas familiares também impactaram muito durante o período (Membro 4).

> [...]Teve algumas também que se desligaram ao longo, né, tipo assim, desistiram de estudar pelas dificuldades desse estudo a distância, é que acredito que não foi próprio do campus Ibatiba, do Ifes em geral... De desmotivação, de depressão, de também teve casos assim que a gente não pode diagnosticar, mas que os pais falaram que a que a filha, também aluna, parecia estar num grau de depressão muito profundo, e que isso foi desmotivando tudo, ela simplesmente nem ligava o computador, seja para estudar, ou seja para um outro entretenimento, ela simplesmente nem ligava. Então, percebeu-se assim, que era um processo de depressão que ela estava passando... E a aluna acabou desistindo de estudar no Ifes (Membro 5).

Por sua vez, os profissionais docentes fizeram uma autoavaliação de suas demandas de trabalho alteradas com a pandemia de COVID-19 e como isso acaba afetando em suas condições pessoais e profissionais, separamos alguns trechos de relatos em que demonstram de forma explícita este impacto também em seus estados mentais.

> Trabalhador da educação nunca tem uma boa saúde mental. Durante a pandemia tivemos que realizar uma série de adequações e atender as demandas da época, pós pandemia voltamos ao que era antes somando tudo que foi agregado no período de pandemia. As atribuições aumentaram bastante, a carga horária de aulas para os docentes também aumentou e não existe nenhum serviço de formação com professores ou atendimento psicológico que não visa aumentar os trabalhos dos profissionais de ensino (Professor 5).

Importante destacar que outros sujeitos pesquisados também apontam no sentido que houve aumento de demandas e atribuições, além de não terem um controle de carga horária trabalhada, a dificuldade nos seus processos de formação e também a falta de atendimento psicológico que causam certa apreensão. Outras preocupações são apresentadas no relato a seguir:

> Foi uma prova árdua e uma luta diária em estabelecer limites entre trabalho e casa. Muitas vezes, me senti exaurida, com trabalhos que transcendem a aula, como a coordenação do Núcleo de Estudos Afro brasileiros e Indígenas, com reuniões mensais e com construção de eventos, além das reuniões e comissões. E ainda, assistir aos problemas dos nossos discentes, advindos dessa crise. Tudo isso somado ao medo pela vida, a ignorância com o ataque à Ciência em um governo extremista. Agora, os desafios são outros. O doutorado, por exemplo e a luta contínua pela formação nossa e dos que dependem de nós. Tento estabelecer limites em termos de tempo e volume de trabalho, apesar de nossas demandas extrapolaram. Mas ao menos, estamos de corpo e alma presentes (Professora 6).

Desta forma apresentamos um panorama geral destas questões de como a saúde tanto física quanto mental dos envolvidos, tanto dos estudantes quanto dos profissionais que atuam no ensino, foram impactadas neste período.

5.3.6 Contribuições do auxílio emergencial de inclusão digital e outras ações do Ifes – Campus Ibatiba na promoção da inclusão dos discentes

A análise dos dados coletados permitiu identificar os diferentes aspectos e impactos das APNPs durante a pandemia de COVID-19. As análises levantadas evidenciam os complexos desafios enfrentados, assim como as soluções que foram encontradas para promover a continuidade das atividades educacionais.

A transição para uma modalidade de ensino remoto exigiu adaptações tanto dos alunos quanto dos professores. As expectativas iniciais, conforme relato dos alunos, variaram desde a ansiedade e incerteza até a esperança de que as soluções adotadas permitiriam a continuidade em suas trajetórias educacionais, revelando um esforço coletivo para enfrentamento das adversidades e dificuldades técnicas, neste sentido o fornecimento de equipamentos como computadores, somados à disponibilização de auxílio financeiro para acesso à internet, foram cruciais e essenciais para a inclusão digital destes estudantes. No entanto, as dificuldades técnicas e condições dos alunos são reflexo das desigualdades sociais preexistentes, muitos deles dependiam de acesso por dados móveis ou tinham que se deslocar para obter melhor capacidade de sinal de internet, o que demonstra uma necessidade contínua de investimentos em infraestrutura digital, principalmente nestas áreas mais remotas e afastadas dos centros urbanos.

Desde a suspensão das atividades presenciais até a implementação e início das APNPs, houve um período de incertezas, porém de muito trabalho em normatizações para que se regulasse a forma a modalidade de ensino seria adaptada e colocada de fato em prática, mas este período foi necessário e decisivo para continuar ofertando um ensino de qualidade e que fosse possibilitado para todos os estudantes de forma mais inclusiva.

> Porque a gente não pode falar da aprendizagem, se a gente negou o principal na época, se tivesse negado a inclusão digital. Eu lembro também de discussões na reitoria, de reportagens que o Ifes estava demorando a desenvolver, a ofertar o ensino remoto, porque a prefeitura já tinha feito isso, o Estado já tinha feito aquilo, mas a nossa discussão era exatamente isso, o nosso público, ele é um público diferenciado e a gente estava tão bem ali lidando com adolescentes que chegaram aqui e aqui aprenderam a ligar o computador, né? [...] hoje é inimaginável, né? Alguém viver sem a tecnologia, mas muitos ainda não conseguem lidar com o computador, porque jogar, entrar na rede social, tudo isso é uma coisa, usar o equipamento é outra! Como habilidade, uma ferramenta de pesquisa, Word, Excel, Google, né? Isso eles tiveram pouquíssimo. Então muitos que, que aqui chegaram naquele ano e que começaram a aprender isso, voltaram para casa, aí chegaram em casa, não tinha o equipamento, tinha que entrar numa sala, num AVA que eles não sabiam nem o que era, porque não, não tinha isso antes. [...] Então a gente ainda teve que lidar com toda essa situação que ainda hoje existe, muitos alunos chegam aqui sem saber mexer no equipamento, você imagina se na época não tivesse tido a inclusão digital? Para aqueles que já estavam excluídos por não conhecer a tecnologia e por não ter acesso, então ia ser pior ainda (MEMBRO 3).

A concessão do auxílio emergencial de inclusão digital em conjunto com os outros auxílios para alimentação, moradia, transporte e didático, por exemplo, todos da política de assistência estudantil, nas percepções das narrativas dos entrevistados são cruciais para a permanência e êxito dos alunos, e além disso para a sobrevivência e melhores condições sociais (Januário, 2024).

> A gente sabe que quando eles passam a receber determinados tipos de auxílio alimentação, moradia, transporte, que faz toda a diferença na vida desses alunos, inclusive, para permanecer no Ifes, estudando. E foi justamente uma coisa que assim eu vivi muito isso durante esse processo, aí desse preenchimento de formulário com esses pais, porque como esse, todos os demais auxílios são feitos com a equipe de assistente social, enfermeira, assistente social, então às vezes até chega ao nosso conhecimento, alguma situação muito específica, muito pontual, mas assim, por estar atuando quase que de frente, é a família sentava e, primeiramente relatava qual situação estava vivendo. [...] E que depois, ao longo do processo, quando a gente, quando a gente viu a concessão de fato, a internet instalada, a gente viu que teve alunos que só concluíram porque tiveram esse auxílio (Membro 5).

As ações de inclusão sociodigital, como o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e o empréstimo de equipamentos, foram essenciais para garantir que os alunos pudessem participar das APNPs. No entanto, cabe a reflexão pois a eficácia dessas ações variou, foram relatadas dificuldades contínuas de acesso e até na utilização das tecnologias, portanto é importante destacar que ações mais integradas e contínuas para a inclusão digital que vão além das soluções emergenciais.

> [...] a gente nunca sabe e infelizmente pode voltar a acontecer e acredito que as experiências que a gente teve é bom que elas sejam gravadas, registradas daqui no futuro pra gente, caso isso volte a acontecer, a gente consiga lidar da melhor maneira possível, lidar de uma melhor forma que a gente teve na passada[...] (Membro 9).

A qualidade do ensino durante o período investigado foi um tema recorrente nos relatos. As dificuldades técnicas foram um obstáculo, a falta de preparo e até mesmo de formação dos professores para uma modalidade de ensino remoto e também as limitações dos alunos na adaptação a este novo processo de ensino-aprendizagem revelam a necessidade de capacitação contínua para os servidores docentes e todos aqueles ligados ao ensino, no investimento em melhorias na infraestrutura tecnológica, essas podem ser as áreas críticas para contextos eventuais e futuros que possam necessitar de um ensino híbrido ou totalmente remoto.

Em resumo, a experiência das APNPs no Ifes – Campus Ibatiba durante a pandemia de COVID-19 revelou os desafios e oportunidades para a educação em tempos de crise. As lições aprendidas apontam para a importância dos investimentos contínuos na infraestrutura digital, no atendimento das necessidades de assistência estudantil, e também no suporte psicológico e capacitação contínua dos profissionais, visando uma educação mais inclusiva e resiliente no enfrentamento das adversidades surgidas a cada dia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada teve como objetivo analisar a efetividade do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e outras ações promovidas pelo Ifes – Campus Ibatiba, no contexto da pandemia de COVID-19, para a inclusão sociodigital de seus discentes. A investigação trouxe à tona reflexões sobre os desafios enfrentados por alunos, professores e membros da comissão de inclusão digital, além de apresentar contribuições significativas para estudos futuros.

A principal questão da pesquisa buscou entender como o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital e demais ações do Ifes – Campus Ibatiba ajudaram a promover a inclusão dos discentes na realização das APNPs durante a pandemia de COVID-19, foi amplamente explorado através de entrevistas, questionário e levantamento documental. Constatou-se que o auxílio contribuiu substancialmente para a inclusão e permanência dos estudantes no ambiente acadêmico, mesmo em um cenário marcado por diversas incertezas, além de cortes orçamentários e de recursos insuficientes. A pesquisa também revelou que, embora as desigualdades no acesso às tecnologias digitais já existissem antes da pandemia, o contexto pandêmico intensificou essas disparidades, agravando a exclusão digital em determinados grupos.

As limitações da pesquisa, como a quantidade reduzida de participantes, o tempo limitado e a impossibilidade de entrevistar todos os envolvidos, foram reconhecidas. Além disso, a própria dificuldade e habilidade de comunicação por parte do pesquisador podem de alguma forma ter interferido, e impactado a profundidade das entrevistas realizadas. No entanto, a diversidade de perspectivas coletadas, abrangendo alunos, ex-alunos, membros da comissão de inclusão digital e professores, fortaleceu a validade dos achados.

Esta pesquisa oferece importantes contribuições para o entendimento das políticas de inclusão digital e para a formulação de estratégias futuras. Os resultados indicam que, apesar dos desafios, o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital atendeu aos seus objetivos, promovendo a inclusão e contribuindo para a permanência e êxito dos estudantes. As ações institucionais desempenharam um papel crucial na garantia dos

meios mínimos para a continuidade das atividades pedagógicas, mesmo em face de um cenário de acirramento das desigualdades e cortes orçamentários sofridos.

Conforme observado por Da Silva Gomes et al. (2022), “a pandemia impulsionou o desenvolvimento de ações denominadas de inclusão digital, mas não necessariamente foram realizadas ações de inclusão digital, tal qual seu conceito denota [...]”. não podemos deixar de considerar a inegável importância que as ações institucionais, encabeçadas majoritariamente pelos setores de assistência estudantil nas Instituições de ensino, tiveram na garantia dos meios mínimos para a que houvesse a retomada do ensino por meio remoto. O que reforça a importância das políticas de inclusão digital na mitigação das desigualdades educacionais exacerbadas pela pandemia.

O Ifes, em comparação com outras escolas, agiu de forma rápida na organização e execução do auxílio e das demais ações de inclusão, o que foi fundamental para a continuidade do ensino e aprendizado durante o período de crise. Além disso, as tecnologias digitais, quando bem aplicadas, mostraram-se eficazes no fortalecimento da equidade na educação, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e a inclusão sociodigital.

Para pesquisas futuras, sugere-se explorar o impacto de longo prazo dessas medidas na vida acadêmica dos estudantes, considerando aspectos como evasão escolar, desempenho acadêmico e saúde mental. Recomenda-se a realização de um estudo longitudinal, coletando dados de uma mesma amostra ao longo do tempo, o que possibilitará uma compreensão mais profunda das relações observadas e dos efeitos continuados das políticas de inclusão digital na trajetória dos alunos beneficiados. Outras possíveis áreas de investigação incluem a eficácia das metodologias ativas utilizadas durante as APNPs e o papel da inteligência artificial (IA) e novas tecnologias como ferramentas pedagógicas, conforme já vem sendo discutido em debates recentes promovidos pelo próprio Ifes.

Em termos de políticas, é essencial discutir a alocação de recursos orçamentários do Governo Federal e do Ifes para ampliar o número de bolsas e estudantes atendidos, além de criar mecanismos de acompanhamento da assistência social e psicológica, com foco na saúde mental. A representação estudantil nos processos de avaliação e

monitoramento da política do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAE) deve ser reforçada. Também é recomendada a reformulação das políticas de assistência, contemplando o auxílio internet, a alocação de mais recursos humanos, financeiros e operacionais, e a continuidade dos programas de inclusão digital.

Por fim, cabe ressaltar o desenvolvimento e aprovação do novo curso técnico subsequente em Informática que fará parte do novo eixo tecnológico do Ifes – Campus Ibatiba, tendo sua primeira aprovação no Colégio de Dirigentes e representa uma importante expansão das oportunidades educacionais, demonstrando o compromisso da instituição com o fortalecimento da inclusão digital e o desenvolvimento de habilidades para o futuro.

Espera-se que a discussão e reflexão aqui realizadas ampliem o olhar para esta área e favoreçam a implementação de práticas em inclusão sociodigital nas escolas públicas, nas universidades e outros institutos federais de ensino. Esse estudo busca, portanto, contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e inclusivas, que garantam a equidade e a qualidade no processo de ensino-aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lília Bilati de *et al.* O retrato da exclusão digital na sociedade brasileira. **JISTEM-Journal of Information Systems and Technology Management**, v. 2, p. 55-67, 2005.

ALVES, Elaine Jesus. **Formação de professores, Literacia Digital e Inclusão Sociodigital: Estudo de caso em curso a distância da Universidade Federal do Tocantins**. 2017. Tese de Doutorado. Universidade do Minho (Portugal).

ALVES, Elaine Jesus; DA SILVA, Bento Duarte. Formação Docente Online: a inclusão sociodigital para além do acesso às tecnologias digitais de informação e comunicação. **Aturá-Revista Pan-Amazônica de Comunicação**, v. 1, n. 2, p. 242-262, 2017.

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; NOGUEIRA, Letícia Pereira Mendes; DO COUTO NEVES, Lucas. Rural Education Teacher Training: Remote Learning Challenges in Brazilian IFES during the COVID-19 Pandemic. **Education Policy Analysis Archives**, v. 30, 2022.

BALDASSAR, Loretta; WILDING, Raelene. Migration, aging, and digital kinning: The role of distant care support networks in experiences of aging well. **The Gerontologist**, v. 60, n. 2, p. 313-321, 2020.

BARDIN, Lawrence. Análise de conteúdo. ***São Paulo: edições***, v.70, 2016.

BOLZAN, Larissa Medianeira; LÖBLER, Mauri Leodir. Socialização e afetividade no processo de inclusão digital: um estudo etnográfico. **Organizações & Sociedade**, v. 23, p. 130-149, 2016.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. **Inclusão digital: polêmica contemporânea**. Edufba, 2011.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 161, n.8-B, p. 1-2, 11 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Plataforma Nilo Peçanha.** Figura extraída de: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiZDhkNGNiYzgtMjQ0My00OGVlLWJjNzYtZWQwYjI2OThhYWM1IiwidCI6IjllNjgyMzU5LWQxMjgtNGVkYi1iYjU4LTgyYjJhMTUzNDBmZiJ9>. Acesso em: 29 jul. 2024.

CARBONERA, Silvana Maria *et al.* O uso consciente da tecnologia como elemento essencial para uma inclusao sociodigital efetiva. In: **Anais do I Workshop sobre as Implicações da Computação na Sociedade**. SBC, 2020. p. 37-48.

CARREIRA, Fernanda Cassab et al. Ensino Remoto em tempos de pandemia: Oportunidades para uma aprendizagem transformadora. **Revista de Administração de Empresas**, v. 63, p. e2021-0703, 2023.
CASTELLS, Manuel; CARDOSO, Gustavo. A sociedade em rede: do conhecimento à acção política. 2005.

CAZELOTO, Edilson. Inclusão digital: uma visão crítica. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008.

CERQUINHO, Kleomara Gomes; TAVARES, Wellington; PAULA, Ana Paula Paes de. Inclusão digital para quê e para quem?: Observação do Portal Inclusão Digital do Governo Federal Brasileiro. 2015.

COELHO, Acileide Cristiane Fernandes; CONCEIÇÃO, Maria Inês Gandolfo. Exclusión sociodigital y desprotección de niños, adolescentes y familias en tiempos de crisis. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 16, n. 2, p. 1-16, 2021.

CRESWELL, John W. Educational research: Planning, conducting, and evaluating quantitative and qualitative research. **Pearson Education**, Inc, 2012.

CUNHA, Maria Soares *et al.* Políticas de Assistência Estudantil, no Contexto da Pandemia da Covid-19, para Permanência Discente. **Educitec-Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, p. e187722-e187722, 2022.

DA SILVA, Chayene Cristina Santos Carvalho; DE SOUSA TEIXEIRA, Cenidalva Miranda. O uso das tecnologias na educação: os desafios frente à pandemia da COVID-19. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 9, p. 70070-70079, 2020.

DA SILVA GOMES, Lucélia Maria Lima *et al.* A inclusão digital nas IFES nordestinas: reflexões a partir das ações desenvolvidas durante a pandemia. **Revista de Políticas Públicas**, v. 26, n. 1, p. 29-45, 2022.

FERREIRA, Denise Helena Lombardo et al. Processo de ensino e aprendizagem no contexto das aulas e atividades remotas no Ensino Superior em tempo da pandemia Covid-19. **Revista práxis**, v. 12, n. 1sup, 2020.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia. **Editora Paz e Terra**, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

HRW. Terrível impacto global da pandemia sobre a educação. **Human Rights Watch**, 17 maio 2021. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2021/05/17/378673>. Acesso em: 21 jan. 2023.

INSTITUTO DATASENADO. Impactos da pandemia na educação no Brasil. **Portal Institucional Do Senado Federal**, 2022. Disponível em:

<https://www12.senado.leg.br/institucional/datasenado/materias/pesquisas/impactos-da-pandemia-na-educacao-no-brasil>. Acesso em: 21 jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS IBATIBA. **Diretoria De Administração E Planejamento - Dap - Anuário Dap**. Disponível em: <https://ibatiba.Ifes.edu.br/index.php/diretoria-de-administracao-e-planejamento-dap?start=1.>. Acesso em: 10 de mar. de 2023

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO - CAMPUS IBATIBA. Ifes Ibatiba aumenta assistência estudantil durante a Pandemia do Covid-19. **Ifes - Campus Ibatiba - Página inicial**, 2020. Disponível em: <https://ibatiba.ifes.edu.br/index.php/noticias/16682-ifes-ibatiba-aumenta-assistencia-estudantil-durante-a-pandemia-do-covid-19>. Acesso em: 21 jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). (s.d.). O Ifes. **Página inicial**, [2023]. Disponível em: <https://ifes.edu.br/o-ifes>. Acesso em: 21 jan. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Atividades pedagógicas não presenciais no Ifes. *Ifes*, 2020. Disponível em: <https://ifes.edu.br/noticias/19319-atividades-pedagogicas-nao-presenciais-no-ifes#lbl-campi>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Conif divulga nota sobre medidas em relação ao novo coronavírus. *Ifes*, 2020. Disponível em: <https://www.ifes.edu.br/noticias/19191-conif-divulga-nota-sobre-medidas-em-relacao-ao-novo-coronavirus>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Ifes lança regulamento do auxílio emergencial de inclusão digital. *Ifes - Campus Ibatiba*, 2020. Disponível em: <https://ibatiba.ifes.edu.br/index.php/noticias/16620-ifes-lanca-regulamento-do-auxilio-emergencial-de-inclusao-digital>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Ifes regulamenta atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia do novo coronavírus. *Ifes*, 2020. Disponível em: <https://ifes.edu.br/noticias/19300-ifes-regulamenta-atividades-pedagogicas-nao-presenciais-durante-a-pandemia-do-novo-coronavirus>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Início das atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) e orientações. *Ifes - Campus Ibatiba*, 2020. Disponível em: <https://ibatiba.ifes.edu.br/index.php/noticias/16608-inicio-das-atividades-pedagogicas-nao-presenciais-apnps-e-orientacoes>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Portaria nº 1182, de 1 de junho de 2020. Disponível em: <https://gedoc.ifes.edu.br/documento/5F74B99FD8D5D9DD972E057879AECD82?inline>. Acesso em: 08 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Portaria nº 1544, de 18 de agosto de 2020. Disponível em: <https://gedoc.ifes.edu.br/documento/8D70D2EE475C3667D9B007501BE1EDA4?inline>. Acesso em: 08 mai. 2023.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Resolução CS nº 01/2020, de 17 de abril de 2020. Dispõe sobre a realização de atividades pedagógicas não presenciais no âmbito do Instituto Federal do Espírito Santo como medida de enfrentamento à pandemia do novo coronavírus. Ifes, 2020. Disponível em: <https://ifes.edu.br/images/stories/Resolu%C3%A7%C3%A3o_CS_1_2020_-_Atividades_N%C3%A3o_Presenciais_-_Alterado_pela_CS_25_2020_CS_47_2020__CS_54_2020__CS_63_2020_CS_3_2021_CS_5_2021_e_CS_19_2021.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (Ifes). Atividades Pedagógicas Não Presenciais no Ifes, 2021. Disponível em: <https://ifes.edu.br/noticias/19319-atividades-pedagogicas-nao-presenciais-no-ifes#lbl-resolucao>. Acesso em: 21 jan. 2023.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA - INEP. (2021). Estatísticas revelam os impactos da pandemia na educação. **gov.br**, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/institucional/estatisticas-revelam-os-impactos-da-pandemia-na-educacao>. Acesso em: 21 jan. 2023.

JANUÁRIO, Maressa do Carmo Hubner. **Análise da política pública de assistência estudantil na permanência dos alunos do IFES – Campus Ibatiba: uma abordagem crítica**. 2024.

LACRUZ, A.J.; LEITE, M.C.O. **Organizando projetos de pesquisa**. Vitória: Instituto Federal do Espírito Santo, 2021.

LACRUZ, A. J.; PEZZIN, C. M. da S.; CARNIEL, F.; LEMOS. K. R. Efeitos da pandemia sobre o abandono escolar no Espírito Santo. *In:* B-TECH CONGRESS. 2., 2022, Vitória. *Anais eletrônicos...* Vitória, Fucape Business School , 2022. Disponível em <https://fucape.br/wp-content/uploads/2022/11/659-EFEITOS-DA-PANDEMIA-SOBRE-O-ABANDONO-ESCOLAR.pdf>.

LAKATOS, Eva Mari; MARCONI, Marina de Andrade. Metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARCON, Karina. INCLUSÃO E EXCLUSÃO DIGITAL EM CONTEXTOS DE PANDEMIA: QUE EDUCAÇÃO ESTAMOS PRATICANDO E PARA QUEM? **Criar Educação**, v. 9, n. 2, p. 80-103, 2020.

MARCON, Karina *et al.* Práticas pedagógicas no contexto da cultura digital: um estudo de caso. **Revista e-Curriculum**, v. 19, n. 1, p. 34-56, 2021.

MARX, Karl. **O Capital**. Grupo GEN, 2018. E-book. ISBN 9788521635420. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788521635420/>. Acesso em: 21 abr. 2023.

MENEZES, Maíra. Pesquisa identifica o impacto da pandemia em estudantes. **Fundação Oswaldo Cruz**, 22 nov. 2022. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/noticia/pesquisa-identifica-o-impacto-da-pandemia-em-estudantes>. Acesso em: 22 jul. 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Relatório de atividades: ações do MEC em resposta à pandemia de COVID-19. Brasília: MEC, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias_1/relatorio-de-atividades-aponta-acoes-do-mec-e-suas-vinculadas-em-resposta-a-pandemia-de-covid-19#:~:text=O%20objetivo%20do%20Relat%C3%B3rio%20%C3%A9,efeitos%20no%20sistema%20educacional%20brasileiro.>. Acesso em: 20 nov. 2023.

NETO, Beatriz Ferreira et al. A percepção dos discentes em relação aos processos de ensino e aprendizagem no período remoto em meio a pandemia. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 52013-52031, 2021.

NETO, Joaquim Maria Ferreira Antunes. Sobre ensino, aprendizagem e a sociedade da tecnologia: por que se refletir em tempo de pandemia?. **Prospectus (ISSN: 2674-8576)**, v. 2, n. 1, 2020.

NEVES, Bárbara Coelho; FREIRE, Isa Maria; SUAIDEN, Emir José. Conscientização da metamorfose: diálogo entre os conceitos de inclusão e integração no contexto da inclusão sociodigital. 2018.

NEVES JÚNIOR, Waldemar Antônio das; MARQUES, Lumaira Maria Nascimento Silva da Rocha; TEIXEIRA, Michelle Cecille Bandeira. A educação e o ensino de bioética em época de pandemia. **Revista Brasileira de Educação Médica**, v. 45, 2021.

NOBRE, Ana; MOURAZ, Ana. Reflexões sobre os efeitos da pandemia na aprendizagem digital. **Dialogia**, p. 367-381, 2020.

NUNES, Claudio Pinto; RAIC, Daniele Farias Freire; DE FIGUEIREDO SOUZA, Ester Maria. Education in the pandemic: questions about teaching work, curriculum and remote teaching. **Revista Tempos e Espaços em Educação**, v. 14, n. 33, p. e16047-e16047, 2021.

OLIVEIRA, Raquel Mignoni de; CORRÊA, Ygor; MORÉS, Andréia. Ensino remoto emergencial em tempos de covid-19: formação docente e tecnologias digitais. **Revista Internacional de Formação de professores**, v. 5, p. e020028-e020028, 2020.

PNUD. IDHM Municípios 2010 | United Nations Development Programme. **UNDP**, 2010. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/brazil/idhm-municípios-2010>. Acesso em: 21 jan. 2023.

Portal de Dados do Cetic.br - DataCetic. (s.d.). **Portal de Dados do Cetic.br - DataCetic**. Disponível em: <https://data.cetic.br/explore/?pesquisa_id=1&unidade=Domicílios>. Acesso em: 21 jan. 2023.

RAGNEDDA, Massimo. Conceptualizing digital capital. **Telematics and informatics**, v. 35, n. 8, p. 2366-2375, 2018.

RAGNEDDA, Massimo; RUIU, Maria Laura; ADDEO, Felice. Measuring digital capital: An empirical investigation. **New Media & Society**, v. 22, n. 5, p. 793-816, 2020.

RAMONET, Ignacio. A explosão do jornalismo: das mídias de massa à massa de mídias. São Paulo: Publisher Brasil, 2018.

RECHE, María Pilar Cáceres *et al.* El impacto del estado de alarma decretado por la COVID-19 en la inclusión educativa. **Texto Livre**, v. 14, 2022.

RIBEIRO, Leandro Nieves. Clima do Espírito Santo. **InfoEscola**. Disponível em: <https://www.infoescola.com/geografia/clima-do-espirito-santo/>. Acesso em: 2 jul. 2024.

RIOS, Jane Adriana Vasconcelos Pacheco; NASCIMENTO, Leandro Gileno Militão. PROFISSÃO DOCENTE E ENSINO REMOTO EMERGENCIAL. Coletânea Profissão Docente na Educação Básica. 1.ed. Curitiba: Brazil Publishing, v.6, 1037 p. 2021.

ROCHA, Sinara Socorro Duarte. Promovendo a Inclusão Sócio-Digital na Escola Pública: O Projeto “Minha escola, minha vida” e suas implicações no cotidiano discente. **Revista Tecnologias na Educação**, v. 2, n. 1, 2010.

SILVA, Tatiane das Graças da. Entre atividades pedagógicas presenciais e não presenciais no ensino médio integrado: práticas curriculares e o uso das tecnologias digitais no contexto pandêmico. 2023. 259 f. Dissertação (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal do Espírito Santo, Programa de Pós Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, Vitória, 2023.

SZENT-GYORGYI, Albert. **Bioenergetics**. Academic Press, 1957.

UNESCO. Educação: uma crise sem precedentes. **UNESCO**, 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/courier/2020-3/educacao-uma-crise-sem-precedentes>. Acesso em: 21 jan. 2023.

UNICEF *et al.* The State of the Global Education Crisis: a path to recovery. 2021.

VIANA, Maria Neuraildes Gomes et al. As dificuldades de aprendizagem discente e as tecnologias educacionais em tempos de pandemia de COVID-19. **Conjecturas**, v. 22, n. 4, p. 68-81, 2022.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. Antônio Flávio Pierucci (Ed.). São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

YANG, Hui *et al.* Studies on the Digital Inclusion Among Older Adults and the Quality of Life—A Nanjing Example in China. **Frontiers in Public Health**, v. 10, 2022.

YIN, Robert K. **Applications of case study research**. Beverly Hills CA: Sage Publishing, 2001.

APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Projeto: INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES -CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL
Responsável: Danyllo Rodrigues de Amorim
Orientador: Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza
Contato com pesquisador responsável: (28) 99883-3863
E-mail: danyllokurt@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES: Programa de Pós-Graduação em Administração.
Endereço: Av. Fernando Ferrari, n. 514, Goiabeiras, Vitória, ES. CEP 29075-910.
Telefones para contato: (27) 4009-2794 / (27) 4009-2794.
Instância para denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES):
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. Tel: (27) 3145-9820
E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com
Instância para denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES):
O Comitê de Ética em Pesquisa do Ifes (CEP/Ifes) é encarregado da avaliação ética dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos como sujeito participante da pesquisa. São encaminhados para o CEP/Ifes os projetos que contam com a participação de pesquisadores e estudantes do Ifes, ou de instituições que mantenham convênio científico com o Ifes.
Av. Rio Branco, nº 50 – Santa Lúcia, Vitória – ES, CEP 29.056-255. Tel: (27) 99286-3660 e (27) 3357-7518
E-mails: etica.pesquisa@ifes.edu.br e secretaria.cep@ifes.edu.br

INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE
Convidamos você a participar como voluntário(a) da pesquisa "INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES -CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL", que objetiva investigar se o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital promoveu a inclusão dos discentes na realização das atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia de COVID 19. Meu nome é Danyllo Rodrigues de Amorim, sou aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a orientação do Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza.

A pesquisa está sendo feita no campus no qual você é/foi matriculado, por meio desta entrevista presencial, que será respondido sobre: (a) informações gerais; (b) estudos e acessibilidade; (c) auxílios e assistência estudantil; e (d) ensino durante a pandemia. Estima-se que a entrevista levará cerca de 30 minutos.

A sua participação poderá envolver riscos mínimos, tais como conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido, insegurança quanto a melhor resposta que deve ser fornecida, incômodo diante de alguma pergunta que possa lhe gerar certo embaraço ou constrangimento para responder as perguntas. Para tentar minimizar possíveis efeitos adversos realizaremos a entrevista em um ambiente livre de ruídos e de presença de outras pessoas.

Quanto aos benefícios desta pesquisa, vislumbra-se contribuir para a melhor avaliação da política pública, se o modelo adotado foi suficiente para garantir a permanência, a inclusão sociodigital no contexto da pandemia e ensino remoto e a possibilidade de aplicação prática para tomada de decisão por parte dos gestores com a avaliação e efetividade para implementação e desenvolvimento de outras políticas voltadas à assistência estudantil. Desta forma, os resultados identificados garantirão informações importantes para a comunidade científica e a sociedade em geral.

O estudo refere-se a uma pesquisa acadêmica cujos resultados serão de uso restrito e confidencial para a dissertação de Mestrado em Administração da UFES, sendo mantido o anonimato de todos os participantes e o sigilo de informações pessoais.

Você irá participar sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar com o sucesso da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado (a) pelos pesquisadores.

Você não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada lhe será pago por sua participação; entretanto, caso haja alguma despesa com a participação na pesquisa, é garantido o devido ressarcimento, bem como também é garantido o direito de buscar indenização em caso de eventual dano decorrente da pesquisa.

Sua entrevista será gravada, mas eu, pesquisador, só usarei a transcrição das informações que você cedeu sem divulgar a sua voz.

Caso queira esclarecer alguma dúvida, pode me contatar pessoalmente, pelo e-mail "danyllokurt@gmail.com", ou pelo telefone (28) 99883-3863.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar desta pesquisa. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Agradecemos muito sua atenção e valiosa contribuição!

Danyllo Rodrigues de Amorim
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
□ Declaro que li o TCLE e aceito participar da pesquisa

_____ _____

Assinatura do Participante Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE B – Termo de Assentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TALE

Projeto: INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES -CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL
Responsável: Danyllo Rodrigues de Amorim
Orientador: Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza
Contato com pesquisador responsável: (28) 99883-3863
E-mail: danyllokurt@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES: Programa de Pós-Graduação em Administração.
Endereço: Av. Fernando Ferrari, n. 514, Goiabeiras, Vitória, ES. CEP 29075-910.
Telefones para contato: (27) 4009-2794 / (27) 4009-2794.
Instância para denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES):
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. Tel: (27) 3145-9820
E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com
Instância para denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES):
O Comitê de Ética em Pesquisa do Ifes (CEP/Ifes) é encarregado da avaliação ética dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos como sujeito participante da pesquisa. São encaminhados para o CEP/Ifes os projetos que contam com a participação de pesquisadores e estudantes do Ifes, ou de instituições que mantenham convênio científico com o Ifes.
Av. Rio Branco, nº 50 – Santa Lúcia, Vitória – ES, CEP 29.056-255. Tel: (27) 99286-3660 e (27) 3357-7518
E-mails: etica.pesquisa@ifes.edu.br e secretaria.cep@ifes.edu.br

INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE

Convidamos você a participar como voluntário(a) da pesquisa "INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES -CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL", que objetiva investigar se o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital promoveu a inclusão dos discentes na realização das atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia de COVID 19. Meu nome é Danyllo Rodrigues de Amorim, sou aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a orientação do Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza.

Informamos que seu responsável legal permitiu a sua participação. Gostaríamos muito de contar com você, mas você não é obrigado a participar. Outros adolescentes participantes desta pesquisa têm de 15 anos de idade a 17 anos de idade.

A pesquisa está sendo feita no campus no qual você é/foi matriculado, por meio desta entrevista presencial, que será respondido sobre: (a) informações gerais; (b) estudos e acessibilidade; (c) auxílios e assistência estudantil; e (d) ensino durante a pandemia. Estima-se que a entrevista levará cerca de 30 minutos.

A sua participação poderá envolver riscos mínimos, tais como conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido, insegurança quanto a melhor resposta que deve ser fornecida, incômodo diante de alguma pergunta que possa lhe gerar certo embaraço ou constrangimento para responder as perguntas. Para tentar minimizar possíveis efeitos adversos realizaremos a entrevista em um ambiente livre de ruídos e da presença de outras pessoas.
Quanto aos benefícios desta pesquisa, vislumbra-se contribuir para a melhor avaliação da política pública, se o modelo adotado foi suficiente para garantir a permanência, a inclusão sociodigital no contexto da pandemia e ensino remoto e a possibilidade de aplicação prática para tomada de decisão por parte dos gestores com a avaliação e efetividade para implementação e desenvolvimento de outras políticas voltadas à assistência estudantil. Desta forma, os resultados identificados garantirão informações importantes para a comunidade científica e a sociedade em geral.

O estudo refere-se a uma pesquisa acadêmica cujos resultados serão de uso restrito e confidencial para a dissertação de Mestrado em Administração da UFES, sendo mantido o anonimato de todos os participantes e o sigilo de informações pessoais.

Você está convidado a participar sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar com o sucesso da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado (a) pelos pesquisadores.

Você não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada lhe será pago por sua participação; entretanto, caso haja alguma despesa com a participação na pesquisa, é garantido o devido ressarcimento, bem como também é garantido o direito de buscar indenização em caso de eventual dano decorrente da pesquisa.

Sua entrevista será gravada, mas eu, pesquisador, só usarei a transcrição das informações que você cedeu sem divulgar a sua voz.

Caso queira esclarecer alguma dúvida, pode me contatar pessoalmente, pelo e-mail "danyllokurt@gmail.com", ou pelo telefone (28) 99883-3863.

Declaro que fui verbalmente informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente concordo em participar desta pesquisa. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Assentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

Agradecemos muito sua atenção e valiosa contribuição!

CONSENTIMENTO PÓS-INFORMADO

Eu _____ aceito o convite de participar da pesquisa “INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES -CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL”. Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer. Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que posso dizer “não” e desistir a qualquer momento que ninguém vai ficar com raiva/chateado comigo. Os pesquisadores esclareceram minhas dúvidas e se dispuseram a responder qualquer questionamento aos meus pais/responsável legal. Recebi uma cópia deste termo de assentimento, li e quero/concordo em participar da pesquisa/estudo.

_____, _____ de _____ de 2023.

_____	_____
Assinatura do menor	Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICE C – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido Online

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Pesquisa: INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES -CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL
Responsável: Danyllo Rodrigues de Amorim
Orientador: Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza
Contato com pesquisador responsável: (28) 99883-3863
E-mail: danyllokurt@gmail.com

Universidade Federal do Espírito Santo – UFES: Programa de Pós-Graduação em Administração.
Endereço: Av. Fernando Ferrari, n. 514, Goiabeiras, Vitória, ES. CEP 29075-910.
Telefones para contato: (27) 4009-2794 / (27) 4009-2794.
Instância para denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES):
Av. Fernando Ferrari, 514 - Campus Universitário, sala 07 do Prédio Administrativo do CCHN, Goiabeiras, Vitória - ES, CEP 29.075-910. Tel: (27) 3145-9820
E-mail: cep.goiabeiras@gmail.com
Instância para denúncias e/ou intercorrências na pesquisa, entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (IFES):
O Comitê de Ética em Pesquisa do Ifes (CEP/Ifes) é encarregado da avaliação ética dos projetos de pesquisa que envolvem seres humanos como sujeito participante da pesquisa. São encaminhados para o CEP/Ifes os projetos que contam com a participação de pesquisadores e estudantes do Ifes, ou de instituições que mantenham convênio científico com o Ifes.
Av. Rio Branco, nº 50 – Santa Lúcia, Vitória – ES, CEP 29.056-255. Tel: (27) 99286-3660 e (27) 3357-7518
E-mails: etica.pesquisa@ifes.edu.br e secretaria.cep@ifes.edu.br

INFORMAÇÕES AO PARTICIPANTE
Convidamos você a participar como voluntário(a) da pesquisa "INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19: A EXPERIÊNCIA NO IFES -CAMPUS IBATIBA COM A UTILIZAÇÃO DO PROGRAMA AUXÍLIO EMERGENCIAL DE INCLUSÃO DIGITAL", que objetiva investigar se o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital promoveu a inclusão dos discentes na realização das atividades pedagógicas não presenciais durante a pandemia de COVID 19. Meu nome é Danyllo Rodrigues de Amorim, sou aluno de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), sob a orientação do Prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza.

A pesquisa está sendo feita no campus no qual você realiza suas atividades, e por meio de um questionário eletrônico, responderá sobre: (a) informações gerais; (b) recursos de TICs colocados à disposição; (c) auxílios e assistência estudantil; e (d) ensino durante a pandemia. Estima-se que a resposta ao questionário levará cerca de 20 minutos.

A sua participação poderá envolver riscos mínimos, tais como conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido, insegurança quanto a melhor resposta que deve ser fornecida, incômodo diante de alguma pergunta que possa lhe gerar certo embaraço ou constrangimento para responder. Para tentar minimizar possíveis efeitos adversos sugere-se o preenchimento do formulário em um ambiente livre de ruídos e de presença de outras pessoas.

Os riscos associados ao ambiente virtual que podem incluir: dificuldades de acesso ao formulário ou questionário online devido a questões técnicas ou limitações de conectividade e o risco de violação dos dados reconhecendo que a transmissão de dados pela internet pode estar sujeita a risco de segurança, embora todas as precauções razoáveis sejam tomadas para a proteção dos dados, não é possível garantir a total segurança das informações transmitidas por meio virtual. Ao término da coleta de dados a fim de garantir a segurança e confidencialidade dos dados dos participantes o pesquisador responsável se compromete a realizar o download das informações coletadas para um dispositivo eletrônico local, apagando em seguida todos os registros em plataformas virtuais, ambientes compartilhados ou armazenamento em nuvem.

Quanto aos benefícios desta pesquisa, vislumbra-se contribuir para a melhor avaliação da política pública, se o modelo adotado foi suficiente para garantir a permanência, a inclusão sociodigital no contexto da pandemia e ensino remoto e a possibilidade de aplicação prática para tomada de decisão por parte dos gestores com a avaliação e efetividade para implementação e desenvolvimento de outras políticas voltadas à assistência estudantil. Desta forma, os resultados identificados garantirão informações importantes para a comunidade científica e a sociedade em geral.

O estudo refere-se a uma pesquisa acadêmica cujos resultados serão de uso restrito e confidencial para a dissertação de Mestrado em Administração da UFES, sendo mantido o anonimato de todos os participantes e o sigilo de informações pessoais.

Você irá participar sem receber qualquer incentivo financeiro e com a finalidade exclusiva de colaborar com o sucesso da pesquisa, podendo deixar de participar dela em qualquer momento, sem que seja penalizado ou que tenha prejuízos decorrentes de sua recusa. Caso decida retirar seu consentimento, você não será mais contatado(a) pelos pesquisadores.

Você não terá nenhum tipo de despesa, bem como nada lhe será pago por sua participação; entretanto, caso haja alguma despesa com a participação na pesquisa, é garantido o devido ressarcimento, bem como também é garantido o direito de buscar indenização em caso de eventual dano decorrente da pesquisa.

Suas respostas serão registradas, mas eu, pesquisador, só usarei a transcrição das informações que você cedeu sem divulgar a sua identidade.

Caso queira esclarecer alguma dúvida, pode me contatar pessoalmente, pelo e-mail "danyllokurt@gmail.com", ou pelo telefone (28) 99883-3863.

Declaro que fui informado e esclarecido sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar desta pesquisa. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pelo(a) pesquisador(a) principal ou seu representante.

Agradecemos muito sua atenção e valiosa contribuição!

Danyllo Rodrigues de Amorim
Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE
□ Declaro que li o TCLE e aceito participar da pesquisa

_____	_____
Assinatura do Participante	Assinatura do Pesquisador

APÊNDICE D – Roteiro de Entrevista com Alunos

Roteiro elaborado seguindo orientações de Creswell (2012) que são: usar “quebra-gelos” para iniciar a conversa; apresentar os objetivos da pesquisa; garantir o anonimato e a confidencialidade; gravar as perguntas e respostas durante as entrevistas; realizar perguntas gerais e evitar indutoras; utilizar sondagens ou subquestões para que o entrevistado explique melhor suas respostas; fazer breves anotações; falar menos e ouvir mais e reter julgamentos e pontos de vista.

- Saudações.
- Quebra-gelo: Primeiramente gostaria de agradecer a disponibilidade em participar desta pesquisa.
- Pedir permissão para gravar a entrevista.
- Se apresentar brevemente.

Esta entrevista levará em torno de 30 minutos e os dados informados são confidenciais sendo garantido o anonimato.

O tema deste projeto é: **a inclusão digital para atividades não presenciais durante a pandemia**

O objetivo da pesquisa é: **analisar de que forma o auxílio emergencial de inclusão digital promoveu inclusão**

Entre os objetivos específicos estão: **identificar recursos de TICs colocados à disposição pelo Ifes e a capacidade de acesso dos discentes e beneficiários do referido auxílio**

Data e local da entrevista:

Horário:

Entrevistador:

Entrevistado:

QUESTÕES:

Bloco 1 – informações gerais

Qual sua idade?

Onde mora atualmente? Qual o seu endereço? (identificar se reside em área urbana ou rural)

Onde morava durante a pandemia?

Quem vive com você? Mora sozinho ou com outras pessoas?
Como definiria sua raça? Como se considera?
Como definiria seu gênero e orientação sexual? (ver o melhor momento para incluir esta questão...)
Qual a sua renda familiar? Ou per capta? (não precisa falar valores precisos, mais uma faixa)

Bloco 2 – Estudos e acessibilidade
Onde já estudou antes do Ifes?
Qual o curso fez/faz no Ifes?
Por que escolheu estudar no Ifes?
O que está fazendo atualmente? Trabalha ou se dedica integralmente aos estudos?
Qual os planos para o futuro?
Quais as principais dificuldades enfrentadas durante a pandemia?
Que tipo de acesso possuía? Qual a qualidade e velocidade de conexão?
Possuía computador ou outro dispositivo para realizar as aulas?
Quais os problemas enfrentados? Conseguia solucioná-los?
Consegue lidar com as tecnologias e utiliza-las em seu benefício?
Dê exemplos do uso da tecnologia e no que ela pode facilitar certas situações...

Bloco 3 - Auxílios e assistência estudantil
Possuía conta bancária própria? ou era de um responsável?
Recebia outros auxílios da assistência? Quais?
O auxilio emergencial resolveu a questão da acessibilidade?
Como os valores dos auxílios eram utilizados, eram suficientes?
Conseguiria estudar no Ifes sem receber nenhum benefício?
Sobre o procedimento para concessão do auxílio (edital) achou complicado?

Bloco 4 – Ensino durante a pandemia
Como foram orientados para as atividades remotas?
Como era o acesso a materiais e conteúdo? (Livros, apostilas, etc.)
Quais as dificuldades enfrentadas?
Como era a interação com o professor? E com os colegas?
A metodologia utilizada foi satisfatória?

Como era a participação nas aulas?
Utilizava câmera e microfone?
Todos podiam interagir?
Conseguia acompanhar as aulas nos momentos certos e programados (aulas síncronas)?
Teve frequência suficiente?
Conseguiu acompanhar e concluir com êxito as disciplinas?
Como eram as avaliações e metodologias utilizadas?
Passou de ano? Foi aprovado em todas disciplinas? O que ocorreu?
Recebiam orientação e ensinamentos dos professores para utilização dos recursos tecnológicos?
Como você avalia o ensino ofertado pelo Ifes – Campus Ibatiba?
Como você avalia o processo educacional num todo, como isso refletiu nas suas possibilidades e oportunidades de um futuro melhor?
Como você avalia a sua saúde mental durante a pandemia? E agora?

- Fique livre para falar sobre o que quiser ou fazer qualquer consideração ou comentário, dúvida ou sugestão sobre o que tratamos na pesquisa
-Perguntar se deseja receber os resultados do estudo
-Agradecer a participação

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista com Servidores

Roteiro elaborado seguindo orientações de Creswell (2012) que são: usar “quebra-gelos” para iniciar a conversa; apresentar os objetivos da pesquisa; garantir o anonimato e a confidencialidade; gravar as perguntas e respostas durante as entrevistas; realizar perguntas gerais e evitar indutoras; utilizar sondagens ou subquestões para que o entrevistado explique melhor suas respostas; fazer breves anotações; falar menos e ouvir mais e reter julgamentos e pontos de vista.

- Saudações.
- Quebra-gelo: Primeiramente gostaria de agradecer a disponibilidade em participar desta pesquisa.
- Pedir permissão para gravar a entrevista.
- Se apresentar brevemente.

Esta entrevista levará em torno de 30 minutos e os dados informados são confidenciais sendo garantido o anonimato.

O tema deste projeto é: **a inclusão digital para atividades não presenciais durante a pandemia**

O objetivo da pesquisa é: **analisar de que forma o auxílio emergencial de inclusão digital promoveu inclusão**

Objetivos específicos: **identificar recursos de TICs colocados à disposição pelo Ifes e a capacidade de acesso dos discentes e beneficiários do referido auxílio**

Data e local da entrevista:

Horário:

Entrevistador:

Entrevistado:

QUESTÕES:

Qual seu cargo/função e onde atua?

Quais suas principais atividades?

Na sua visão como o ensino foi afetado com a pandemia?

Os professores e servidores tiveram formação para as APNPs? Se especializaram?

Você fez algum tipo de formação? Foi por conta própria ou de forma institucionalizada?

Como foi orientado para o ensino remoto?
Qual sua relação com a implementação e execução da política de assistência o auxílio emergencial de inclusão digital?
Como avalia a política de assistência estudantil no geral?
E o auxílio emergencial de inclusão digital?
Como as condições econômicas predominante em nossa região impacta no ensino e na frequência escolar?
Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos durante a pandemia?
Explique sobre os procedimentos de pagamento e prestação de contas do referido auxilio?
Como eram os Trabalhos da comissão?
Poderia apresentar algum relato em contato com os alunos?

- Fique livre para falar sobre o que quiser ou fazer qualquer consideração ou comentário, dúvida ou sugestão sobre o que tratamos na pesquisa, se sugere alguém a quem deva entrevistar.
- Perguntar se deseja receber os resultados do estudo.
- Agradecer a participação.

APÊNDICE F – Questionário Google Formulários

Inclusão Sociodigital para Atividades Pedagógicas Não Presenciais durante a pandemia de COVID-19

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa intitulada "Inclusão Sociodigital para Atividades Pedagógicas Não Presenciais durante a pandemia de COVID-19". Com o objetivo de obter informações sobre os recursos de TICs colocados à disposição pelo Ifes e a capacidade de acesso dos discentes e beneficiários do auxílio emergencial de inclusão digital.

Sua participação consistirá em acessar o questionário a seguir e responder questões sobre o tema. A participação nesta pesquisa poderá ser realizada no local e momento mais adequado para você. A duração média para preenchimento é de 20 minutos.

Você pode acessar o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE clicando aqui, o documento com a assinatura do pesquisador está disponibilizado para download em formato PDF.

Ao seguir adiante você está concordando em participar da pesquisa.

* Indica uma pergunta obrigatória

1. E-mail *

2. *

Marque todas que se aplicam.

☐ Declaro que li e concordo com o TCLE

Questões Gerais

Dados sociodemográficos

3. Qual é a sua idade? (faixa etária) *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) até 24
- ( ) 25 - 29
- ( ) 30 - 34
- ( ) 35 - 39
- ( ) 40 - 44
- ( ) 45 - 49
- ( ) 50 - 54
- ( ) 55 - 59
- ( ) 60 - 64
- ( ) Mais de 65

4. Qual seu sexo? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Masculino
- ( ) Feminino
- ( ) Prefiro não dizer
- ( ) Outro: _____

5. Atuou como discente ou em atividades ligadas ao ensino durante a pandemia de COVID-19? *

Marcar apenas uma oval.

- ( ) Sim
- ( ) Não

6. Em qual cidade residia durante a pandemia? *

_____

7. Qual ou quais disciplinas ministrava à época? *

_____

8. Que tipo de acesso e equipamentos de tecnologia da informação e comunicação possuía? (Selecionar mais de uma opção) *

Marque todas que se aplicam.

- [ ] Microcomputador
- [ ] Notebook
- [ ] Tablet
- [ ] Monitor
- [ ] Impressora/Multifuncional/Scanner
- [ ] Câmera/Webcam
- [ ] Microfone
- [ ] Smartphone
- [ ] Roteador
- [ ] Internet banda larga (por cabo, fibra ótica, satélite ou rádio)
- [ ] Conexão de dados móveis
- [ ] Outro: _____

Questões abertas

9. Na sua visão como o ensino foi afetado com a pandemia?

_____
_____
_____
_____
_____

10. Teve alguma formação para as APNPs ? Se especializou por conta própria ou de forma institucionalizada ?

_____
_____
_____
_____
_____

11. Como foi orientado(a) para atuar em uma modalidade ensino remoto?

_____
_____
_____
_____
_____

12. Qual sua relação com a implementação e execução da política de assistência com o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital?

13. Como avalia a política de assistência estudantil no geral?

14. Como avalia os alunos que ingressam no Ifes? Como são recebidos / recepcionados?

15. Como as condições socioeconômicas predominantes em nossa região impacta no ensino e na frequência escolar?

16. Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos durante a pandemia?

17. Quais plataformas, programas ou recursos utilizava?

18. Antes da pandemia quais tecnologias ou ferramentas de comunicação eram utilizadas nas aulas?

19. Quais tecnologias foram implantadas durante a pandemia e quais ainda são utilizadas atualmente?

    Após a pandemia quais ferramentas online foram agregadas ao cotidiano? Os alunos hoje em dia tem alguma dificuldade em acessar algum destes conteúdos online?

20. Quais metodologias ativas e atuações didáticas utilizou durante as APNPs?

21. Como era a interação dos alunos e entre eles e como era a participação nas aulas?

22. Como eram realizadas as avaliações?

23. Como você avalia o ensino ofertado pelo Ifes - Campus Ibatiba?

Marcar apenas uma oval.

1	2	3	4	5
◯	◯	◯	◯	◯

24. Como avalia o processo educacional num todo, como isso reflete nas possibilidades e oportunidades de um futuro melhor dos alunos?

25. Como avalia a sua saúde mental durante a pandemia? E agora?

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE G – Parecer Consubstanciado do CEP

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO - IFES

PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: INCLUSÃO SOCIODIGITAL PARA ATIVIDADES PEDAGÓGICAS NÃO PRESENCIAIS EM MEIO A PANDEMIA DE COVID 19

Pesquisador: Danyllo Rodrigues de Amorim

Área Temática:

Versão: 3

CAAE: 75269623.0.0000.5072

Instituição Proponente: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO CIENCIA E TECNOLOGIA DO ESPIRITO

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.670.153

Apresentação do Projeto:

Trata-se do projeto denominado "Inclusão Sociodigital para atividades pedagógicas não-presenciais em meio a pandemia de Covid 19: A experiência no IFES – Campus Ibatiba com a utilização do programa de auxílio emergencial de inclusão digital", proposto pelo pesquisador Danyllo Rodrigues de Amorim, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo, orientado pelo prof. Dr. Eloisio Moulin de Souza.

Objetivo da Pesquisa:

O projeto tem como objetivo "analisar de que forma o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital promoveu a inclusão dos discentes na realização de atividades pedagógicas não presenciais (APNPs) durante a pandemia de COVID-19". Como objetivos específicos, lemos: "a) Identificar os recursos de tecnologia da informação e comunicação utilizados e colocados à disposição pelos docentes e IFES; b) Levantar a capacidade e condições de acesso dos discentes beneficiários da política pública de assistência estudantil através do auxílio emergencial de inclusão digital; c) Analisar os recursos materiais, humanos e financeiros colocados à disposição para o referido programa; d) Avaliar as metas estabelecidas, os resultados alcançados e o impacto social gerado". Para tanto, além de pesquisa documental e bibliográfica, o projeto contará com a realização de entrevistas junto aos servidores, docentes e discentes do Campus Ibatiba. Neste sentido, a

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50, 2º andar ¿ sala (mezanino)
Bairro: Santa Lúcia **CEP:** 29.056-255
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3357-7518 **Fax:** (27)99286-3660 **E-mail:** etica.pesquisa@ifes.edu.br

pergunta condutora da pesquisa será: Como o programa Auxílio Emergencial de Inclusão Digital, desenvolvido para a realização de atividades não presenciais em meio a pandemia de COVID-19 possibilitou uma experiência educacional de inclusão sociodigital dos alunos do Ifes- Campus Ibatiba?

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo o pesquisador, o participante poderá ser submetido a riscos mínimos, tais como "conflitos entre o que pensa e o que imagina que deve ser respondido, insegurança quanto a melhor resposta que deve ser fornecida, incômodo diante de alguma pergunta que possa lhe gerar certo embaraço ou constrangimento para responder às perguntas das entrevistas". Além da garantia de anonimato e da possibilidade de retirada do consentimento e de esclarecimentos ao longo da entrevista, é afirmado ao participante que a entrevista será realizada em ambiente retirado e livre de ruídos e da presença de outras pessoas. As entrevistas serão gravadas e a duração prevista das mesmas deverá ser por volta de 30 minutos. Como benefícios, lemos que a pesquisa visa contribuir para a melhor avaliação da política pública, se o modelo adotado foi suficiente para garantir a permanência, a inclusão sociodigital no contexto da pandemia e ensino remoto, além da possibilidade de aplicação prática para tomada de decisão por parte dos gestores com relação à implementação e desenvolvimento de outras políticas voltadas à assistência estudantil. Com relação aos critérios de inclusão, serão contemplados como sujeitos da pesquisa "Discentes cursantes e egressos com faixa etária a partir de 15 anos, que se encontravam matriculados nos cursos técnicos ou de gradução do Ifes - Campus Ibatiba, nos anos de 2020 e 2021, beneficiários do auxílio emergencial de inclusão digital. Docentes no Ifes - Campus Ibatiba que atuaram nos anos de 2020 e/ou 2021.Servidores Técnicos Administrativos em Educação do Ifes - Campus Ibatiba que atuaram nos anos de 2020 e/ou 2021.Servidores membros e ex-membros da comissão de apoio a acesso e conectividade dos alunos para as APNP's, no âmbito do Ifes - Campus Ibatiba" Como critérios de exclusão, lemos "Discentes do Ifes - Campus Ibatiba não beneficiários do auxílio emergencial de inclusão digital.Egressos do Ifes - Campus Ibatiba não beneficiários do auxílio emergencial de inclusão digital.Docentes do Ifes - Campus Ibatiba sem atuação profissional no Ifes nos anos de 2020 e 2021.Técnicos Administrativos em Educação do Ifes - Campus Ibatiba sem atuação profissional no Ifes nos anos de 2020 e 2021". A pesquisa prevê o total de 92 participantes.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

O projeto possui tema de pesquisa relevante e de impacto para compreensão das atividades

pedagógicas e de inclusão sociodigital desenvolvidas durante a pandemia. Suas etapas metodológicas estão bem descritas (páginas 29 a 32 do projeto completo). A pesquisa é classificada como de natureza qualitativa, e a produção de dados terá como base a pesquisa documental aliada à observação por meio de entrevistas. O método de análise de dados elencado é o de análise de conteúdo de Bardim. O pesquisador destaca também no projeto quais categorias de pré-análise foram elaboradas para a orientação da pesquisa (p.40 do projeto). Foram encaminhados os roteiros de entrevista para cada grupo de partipantes, cuja elaboração toma como base J. Creswell.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

O termo de Compromisso e a folha de rosto e a carta de anuência estão apresentados de acordo com os termos previstos no ponto 3.3 da Norma Operacional 001/2013 MS/CNS.

O Cronograma de pesquisa está ajustado para o início da pesquisa somente a partir da aprovação do projeto pelo CEP/IFES. O Orçamento apresenta a previsão de gastos corretamente.

Com relação ao TALE e ao TCLE, os mesmos estão adequados ao artigo 17 da Resolução CNS 510/2016.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

O pesquisador encaminhou carta resposta com todos os esclarecimentos e ajustes de pendências indicadas.

Considerações Finais a critério do CEP:

Ao término da pesquisa, por gentileza, enviar Relatório Final para análise por este Comitê e encerramento do processo na Plataforma Brasil

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇOES_BASICAS_DO_PROJETO_2214000.pdf	07/02/2024 15:54:52		Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_.pdf	07/02/2024 15:53:15	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
Outros	Questionario_formularios_google.pdf	07/02/2024 15:51:02	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
Cronograma	9_cronograma_ajustado_3.pdf	07/02/2024 15:50:19	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito

Outros	carta_resposta2.pdf	07/02/2024 15:48:01	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	5_projeto_pesquisa_final_3.pdf	07/02/2024 15:45:45	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TCLE_responsavel_pelo_menor2.pdf	23/11/2023 10:53:48	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	7_TALE2.pdf	23/11/2023 10:53:37	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	6_TCLE2.pdf	23/11/2023 10:53:06	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
Folha de Rosto	1_folhaDeRosto_assinado.pdf	27/10/2023 10:22:39	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
Outros	8_termo_autorizacao_utilizacao_imagem_som_voz.pdf	18/10/2023 10:34:01	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
Solicitação Assinada pelo Pesquisador Responsável	4_termo_responsabilidade_compromisso_pesquisador_responsavel.pdf	18/10/2023 10:30:09	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
Outros	3_modelo_de_coleta_de_dados_questionario.pdf	18/10/2023 10:28:15	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito
Outros	2_carta_de_anuencia.pdf	18/10/2023 10:26:40	Danyllo Rodrigues de Amorim	Aceito

Situação do Parecer:
Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:
Não

VITORIA, 26 de Fevereiro de 2024

Assinado por:
Alexandre Krüger Zocolotti
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Rio Branco, nº 50, 2º andar ¿ sala (mezanino)
Bairro: Santa Lúcia **CEP:** 29.056-255
UF: ES **Município:** VITORIA
Telefone: (27)3357-7518 **Fax:** (27)99286-3660 **E-mail:** etica.pesquisa@ifes.edu.br

ANEXO A – Declaração para Auxílio Emergencial de Inclusão Digital

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO ESPÍRITO SANTO

CAMPUS IBATIBA

Prezados estudantes, pais e responsáveis

Estamos vivenciando um momento muito delicado em nossas vidas pessoais e acadêmicas devido a Pandemia da Covid – 19. Diante das dificuldades apresentadas durante esse período, principalmente das dificuldades de acesso à internet por parte dos estudantes, o Ifes publicou a Portaria nº 1182, DE 1 DE JUNHO DE 2020.

Este Regulamento trata da concessão do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital para discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo (Ifes), tendo em vista a situação de emergência em saúde pública decorrente da propagação da Covid-19. O Auxílio Emergencial de Inclusão Digital será prestado aos discentes matriculados nos cursos presenciais do Ifes que não tenham acesso à conexão digital ou a pacote de dados. O auxílio é destinado à aquisição de meios que promovam a inclusãodigital e a realização das atividades pedagógicas não presenciais.

Segue abaixo uma declaração para que o estudante e seus pais/responsáveis possam preencher para encaminhar a solicitação do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital para o Ifes - campus Ibatiba

DECLARAÇÃO

Eu, ,

(colocar o nome do estudante)

portador do CPF_____, residente no endereço_____

_____

DECLARO que NÃO tenho acesso à internet para realizar as Atividades Pedagógicas Não Presenciais (APNPs) solicitadas pelo Ifes- campus Ibatiba. Declaro também que antes do início da Pandemia ocasionadapelo Covid-19, não tinha acesso à internet na minha residência declarada acima.

Declaro que necessito da internet para desenvolver as APNPS e que não tenho acesso à internet por meio da conexão digital ou pacote de dados. Declaro também que o valor para instalação da internet aqui na minha casa é de R$_____(instalação) e de R$_____(mensalidade do plano ou pacote (especificar o valor da instalação, se for o caso, e o valor mensal a ser pago pelo serviço).

Estou ciente de que o Ifes vai custear minha internet conforme os critérios estabelecidos pela Portaria nº 1182, de 1 de junho 2020, que regulamenta a concessão de auxílio emergencial de inclusão digital em função da situação de excepcionalidade ocasionada pela Pandemia coronavírus (COVID-19). Este Auxílio Emergencial de Inclusão Digital não prevê compra de equipamentos, tais como roteador, computadores, uma vez que é destinado somente para o pagamento de mensalidades.

Declaro estar ciente da necessidade de Prestação de contas mensalmente, conforme descrito na Portaria nº 1182, de 1 de junho 2020, Art. 9º: No prazo de 20 dias corridos, a contar da assinatura do contrato ou aquisição de pacote de internet, o discente ou o responsável legal deverá encaminhar comprovante (nota fiscal/cupom fiscal ou contrato de prestação de serviço de conexão etc.), para o e-mail de contato: lucinei.matos@ifes.edu.br, sob pena de suspensão do auxílio objeto deste Regulamento, até a devida regularização.

Os valores recebidos indevidamente, quando constatada irregularidade e inveracidade das informações prestadas, deverão ser devolvidos aos cofres públicos, por meio de Guia de Recolhimento da União (GRU).

Os comprovantes mensais de pagamento da internet deverão ser enviados para o mesmo e-mail (lucinei.matos@ifes.edu.br), até o dia 15 de cada mês.

O prazo para devolução deste formulário segue até o dia 02/07/2020 (quinta-feira).

O Auxílio Emergencial de Inclusão Digital terá vigência de 06 meses, podendo ser prorrogado por igual período, em situações extraordinárias, para atender à situação de excepcionalidade em virtude do Coronavírus (Covid-19) e à aplicação de atividades pedagógicas não presenciais e/ou ensino híbrido. Tal prorrogação será analisada pela Comissão de apoio a acesso e conectividade dos alunos para as APNP's, no âmbito do Ifes – Campus Ibatiba, instituída pela Portaria nº 173, de 09 de junho de 2020.

Cidade/estado_____Data: _____

_____

Assinatura do estudante ou dos Pais/responsável legal

Informações necessárias para solicitação do Auxílio Emergencial de Inclusão Digital

Favor preencher as planilhas corretamente

Planilha com dados do estudante (a conta deve ter sido aberta no CPF do estudante)

Nome do estudante	Número de matrícula	CPF do estudante	Dados bancários do estudante (se for o caso)			
			Banco	Agência	Conta	Operação

Caso o estudante não possua conta bancária em seu nome, os PAIS ou RESPONSÁVEL LEGAL DEVIDAMENTE COMPROVADO deverão indicar abaixo a conta bancária para depósito do valor para o Auxílio Emergencial de Inclusão Digital.

Nome do Pai/mãe ou responsável legal	Grau de parentesco	CPF do Pai/mãe ou responsável legal (titular da conta bancária	Dados bancários do titular da conta			
			Banco	Agência	Conta	Operação